

**AFRICAN UNION**  
الاتحاد الأفريقي



**UNION AFRICAINE**  
**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

---

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**Sétima Sessão Ordinária**  
**28 de Junho – 02 de Julho de 2005**  
**Sirte, LÍBIA**

**EX.CL/184 (VII)**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA PARA**  
**O PERÍODO DE JANEIRO A JULHO DE 2005**

## ÍNDICE

Nº		Pages
1.	PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA .....	1 - 5
2.	DESENVOLVIMENTO DE AMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS .....	6 - 8
3.	DIRECÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE .....	9 - 10
4.	DEPARTAMENTO DE PAZ E SEGURANÇA .....	11 - 28
5.	DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS .....	29 - 37
6.	DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS .....	38 - 49
7.	DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA .....	50 - 53
8.	INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA .....	54 - 64
9.	DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA	65 - 69
10.	DEPARTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	70 - 77
11.	DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS SOCIAIS .....	78 - 90
12.	AFRO-ÁRABE/SEAF .....	91 - 95
13.	CSEDCA .....	96 - 90
14.	DIRECÇÃO DA MULHER, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO ...	100 - 104
15.	GABINETE DE AUDITORIA INTERNA ....	195 - 106
16.	GABINETE DO CONSELHEIRO JURÍDICO ....	107 - 111
17.	PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS ....	112 - 116
18.	UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO ....	117 - 119

**CONTRIBUIÇÃO PARA O RELATÓRIO DO PRESIDENTE**  
**PROJECTO DA TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA COMISSÃO**  
**DA UNIÃO ÁFRICA**

**INTRODUÇÃO**

1. A Conferência e o Conselho Executivo estarão recordados que no Plano de Acção prioritária da Comissão previsto para 2007 foram fixadas 4 áreas prioritárias, consideradas como pilares da credibilidade da Comissão da UA, de tal modo que estapossa desempenhar um papel preponderante no processo de desenvolvimento de África. Dentre estas áreas, figura a transformação institucional da Comissão cuja importância merece uma atenção espeical. Com efeito, para que a União se torne numa organização eficaz e eficiente, é necessário que, em grande medida, a sua Comissão seja forte, dinâmica e dê provas de criatividade.

2. Isto, por conseguinte, implica uma transformação da Comissão, dos sistemas administrativo e financeiro, dos seus métodos de trabalho, bem como da sua cultura. Por isso, a tarefa mais urgente da Comissão é iniciar um processo de transformação que envolva as suas estruturas e o seu efectivo. Para que esta transformação seja eficaz, deve-se incluir igualmente outros órgãos da União, as Comunidades Económicas Regionais (CERs) e outras Agências Especializadas. O programa de transformação institucional foi, portanto, lançado em Fevereiro de 2005.

**GESTÃO DO PROGRAMA**

3. Para a implementação do Programa de Transformação, adoptou-se a abordagem do "Projecto" e designado o "Projecto de Transformação Institucional", que é gerido internamente por uma Equipa de Projecto vinte e dois membros, sedo todos funcionários da organização, que trabalham a tempo parcial.

4. Acima desta equipa de projecto, encontra-se o Comité de Directivo composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Comissários, assim como o Presidente da Associação dos Trabalhadores. O papel do Comté consiste em denifinar a orientação do Projecto e validar todas as etapas e actividades. A Comissária para os Assuntos Sociais e patrocinadora do projecto, é a Presidente do Comité. Um consórcio de consultores presta assistência técnica ao processo de transformação.

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO**

5. O Projecto de Transformação Institucional (PTI) articula-se à volta de três grandes vertentes, nomeadamente:

- Cultura, que se refere a todos os aspectos ligado a atitudes, valores, e "liderança";
- "Processos", que aborda a reorganização do sistema de funcionamento; isto é, tudo que está relacionado com textos, métodos de trabalho relativos à gestão, todos os processos de apoio e todos os processos operacionais;

- Projectos prioritários que visam acelerar as actividades de implementação nas áreas vitais para o êxito do processo de mudança.

### **ACTIVIDADES REALIZADAS**

6. A implementação do Projecto iniciou com uma fase de Diagnóstico em que foram feitas avaliações com vista a avaliar a estrutura que pretendemos edificar. O diagnóstico foi conduzido em duas etapas:

- i) a etapa de questionários (durante a qual foi posto em circulação um Questionário de “Cultura” a todos os funcionários e um Questionário “Gestão” para os Gestores).
- ii) entrevistas individuais com uma amostra de funcionários seleccionados ao acaso, em todos os escalões e em todas as áreas de intervenção da Comissão. As duas componentes do diagnóstico permitiram reunir os elementos pertinentes que merecerão uma atenção especial no quadro da transformação.

7. A fase de diagnóstico permitiu também a identificação de três grandes categorias dos processos e uma série de sub-componentes, a saber:

- processos de apoio;
- processos de enquadramento; e
- processos operacionais.

8. Para os dois primeiros processos, foram criados Grupos de Trabalho para a preparação de um Roteiro e os respectivos Planos de Acção. As suas actividades serão concluídas até Julho, data que marca o termo da primeira fase do projecto.

9. Para a implementação destes Planos de Acção, é necessário “Estabelecer Indicadores”, inspirando-se nas melhores práticas adoptadas em instituições similares. Neste contexto, estão previstas visitas à União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, Nações Unidas e outras instituições que já fizeram reformas, a fim de se aprender das suas experiências. O processo iniciou em Adis Abeba, com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA), uma organização homóloga.

10. A transformação Institucional que, segundo os dirigentes da Comissão, deve ter uma dimensão humana e centrada antes de tudo nos seus funcionários, compreende igualmente uma vertente que é muito importante. Esta vertente visa fazer o acompanhamento do pessoal da Comissão para a construção comum de uma nova cultura de responsabilidade de espírito pan-africanista, de espírito de equipa e espírito de desempenho orientado para uma cultura de resultados.

11. Neste contexto, foi organizado um seminário sobre o diálogo e o reforço do espírito de equipa, de 1 a 2 de Abril, para os membros da Equipa do Projecto, e um outro a 21 de Maio, para o Presidente, Vice-Presidente, Comissários e Directores. Desde 8 de Junho último, tiveram lugar workshops do mesmo género para todos os funcionários da Comissão, divididos em pequenos grupos de 20 pessoas, e estão previstos a terminar

em Setembro de 2005. Está prevista a realização destes seminários para o pessoal dos Escritórios e Representação, fora da Sede. O diálogo suscitado durante estes seminários permitirá uma melhor informação aos funcionários sobre os objectivos e as componentes da transformação, assim como a recolha dos seus pareceres sobre a melhor forma de concluí-los com êxito.

12. O discurso do Presidente da Comissão para as celebrações do dia de África (25 de Maio) deste ano, centrou-se na “Transformação Institucional”. Por esta ocasião, todos os funcionários, incluindo os representantes dos Escritórios Regionais foram convidados a uma Convenção subordinada ao tema “juntos venceremos”. Foi um grande e único momento a troca de opiniões sobre os objectivos, métodos e progressos do Projecto de Transformação. A Convenção mobilizou cerca de 400 participantes, de todas as categorias, para uma série de actividades, durante um dia inteiro. A convenção foi uma ocasião para o lançamento oficial da Transformação Institucional.

13. Na perspectiva de uma Comunicação e disseminação de informação sobre o Projecto, foram enviadas missões para os doze (12) Escritórios Regionais da Comissão, que foram encabeçadas por Membros da Equipa do Projecto, Consultores e o patrocinador do Projecto. Os funcionários foram informados sobre os objectivos e iniciativas do Projecto.

14. Ainda no contexto da Comunicação, e com o intuito de manter todos os funcionários da Comissão, os Estados Membros, as CERs e os parceiros informaram regularmente sobre a implementação do Projecto; e foi lançado um Boletim da Transformação Institucional, publicado quinzenalmente. Desde o seu lançamento, o boletim está no seu quarto número. A quarta edição do boletim foi publicada recentemente e amplamente difundida a todos os parceiros.

15. O processo de transformação é um Projecto a longo prazo. Mas as suas várias etapas que deverão ser definidas em 2007, constitui uma etapa limite no final da qual uma boa parte dos processos será implementada. Porém, alguns processos devem ser estabelecidos com urgência, dada a importância particular que lhe é dada sobre a forma de Projectos Prioritários, cujo prazo fixo nos fins de Dezembro de 2005, nomeadamente :

- aceleração do recrutamento de pessoal;
- aceleração da implementação de novos sistemas financeiros;
- aceleração da implementação de instrumentos de trabalho colaborativos e de partilha do conhecimento;
- aceleração da implementação de suportes de comunicação interna e externa.

16. Foram constituídas equipas para a gestão destes projectos prioritários para a boa execução das suas tarefas, dentro dos prazos estabelecidos.

## **CONCLUSÃO**

17. O final de 2005 constituirá uma primeira viragem na implementação do Projecto de Transformação Institucional, conforme está previsto no seu plano de acção. Por isso, será apresentado um balanço na Sessão da Assembleia de Janeiro de 2006, que deverá apresentar os progressos alcançados pela Organização durante os seis meses, considerados como a fase crítica do projecto de transformação da Comissão. Este balanço irá também indicar o que resta cobrir até finais de 2007, o termo do Plano Estratégico 2004-2007. O mesmo irá igualmente fazer as correcções necessárias, à luz das observações feitas pelos Estados Membros, na perspectiva da Visão da União e da Missão da Comissão para o êxito do processo de integração do Continente.

## **DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS**

### **Ajustamento da Estrutura de Maputo**

18. O Conselho recorda-se que durante a sua Sessão Extraordinária realizada em Adis Abeba (Etiópia) aos 6 e 7 de Dezembro de 2004, tinha autorizado o Presidente da Comissão a proceder ao ajustamento, em consulta com a CRP, da estrutura da Comissão tal como tinha sido aprovada pela Cimeira de Maputo, e isto, dentro dos limites do orçamento de 2005, para os encargos gerais com o pessoal.

19. Em cumprimento da decisão mencionada anteriormente, a Comissão em consulta com o CRP, convocou uma série de reuniões do Subcomité sobre a Estrutura, de Fevereiro a Junho de 2005. Considerando os problemas financeiros, o CRP aprovou a mudança da estrutura dentro dos limites do orçamento de 2005, para os encargos gerais com o pessoal incluindo os Departamentos/Direcções a seguir:

- Assuntos Sociais;
- Infra-estrutura e Energia;
- Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia;
- Comércio e Indústria;
- Economia Rural e Agricultura;
- Assuntos Económicos;
- Paz e Segurança;
- NEPAD

20. No entanto, os Gabinetes do Presidente e do Vice-Presidente bem como o Departamento dos Assuntos Políticos, necessitam de um reforço de verbas para além das provisões orçamentais de 2005. O CRP analisou e adoptou as alterações da estrutura.

### **Recrutamento**

21. Após a finalização dos trabalhos do Sub-comité de Estrutura e do CRP, respectivamente a Comissão vai anunciar os postos vagos das categorias profissionais e GSA, aprovados nos termos da Estrutura de Maputo.

22. A situação actual dos efectivos reflecte a Decisão da Conferência relativamente à implementação da estrutura de Maputo. A Comissão envidou esforços com vista a respeitar o equilíbrio dos efectivos, baseando-se nas quotas de cada Estado Membro e a representação equitativo de homens e mulheres. No entanto, os esforços estão sendo envidados, a fim de remediar a sub-representação de certos Estados Membros. Em Junho de 2005, o número de funcionários femininos, nos postos de direcção aumentou-se. O quadro a seguir indica a composição do pessoal da União Africana:

**Composição do pessoal da categoria profissional na Comissão a 7 de Junho de 2005**

Nº	País	Quota	Postos Ocupados	Repartição conforme o sexo		% da quota	a preencher
				Homem	Mulher		
1	África do Sul	17	4	1	3	24,00	13
2	Argélia	17	5	4	1	29,00	12
3	Angola	7	4	4	0	57,00	3
4	Benin	5	4	3	1	80,00	1
5	Botswana	7	2	0	2	27,00	5
6	Burkina Faso	5	5	5	0	100,00	0
7	Burundi	5	5	5	0	100,00	0
8	Camarões	8	8	5	3	100,00	0
9	Cabo Verde	5	1	0	1	20,00	4
10	República Centro-africana	5	1	1	0	20,00	4
11	Comores	4	0	0	0	0,00	4
12	República do Congo	5	1	1	0	20,00	4
13	Rep. Democrática do Congo	6	1	1	0	17,00	5
14	Côte d'Ivoire	10	4	4	0	40,00	6
15	Djibouti	4	2	1	1	50,00	2
16	Egipto	17	4	3	1	24,00	13
17	Eritreia	5	1	0	1	20,00	4
18	Etiópia	7	6	4	2	85,00	1
19	Gabão	7	3	2	1	43,00	4
20	Gâmbia	4	1	1	0	25,00	3
21	Gana	7	7	5	2	100,00	0
22	Guiné	6	1	1	0	17,00	5
23	Guiné Bissau	4	0	0	0	0,00	4
24	Guiné Equatorial	4	0	0	0	0,00	4
25	Quênia	9	8	3	5	89,00	1
26	Lesoto	5	1	1	0	20,00	4
27	Libéria	4	1	0	1	25,00	3
28	Líbia	17	4	4	0	24,00	13
29	Madagáscar	6	6	4	2	100,00	0
30	Malawi	5	4	2	2	80,00	1
31	Mali	5	4	2	2	80,00	1
32	Maurícias	7	5	3	2	71,00	2
33	Mauritânia	5	1	1	0	20,00	4
34	Moçambique	6	3	3	0	50,00	3
35	Namíbia	6	2	0	2	33,00	4
36	Niger	5	4	3	1	80,00	1
37	Nigéria	17	10	8	2	59,00	7
38	Uganda	7	8	3	5	114,00	0
39	RASD	4	1	1	0	25,00	3
40	Rwanda	5	1	1	0	20,00	4
41	São Tomé e Príncipe	4	0	0	0	0,00	4
42	Senegal	6	7	4	3	116,00	0
43	Seychelles	4	0	0	0	0,00	4
44	Sierra Leone	4	2	2	0	50,00	2
45	Somália	5	0	0	0	0,00	5
46	Sudão	9	4	3	1	44,00	5
47	Swazilândia	5	2	1	1	45,00	3
48	Tchad	5	2	2	0	40,00	3
49	Togo	5	7	4	3	140,00	0
50	Tunísia	15	3	2	1	20,00	12
51	Tanzânia	7	5	3	2	71,00	2
52	Zâmbia	5	5	3	2	100,00	0
53	Zimbabwe	7	3	2	1	43,00	4



Resumo : Até 7 de Junho de 2005, a Comissão contava com 179 efectivos a título de quotas

Departamento : Homens : 122 (seja 68,16%)  
Mulheres : 57 (seja 31,84)

23. Em conformidade com o compromisso adoptado, para garantir a transparência no processo de recrutamento, a Comissão alargou os Painéis de selecção e de entrevista aos profissionais /peritos dos diferentes domínios, a Associação do Pessoal.

24. A Comissão continua a implementar o princípio do equilíbrio do género adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo. Importa notar que há três anos atrás a Comissão tinha herdado uma estrutura com uma representação de mulheres de 20% ao nível de Directores. Hoje, a Comissão ao nível técnico, é dirigida por uma equipa de Directores da qual 50% são mulheres.

### **Normas de desempenho**

25. Tendo em conta a exigência crescente do desempenho, a Comissão comprometeu-se no processo da concepção de um sistema global de gestão integrada de desempenhos. Isto necessitará de acções de planificação de acompanhamento, e recompensa. Um tal sistema permitirá progredir no sentido das aspirações da Organização através da manutenção de funcionários altamente qualificados, eficazes, competentes e integrados, favorecendo ao mesmo tempo os seus desejos legítimos de desenvolvimento pessoal.

### **Aposentação, Seguros e Assistência Médica**

26. A Comissão esta consciente acerca da importância de atrair, valorizar, e reter os funcionários mais competentes, o que exige o melhoramento da prestação de serviços e as vantagens que se pretende. Foi neste quadro que a Comissão está a fazer um estudo sobre as prestações sociais para o bem-estar do pessoal, nomeadamente em matéria de pensão, seguros e assistência médica.

### **Harmonização da Estrutura Salarial**

27. Tendo em conta que a Comissão faz questão de recrutar os agentes de alto nível, torna-se necessário criar uma estratégia salarial eficaz, fundada sobre o desempenho dos funcionários. Portanto, a Comissão empreendeu Estudos sobre a actual estrutura dos salários, com vista a harmonizar a estrutura da OUA, com aquela adoptada em Maputo. Actualmente, a implementação da nova estrutura aprovada está sendo prejudicada pelos problemas ligados à incompatibilidade entre as duas estruturas que foram fundidas. O estudo será finalizado e submetido para apreciação do CRP.

28. Desejaria exprimir a minha gratidão aos Estados Membros pelo apoio constante que nos permitiram chegar a esses resultados.

## **DIRECÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE**

### **I. Reforma do Sistema Financeiro**

29. Durante o período em revista, a Direcção de Programação, Orçamento e Contabilidade fez progressos na implementação de recomendações contidas no Relatório da Ernst and Young, bem como das do Conselho dos Auditores Externos, e cumprimento das várias Decisões do Conselho e CRP.

### **II. Foram feitos progressos específicos nas seguintes áreas:**

30. O Projecto de Regulamento Financeiro, tal como proposto pela Ernst & Young foi submetido a consideração dos Estados Membros. Os órgãos irão analisar o relatório após esta Cimeira. O Conselho deverá adoptá-lo na sua próxima Sessão. O Relatório deverá ser submetido ao Conselho para análise e adopção na sua próxima Sessão.

31. O reforço do efectivo do Departamento está a melhorar na sequência do processo de recrutamento em curso quer para a Sede quer para os Escritórios Regionais. Por outro lado, a estrutura revista baseada nas recomendações dos Consultores da Ernest & Young e nas do Conselho de Auditores Externos foi submetida ao Sub-comité sobre Estruturas que, por sua vez, fez recomendações positivas, que quando for implementada o departamento estará completamente reconstituído.

32. Tanto os antigos funcionários como os recém-chegados foram submetidos a um programa de orientação para se prepararem com o necessário em termos de requisitos dos serviços e operações financeiras de outros departamentos. Os escritórios foram solicitados a implementar o Relatório da Ernst & Young e para se assegurar o seu estrito cumprimento, foi criado um mecanismo de monitorização da actividade. O Departamento emitiu linhas de orientação do orçamento e orientou o pessoal da Comissão sobre o seu uso. Temos a esperança de que com a emissão das linhas de orientação, a preparação do orçamento de 2006 vai ser melhor gerida, e que os gestores de programas poderão mais facilmente monitorizar a sua execução orçamental. O Departamento tem estado a produzir atempadamente relatórios mensais sobre o desempenho orçamental, e isto deverá ajudar sobremaneira a minimizar despesas não autorizadas e facilitar uma implementação apropriada dos programas.

33. O Departamento empenhou-se também numa implementação sistemática das recomendações da Direcção de Auditoria Interna. Isto vai ajudar a melhorar mais ainda a gestão do controlo interno da Comissão.

34. No início deste ano, a Comissão lançou o processo de Transformação Institucional, e dedicou atenção especial à transformação dos processos de gestão financeira e contabilidade. Até a data, a Comissão concluiu o processo de diagnóstico e análise. A Comissão irá indicar o sistema de informação e gestão financeira desejado e equipará-lo com os de organizações reputáveis por forma a assegurar que as necessidades dos parceiros internos sejam satisfeitas.

35. Importa realçar que todos os objectivos e metas da Comissão podem ser alcançados, apenas se houver disponibilidade de fundos, durante o primeiro trimestre do ano, para facilitar a implementação atempada dos programas. Até agora, apenas 10 Estados Membros honraram as suas contribuições de 2005. O total do montante recebido até agora orça em \$EU 21.517.796,53 que representa 36% do orçamento.

36. O Conselho criou um Comité Ministerial para rever a tabela de contribuições com base na capacidade de pagamento dos Estados Membros. O Comité continua a seguir o assunto.

37. Esperamos e desejamos que seja assumida uma posição definitiva durante esta Sessão do Conselho na tentativa de se melhorar as contribuições dos Membros para a Comissão.

## **DEPARTAMENTO DE PAZ E SEGURANÇA**

### **I. INTRODUÇÃO**

38. Os esforços envidados pela Comissão da União Africana desde a última sessão da Conferência da UA, foram guiados pelo Plano de Acção elaborado de acordo com a Visão e o Quadro estratégico aprovados em julho de 2004, em Adis Abeba. Convém recordar, neste contexto, que o referido Plano de Acção identificou diversas actividades articuladas em torno dos seguintes eixos: estabelecimento da arquitectura continental de paz e de segurança; desarmamento; crianças soldado; terrorismo; relações com as Nações Unidas e os outros parceiros da UA; consolidação de Fundo para a Paz e mobilização de recursos; e desenvolvimento institucional.

39. Apesar dos constrangimentos humanos e financeiros a que a Comissão da União Africana está confrontada, progressos significativos foram realizados nas diferentes acções iniciadas, em particular no que diz respeito ao estabelecimento da arquitectura continental de paz e de segurança, a gestão e resolução de conflitos, assim como a interacção com os nossos parceiros no seio da comunidade internacional. Estes progressos são tanto quanto significativos que se registaram num momento em que o envio da Missão da UA ao Sudão (AMIS) e as responsabilidades confiadas à Comissão da União Africana noutras zonas de conflito – na Somália, onde a UA deve enviar uma missão de apoio à paz, e na República Democrática do Congo, com os preparativos visando um eventual desdobramento de uma força que fosse capaz de desarmar as ex-FAR/Interahamwe e outros grupos armados que se encontram na região Leste da República Democrática do Congo (RDC) – constituem um peso enorme sobre as capacidades ainda limitadas da Comissão.

### **II. ESTABELECIMENTO DA ARQUITECTURA CONTINENTAL DE PAZ E SEGURANÇA**

40. A importância de que se reveste a conclusão do estabelecimento da arquitectura continental de paz e segurança, não deve ser subestimada. Naturalmente, existem dois pilares que suportam essa arquitectura, designadamente: o Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS), por um lado, e a Política Comum Africana de Defesa e Segurança (PACDS), por outro.

#### **(i) Protocolo do CPS**

##### **Assinatura e Ratificação do Protocolo**

41. No decorrer do período em análise, a questão da assinatura e da ratificação do Protocolo relativo ao CPS continuou a constar das prioridades da Comissão da União Africana. Desde Janeiro de 2005, nenhuma nova assinatura foi registada; todavia, o Egipto ratificou o Protocolo a 1 de Fevereiro e depositou o seu instrumento de ratificação a 1 de Março de 2005. No momento da conclusão do presente relatório, 49 Estados-

membros já haviam assinado o Protocolo, dos quais 38 já o ratificaram. Os quatro Estados-membros que ainda não assinaram o Protocolo são o Botswana, Cabo Verde, Eritreia e Tunísia. Os seguintes Estados-membros assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Mauritânia, RD Congo, Seychelles, Somália e Suazilândia.

42. Gostaria, mais uma vez, de reiterar o meu apelo a todos os Estados-membros que ainda não o são para que tomem com urgência as medidas necessárias, para que se tornem parte ao Protocolo relativo ao CPS.

### **Funcionamento do CPS**

43. Apesar dos diversos constrangimentos, o CPS, cujos membros actuais foram eleitos em Março de 2004, continuou a assumir efectivamente as suas responsabilidades. Desde Janeiro de 2005, o Conselho realizou oito reuniões no decorrer das quais inúmeras decisões foram tomadas, em particular no concernente ao reforço da Missão da UA no Sudão (AMIS) e ao envio de uma Missão da IGAD de apoio à paz na Somália (IGASOM), que será seguido, no termo da sua fase I, pelo desdobramento de uma Missão da UA. Como indicado nos meus relatórios anteriores, urge dotar o CPS dos recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento das suas responsabilidades. Neste sentido, apraz-me informar o Conselho que o processo de estabelecimento do Secretariado do CPS e o recrutamento financiado de fundos extra-orçamentais de um pessoal adicional estão em curso.

### **Sistema continental de alerta prévio**

44. O Sistema Continental de Alerta Prévio continua a ser um elemento essencial da arquitectura continental de paz e de segurança. Pelo que o seu estabelecimento completo constitui uma urgência. No decorrer do período em análise, os esforços da Comissão da União Africana centraram-se na elaboração de um roteiro visando estabelecer este sistema. Neste contexto, consultas tiveram lugar com as Comunidades Económicas Regionais (CER's), no decorrer de uma reunião de peritos realizada aos 22 e 23 de Março de 2003, em Adis Abeba. Está prevista a continuação das consultas com outras entidades, assim como com os Estados-membros, nas próximas semanas e meses. Enquanto isso, e graças ao apoio de instituições e de países parceiros, a sala de monitorização da UA, que constitui um elemento essencial do Sistema continental de alerta prévio, foi renovada. Outras medidas serão tomadas muito em breve, com vista a reforçar as suas capacidades.

### **Constituição do Grupo de Sábios**

45. No que concerne o Grupo de Sábios, penso iniciar as consultas necessárias, com vista a submeter recomendações à próxima sessão da Conferência da União sobre a nomeação dos membros do Grupo.

### **Estabelecimento de Força Africana em Estado de Alerta (FAEA)**

46. Durante o período em revista, foram feitos progressos significativos à respeito do estabelecimento de FAEA. Apraz-me, em particular, realçar o lançamento formal e solene da Brigada para a Região Oriental (EASBRIG), que teve lugar na Sede da UA, em Adis Abeba, a 11 de Abril de 2005. De igual modo, registaram-se também progressos na África Ocidental, Austral e Central.

47. Tal como referido acima, de 22 a 23 de Março de 2005, a Comissão convocou, em Adis Abeba, uma reunião com os Mecanismos Regionais para a Prevenção, Resolução e Gestão de Conflitos, para passar em revista, vários aspectos das suas relações no domínio da Paz e Segurança. A reunião acordou sobre um plano (Road Map), identificando as medidas práticas a tomar quer a nível continental quer regional, para a operacionalização da Fase 1 da FAEA, até Junho de 2006. Estas medidas, incluem, entre outras:

- O estabelecimento de Elementos de Planificação (PLANELMs), que ao nível da UA, quer das CERs, até Junho de 2005;
- Conclusão, até Dezembro de 2005, de estudos relacionados com os diferentes aspectos da FAEA (i.e. logística, comunicações, formação/treino, Procedimentos Padronizados de operações-SOPs) etc., incluindo através da convocação de workshops sectoriais técnicas;
- O estabelecimento de brigadas regionais; e
- O financiamento, colaboração e cooperação com países e instituições parceiras.

48. Acordou-se ainda que a UA levaria a cabo o acompanhamento e a revisão pacífica de implementação do Plano (Road Map) acordado. Neste sentido, as CERs deverão enviar relatórios de actividades, de 3 (três) em três meses. Por seu turno, a UA irá facilitar a disseminação da informação recolhida e a troca de experiências entre as CERs.

### **Elaboração do Memorando de Entendimento (MoU) entre a UA e as CERs**

49. Foram envidados esforços em atenção à elaboração de um MoU (Memorando de Entendimento) entre a UA e as CERs na área da paz e segurança. No decorrer da reunião de peritos ora mencionadas, os participantes trocaram pontos de vista acerca do projecto de MoU, que foi preparado pela Comissão, baseado nas Missões Consultivas levadas a cabo nas diferentes CERs, entre Novembro de 2003 e Janeiro de 2004, em consonância com o Artigo 16 de Protocolo que diz respeito a CPS (Conselho de Paz e Segurança). Os participantes sublinharam o facto de que o projecto de MoU (Memorando de Entendimento) constitui uma base vital par o trabalho e que deviam ser feitos os ajustamentos necessários ao documento, por forma a torná-lo mais focalizado e assegurar que o mesmo contribua efectivamente para coerência geral da arquitectura de paz e segurança continentais.

(ii) **Política Comum Africana de Defesa e de Segurança (PACDS)**

50. O Conselho estará lembrado que, no quadro da PACDS, um Pacto de Não Agressão e de Defesa Comum foi adoptado em Janeiro último pela Conferência da UA. Gostaria de informar o Conselho que o referido Pacto já foi assinado por 12 Estados-membros, enquanto são necessárias 15 ratificações para a sua entrada em vigor. Para além dos esforços visando assegurar a entrada em vigor deste instrumento, iniciativas serão tomadas para identificar outras actividades por empreender no quadro da PACDS.

III. **PREVENÇÃO, GESTÃO DE CONFLITOS E RECONSTRUÇÃO PÓS-CONFLITO**

51. Em paralelo à conclusão do estabelecimento da arquitectura continental de paz e de segurança, a Comissão da União Africana prosseguiu os seus esforços ligados à prevenção e à gestão de conflitos. No que se refere muito particularmente à prevenção de conflitos, o Plano de Acção realça a prevenção dita estrutural, que, contrariamente à prevenção dita directa ou operacional, visa atacar às causas profundas dos conflitos. Neste sentido, as consultas prosseguem ao nível da Comissão da União Africana com o objectivo de levar a bom porto o processo de revisão da Declaração de Lomé relativa às mudanças inconstitucionais. De igual modo, prevê-se, no decorrer do segundo semestre, o início dos programas relativos à gestão das fronteiras, à luta contra a violência e à promoção da cultura da paz. Estes programas serão concebidos e executados em cooperação com as CER's e as instituições parceiras.

52. Quanto aos conflitos propriamente ditos, a acção da Comissão da União Africana visou o reforço da implicação da UA, quer nos esforços de resolução, quer na implementação dos acordos de paz. De igual modo, a Comissão da União Africana encetou as medidas adequadas com vista à elaboração de uma abordagem global e coerente da reconstrução pós-conflito. Evidentemente, trata-se de um aspecto crucial dos esforços visando consolidar os progressos registados no domínio da paz e da segurança. Tendo em conta o número crescente dos conflitos em curso de resolução no continente (Sul do Sudão, RD Congo, Burundi, Cote d'Ivoire, Libéria, só para citar alguns), não há dúvida de que a questão da reconstrução pós-conflito vai ocupar um lugar de relevo na agenda da nossa União nas próximas décadas. Daí, a necessidade de articular uma abordagem que permite à UA identificar os domínios em que ela dispõe de uma vantagem comparativa e claro desempenhar o papel que lhe cabe, de uma maneira complementar aos esforços de outras instituições africanas ou não. Neste contexto, está prevista a organização, em Setembro próximo, de uma oficina que vai reunir todos os actores envolvidos.

53. Durante os últimos anos e, com vista a reforçar a sua contribuição para a prevenção e a gestão de conflitos, a UA estabeleceu Escritórios de Ligação ou enviou missões de apoio à paz ou de observação para diferentes zonas de conflito ou de tensão. Esta presença no terreno foi particularmente útil, tanto no que diz respeito ao acompanhamento das situações de conflito e o apoio à implementação dos acordos de paz, quanto para a visibilidade da acção da nossa União. É neste contexto que a Comissão está a proceder ao reforço dos meios e dos recursos humanos das missões e dos escritórios de ligação da UA. Uma outra preocupação, que se tornou evidente a favor

do desdobramento da AMIS, diz respeito aos procedimentos de selecção e de adjudicação dos mercados da UA. Manifestamente, os procedimentos actuais, que foram concebidos num momento em que a dimensão operacional das nossas actividades eram muito reduzidas, já não estão adaptadas às exigências de operações de apoio à paz, tais como a que está em curso em Darfur; tratam-se de operações que requerem ao mesmo tempo flexibilidade e delegação de poderes. No caso específico do Darfur, soluções *ad hoc* estão em vias de ser encontradas. Trata-se neste momento de elaborar, com a assistência de instituições como as Nações Unidas, procedimentos permanentes que se devem aplicar a todas as operações de apoio à paz, tendo em conta as responsabilidades crescentes assumidas pela nossa União neste domínio.

54. Recorda-se que o Conselho, na sua Sessão de Abuja, e na iniciativa da Nigéria, discutiu acerca da necessidade de se conceber uma política africana relativamente ao abastecimento de artigos à UA e a missões de manutenção da Paz dos NU. Não há dúvida de que, enquanto nações africanas têm estado na vanguarda, contribuindo com tropas para operações de manutenção da paz, o continente raramente aparece no abastecimento de artigos para as referidas missões. Por outro lado, os países africanos têm efectivamente vantagens comparativas em algumas áreas, especialmente na preparação e suprimento de bens alimentícios. À luz do acima descrito, foi apresentada a proposta segundo a qual a UA deveria considerar o desenvolvimento de uma política africana que assegure que companhias e negócios africanos são priorizados em termos de abastecimento de materiais às operações de manutenção da paz das NU e da UA, em África, e identifique aqueles artigos que podem ser obtido dentro de África. Subsequentemente, o Conselho adoptou a decisão EX.CL/Dec. 189 (VI), solicitando à Comissão no sentido de estabelecer um Grupo de Trabalho para efectuar um estudo da proposta e submeter um relatório à sua 7ª Sessão Ordinária.

55. No decorrer do período ora em revista, a Comissão levou a cabo consultas internas sobre como melhor implementar a decisão adoptada em Abuja. Como um acompanhamento destas consultas, a Comissão prevê convocar uma reunião unindo todos os actores para formularem recomendações sobre a melhor via a seguir. No entanto, a Comissão deu passos no sentido de envolver companhias africanas no suprimento de bens e serviços às AMIS. Neste sentido, uma Força de Trabalho Interdepartamental deslocou-se à Darfur, de 8 a 15 de Fevereiro de 2005, com vista a formular modalidades para um tal envolvimento. Subsequentemente, estabeleceram-se contactos preliminares com algumas companhias africanas.

56. De uma maneira mais geral, os meses passados foram marcados por progressos notáveis na resolução de conflitos que abalam o nosso continente. Tratam-se nomeadamente do Burundi e da RDC, com a continuação dos processos de transição nestes dois países, apesar dos atrasos registados e das dificuldades encontradas; da Cote d'Ivoire, onde o processo de implementação dos Acordos de Linas-Marcoussis e de Acra III foi colocado de novo nos carris graças aos esforços do Presidente Thabo Mbeki; e da Libéria, onde as eleições que devem marcar o fim da transição deviam ter lugar, como previsto, em Outubro deste ano. Não se deve poupar nenhum esforço no sentido de garantir o carácter irreversível destes avanços.



57. Ao mesmo tempo, esforços contínuos são manifestamente necessários no sentido de ultrapassar o impasse persistente no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia; relançar a dinâmica de paz na Somália, para evitar o risco de vermos os resultados da Conferência de reconciliação conduzida sob a égide da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) postos em causa; para um desfecho feliz das negociações na região sudanesa do Darfur, bem como melhorar as condições de segurança na região e lutar contra a impunidade. Em todas essas situações espera-se da União Africana que desempenhe um papel primordial. Os acontecimentos registados no Togo, depois da morte do General Gnassingbe Eyadema, mostraram claramente que uma acção coordenada baseada nos princípios da nossa União pode produzir resultados concretos; estes acontecimentos realçaram também a necessidade de uma concertação mais estreita entre a UA e a CEDEAO, assim como a urgência que reveste a revisão da Declaração de Lome no sentido de a adaptar às exigências do momento.

58. Os parágrafos seguintes dão uma panorâmica do estado de evolução das diferentes situações de conflito que o nosso continente enfrenta.

**(i) Comores**

59. No decorrer do período em análise, a Comissão continuou a acompanhar a situação nas Comores, nomeadamente a evolução do processo de reconciliação no arquipélago. Apesar dos progressos registados, o processo continua a fazer face a inúmeras dificuldades, ligadas nomeadamente à falta de diálogo e de cooperação entre os executivos da União e das ilhas, assim como entre o Executivo e a Assembleia da União; ao problema de partilha das competências entre a União e as ilhas; ao atraso registado na adopção, a promulgação e a implementação das principais leis necessárias à conclusão do processo; assim como à falta de recursos humanos e materiais. Além disso, convém notar que no plano militar e da segurança, colocam-se vários problemas que dizem respeito nomeadamente à formação de um exército único; os estatutos e a estrutura das forças de segurança interna das ilhas autónomas; e o destacamento do exército da União em todo o território nacional. De igual modo, a situação permanece preocupante no plano sócio-económico.

60. No quadro dos esforços visando ajudar as partes comorianas a ultrapassarem estas dificuldades, o meu Enviado Especial para as Comores, Francisco Madeira, deslocou-se ao arquipélago de 21 a 28 de Março de 2005. Em seguida, uma delegação ministerial dos países da região e da Troika da UA deslocou-se ao terreno, aos 6 e 7 de Maio de 2005. No prolongamento dessas visitas, prevê-se nomeadamente o estabelecimento de um grupo de peritos africanos, para ajudar o arquipélago a ultrapassar as dificuldades técnicas ligadas à implementação do processo de reconciliação, bem como acelerar a realização da mesa-redonda de doadores destinada a mobilizar os recursos necessários ao desenvolvimento sócio-económico do arquipélago. Porém, cabe as partes comorianas a principal responsabilidade de facilitar a conclusão bem sucedida do processo de reconciliação no seu país. Neste contexto, gostaria, mais uma vez, de os exortar a demonstrar a vontade política e o sentido de compromisso necessários.

**(ii) Somália**

61. Desde a Cimeira de Abuja, foram envidados esforços sustidos para facilitar o desdobramento da Missão de Apoio à Paz da IGAD (IGASOM) na Somália, na sequência do Comunicado adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo da IGAD, em Abuja, nos finais de Janeiro de 2005, e que a Assembleia da União, reunida naquela altura, no mesmo local, apoio subsequentemente. No acompanhamento da decisão da 24ª reunião do CPS, realizada a 7 de Fevereiro de 2005, que autorizou a IGAD a desdobrar uma Missão de Apoio à Paz na Somália, dependendo do desdobramento de uma Missão de Apoio à Paz da UA, a 29ª reunião do CPS, realizada a 12 de Maio de 2005, autorizou especificamente o desdobramento da Fase 1 da IGASOM, com tropas a serem providas pelo Uganda e Sudão, em conformidade com a decisão da 24ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da IGAD, realizada a 17 e 18 de Março de 2005, em Nairobi.

62. Ao mesmo tempo, as condições que prevalecem no seio de instituições Federais de Transição Somálias (STFIS) continuaram a constituir motivo de preocupação. Desde o seu estabelecimento, nos finais do ano passado, e mesmo havendo planos iniciais para a recolocação das TFIs em princípios de Dezembro de 2004, elas permaneceram em Nairobi, até à data. A situação de segurança não registou melhorias satisfatórias em Mogadíscio e noutras partes da Somália. Não obstante a existência de uma causa comum entre estas constituições para a recolocação na somália, sem mais demoras, diferenças continuaram a prejudicar os esforços em prol da referida recolocação. Não existe consenso entre as TFIs, sobre a recolocação fosse para Mogaquíscio, a capital, ou para outras cidades de trânsito, dependendo da estabilização da situação de segurança em Mogadíscio. Também, existe falta de consenso em relação á composição de tropas estrangeiras que devem apoiar o processo de recolocação, bem como a estabilização da situação de segurança e a formação/treino da polícia e forças armadas. A falta de fundos para a recolocação e outras necessidades acrescentam-se aos problemas enfrentados pelas TEIs. Tendo em conta estes desafios e a pesada tarefa a ser levada a cabo pela IGASOM, e posteriormente pela UA, que virá substituir a IGASOM, no termo da fase 1, há necessidade de se forjar harmonia entre as TFIs e mobilizar o apoio necessário para o processo de paz. Por outro lado, o Presidente da Comissão enviou uma missão de investigação na Somaliland e os contactos com as outoridades da Somaliland processeguem-se.

**(iii) Etiópia**

63. A Etiópia foi abalada por graves violências pós-eleitoral, enquanto as eleições gerais de 15 de Maio de 2005 decorreram num ambiente calmo e uma disciplina saudados pela Comunidade internacional. Esta crise provocou cerca de 30 mortos e inúmeras detenções. Apraz-me informar que a situação está em via de normalização. A União Africana está plenamente empenhada no processo de mediação em curso e na Comissão de verificação cujo objectivo consiste em encontrar uma forma de entendimento entre a oposição e o Governo etíopes, com vista a uma resolução pacífica e transparente desta crise eleitoral.

**(iv) Etiópia-Eritréia**

64. O processo de Paz Etio-Eritréu não teve quaisquer progressos significativos, nos últimos meses. Continua a haver impasse devido às abordagens divergentes das partes no concernente à implementação da Decisão de Abril de 2002 da Comissão de Fronteiras. Enquanto que a Eritréia apela para implementação total e incondicional de decisão, a Etiópia vinca a necessidade de se engajar em diálogo para a resolução de questões contenciosas, resultantes da Decisão. Apesar de ocorrências de incidentes, continuam a prevalecer a calma, e uma relativa estabilidade na Zona de Segurança Temporária (TSZ), ao longo da zona fronteiriça.

65. A Missão das NU na Etiópia e Eritréia (UNMEE) continua a monitorizar a situação na zona fronteiriça. Neste sentido, o Conselho de Segurança das NU, a 14 de Março de 2005, prorrogou o mandato da UNMEE até 15 de Setembro de 2005. Naquela ocasião, o Conselho enfatizou também de que a Etiópia e a Eritréia têm a responsabilidade primordial pela implementação dos Acordos de Argel e a Decisão da Comissão de Fronteiras, e fez um apelo a ambas as partes a demonstrarem liderança para o alcance de uma normalização plena das suas relações, incluindo através de diálogo político para a adopção de mais medidas de construção de confiança, e consolidar os progressos alcançados até agora, fazendo uso do quadro existente da Comissão de Fronteiras. O Conselho lançou igualmente um apelo às partes para cooperarem cabal e pontualmente com a Comissão de Fronteiras e criar as condições necessárias para que a demarcação se proceda de forma expedita.

66. A Missão de Ligação da OUA na Etiópia e Eritréia (OLMEE) continua a realizar actividades de monitorização, juntamente com a OLMEE. De minha parte, tive consultas e continuo a fazê-las, com vista a explorar vias e meios de encontrar soluções duradoiras para o problema da fronteira, incluindo através da convocação de uma reunião oportuna dos testemunhos dos Acordos de Argel, a fim de rever a situação.

**(v) Sudão**

67. O processo de paz do Sudão foi concluído com êxito a 9 de Janeiro de 2005, quando o Governo sudanês (GoS) e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A), assinaram o Acordo Geral de Paz (CPA), pondo termo ao conflito armado mais antigo de África. O CPA está a ser implementado em duas etapas, iniciando com um período pré-interino de seis meses, que começou com a assinatura do acordo; este período será procedido de um período interno, após o qual haverá um referendo para decidir sobre o futuro do sul do Sudão. O CPA difunde, entre outros aspectos, a elaboração de uma Constituição Nacional Interina (CNI), que passará a ser a base do Governo de Unidade Nacional, durante o período de transição. A este respeito, as partes sudanesas submeteram as suas propostas para a CNI. Importa também notar que, a 24 de Março de 2005, o Conselho de Segurança das NU decidiu estabelecer, para um período inicial de seis meses, a Missão das NU no Sudão (UNMIS), integrando até 10.000 efectivos militares e uma componente civil apropriada, para assistir na implementação do CPA.

68. Por seu turno, e em apoio ao CPA, o Comité Ministerial da UA sobre a Reconstrução Pós-conflito no Sudão, realizou um “workshop” na cidade do Cabo (Cape

Town), a 18 de Fevereiro de 2005, para a formulação de uma estratégia na base do qual se espera que os Estados Membros contribuam para os esforços de reconstrução pós-conflito no país. Subsequentemente, o Comité visitou o Sudão de 22 a 26 de Março de 2005. Participou igualmente na Conferência de Doadores realizada em Oslo, de 11 a 12 de Abril de 2005, com o objectivo de mobilizar apoio para a reconstrução pós-conflito no Sudão. A Conferência angariou mais de 4,5 biliões de dólares para a primeira fase do plano de desenvolvimento do Sudão.

69. Enquanto se fizeram progressos na procura de uma solução duradoira para o conflito no sul do Sudão, a situação em Darfur continua a constituir motivo de grande preocupação. Apesar dos esforços de melhorias alcançadas pela AMIS nas áreas onde se encontram instaladas, a insegurança continua a prevalecer no terreno, com ataques contínuos contra civis, particularmente, perpetrados pelas milícias Janjaweed, bem como incidentes cada vez mais crescentes de banditismo e ataques armados dos movimentos rebeldes contra organizações humanitárias e coluna de carros comerciais. Estes desenvolvimentos têm um impacto negativo sobre o trabalho de assistência humanitária extremamente necessária para a população civil.

70. É contra este pano de fundo que a 28ª Reunião do CPS (Conselho de Paz e Segurança), tida lugar a 28 de Abril de 2005, tendo notado que a Missão da UA no terreno não teve força suficiente para implementar efectivamente o seu mandato, decidiu aumentar a efectivo de Missão para um total de 6,171 militares, com uma componente civil adequada, incluindo um número máximo de 1,560 efectivos da polícia civil, até fins de Setembro de 2005. Desde então, a Comissão deu inúmeros passos para tornar possível o desdobramento do reforço autorizado dentro do calendário estipulado, incluindo a realização em Adis Abeba, a 26 de Maio de 2005, de uma Conferência de Garantia (promessa) para a mobilização do financiamento e recursos logísticos necessários.

71. No que diz respeito às negociações para o alcance de um acordo político geral, importa frisar que o período em revista tem-se caracterizado por consultas intensas com as partes, a quem foram submetidos um Projecto de Quadro Protocolar para a Resolução do Conflito em Darfur, assim como com a co-Mediação Chadinana, e as autoridades nigerianas na sua capacidade como facilitadores, e parceiros da UA. As conversações serão retomadas em Abuja, a 10 de Junho de 2005. Apraz-me também indicar que nomeei Salim Ahmed Salim, antigo Secretário Geral da OUA como meu Enviado Especial para Darfur a cargo do processo de negociações. Espero profundamente que as próximas negociações culminem, o mais depressa possível, com num acordo global.

#### **(vi) República Democrática do Congo**

72. O Período em análise foi marcado por progressos significativos no processo de transição, apesar das tensões persistentes no seio da classe política congoleza e do recrudescimento da insegurança, nomeadamente na região de Ituri. Neste contexto, o anúncio de um eventual adiamento das eleições, feito pelo Presidente da Comissão Eleitoral independente, provocou, no princípio do ano, uma forte efervescência no seio da classe política congoleza. Perante esta situação, a Comunidade internacional implicou-se

ainda mais no acompanhamento da transição; o que permitiu acelerar a análise das leis relativas ao processo eleitoral. Foi igualmente no quadro desta dinâmica que o projecto de Constituição foi adoptado a 16 de Maio de 2005, pelas duas Câmaras (Parlamento e Senado), na presença dos Presidentes Joseph Kabila e Thabo Mbeki. O referido projecto será proximamente submetido a referendo. A situação geral não é menos frágil, pelo que exige um engajamento contínuo da comunidade internacional.

73. Além disso, os Mecanismos conjuntos de verificação estabelecidos entre a RD Congo e o Ruanda (MVC), por um lado, e entre a RD Congo, o Ruanda e o Uganda (a Tripartida), por outro, contribuíram para restaurar a confiança entre os três países e reforçar a esperança de uma paz duradoira na região. Por seu turno, a Comissão da União Africana participa activamente no funcionamento do MVC. Neste sentido, os oficiais que designou para participarem nas actividades das Equipas de Verificação conjunta já estão a operar no terreno. Participou igualmente em todas as reuniões organizadas no quadro da Tripartida.

74. No quadro da implementação da decisão da 23ª reunião do CPS, realizada em Libreville, a 10 de Janeiro último, sobre o desarmamento e a neutralização das ex-FAR/Interahamwe e outros grupos armados no Leste da RD Congo, a Comissão da União Africana organizou uma reunião consultiva sobre a questão, em Adis Abeba, aos 15 e 16 de Março de 2005. Esta foi seguida, a 22 de Abril de 2005, ainda em Adis Abeba, por uma reunião de peritos militares dos Estados-membros do Comité de Estado-maior do CPS e do Comité da UA sobre a RD Congo. No momento da conclusão do presente relatório a Comissão da União Africana preparava-se para submeter recomendações ao CPS. É neste quadro que as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) publicaram a 31 de Março de 2005, em Roma, uma Declaração através da qual este movimento anunciou a sua condenação do genocídio perpetrado no Ruanda, em 1994, assim como dos seus autores, a sua renúncia à luta armada, e o seu engajamento a integrar o programa do DDRRR criado pelas Nações Unidas.

75. Apesar desta evolução globalmente encorajadora, a situação da segurança e humanitária permanece ainda preocupante em Ituri, onde certos grupos armados continuam a atacar os colunas da MONUC e recusam-se depor as armas. Todavia, a firmeza da MONUC em relação a estes grupos permitiu a mais de 13.000 elementos armados, entre os quais inúmeras crianças soldados, a entregarem voluntariamente as armas.

#### **(vii) Burundi**

76. No Burundi, o processo de paz e de reconciliação entrou na sua última fase. A Constituição pós-transição foi adoptada por referendo, a 28 de Fevereiro de 2005. O calendário eleitoral inicial, publicado a 16 de Outubro de 2004, previa a realização dos escrutínios entre 26 de Novembro de 2004 e 22 de Abril de 2005. Visto que constrangimentos de vária ordem não permitiram respeitar estes prazos, um novo calendário foi definido, que prevê nomeadamente a realização das eleições legislativas, a 4 de Julho de 2005, e as eleições presidenciais a 19 de Agosto de 2005. Em razão do atraso registado, a 24ª Cimeira da Iniciativa regional para a paz no Burundi, realizada a 22 de Abril de 2005, em Entebe, Uganda, decidiu prorrogar o período de transição até 26 de Agosto de 2005, data em que o Presidente eleito deverá tomar posse.

77. Entretanto, o PALIPEHUTU – FNL, último movimento armado que não integrou o processo de paz, exprimiu a sua vontade de iniciar negociações sérias com o Governo de transição e trabalhar num plano de paz viável. É neste contexto que o Presidente Benjamin Mkapa facilitou um encontro entre o Presidente do Burundi, Domitien Ndayizeye, e Agathon Rwaso, a 15 de Maio de 2005, em Dar-es-Salaam. Na ocasião, as duas partes declararam uma cessação imediata das hostilidades e decidiram constituir equipas técnicas com a missão de definir os mecanismos de um cessar-fogo permanente; comprometeram-se também a iniciar negociações dentro em breve, sem contudo impedir o processo eleitoral em curso. Paralelamente, o processo de reforma do sector da segurança segue o seu curso normal.

78. O Conselho estará lembrado que o CPS, durante a sua reunião de 15 de Novembro de 2004, autorizou a Força de protecção sul-africana encarregue de proteger personalidades políticas no Burundi operou sob o mandato da União Africana. Apraz-me informar o Conselho que a substituição da Força de protecção pela União Africana é doravante efectiva.

#### **(viii) Processo da Conferência Internacional sobre os Grandes Lagos**

79. O Conselho estará recordado que a primeira fase do processo da Conferência internacional sobre a região dos Grandes Lagos terminou com a organização da primeira Cimeira da Conferência, em Dar-es-Salaam, aos 19 e 20 de Novembro de 2004, e adopção de uma Declaração sobre a paz, a segurança, a democracia e o desenvolvimento na região dos Grandes Lagos. A segunda fase do processo da Conferência começou, com a realização em Kigali, aos 17 e 18 de Fevereiro de 2005, da primeira reunião do Comité interministerial regional (CIR), constituído pela Cimeira de Dar-es-Salaam. O CIR está encarregue de preparar os projectos de protocolos e de programas de acção relativos aos quatro temas da Conferência, que serão adoptados pela 2ª Cimeira que terá lugar em Nairobi, em Novembro de 2005.

80. Os quatro grupos técnicos temáticos (GTT) constituídos pelo CIR, em Kigali, realizaram a sua primeira reunião em Mombassa, de 4 a 8 de Abril de 2005, tendo acordado, entre outros, na lista dos programas de acção ao nível de cada GTT. Estes projectos, que serão submetidos à consideração do CIR durante as suas reuniões futuras, serão elaborados pelo Comité regional preparatório apoiado pelos peritos. A Comissão da União Africana participou activamente nessas reuniões no quadro do Secretariado conjunto UA/NU; assim como tomou as medidas necessárias com vista ao funcionamento efectivo do Escritório de Ligação da UA para os Grandes Lagos, sediado em Nairobi.

#### **(ix) República Centro-Africana**

81. A situação na República Centro-Africana foi marcada nesses últimos meses pela realização de eleições presidenciais e legislativas (a 13 de Março, para a primeira volta, e 18 de Maio de 2005, para a 2ª volta). O General Bozize foi declarado eleito com 64,6% dos votos, contra 35% para Martin Ziguéle, que reconheceu a sua derrota e felicitou o seu

adversário. Além disso, a Convergência Kwa Na Kwa, a coligação dos partidários do General Bozize obteve a maioria relativa na Assembleia Nacional, ao ganhar 40 assentos dos 105 previstos. Do ponto de vista geral, esses escrutínios realizaram-se num ambiente de calma. Todavia, a publicação dos resultados da 2ª volta das legislativas deu lugar a vários contenciosos e até confrontos em alguns círculos eleitorais.

82. Enquanto isso, o Conselho estará lembrado que, perante o problema de segurança que se coloca em todo o país e muito particularmente nas províncias do interior, a Comissão da União Africana apoiou o pedido de assistência financeira a favor da força multinacional da CEMAC (FOMUC), no quadro da Facilidade de apoio à paz estabelecida pela União Europeia (UE) a pedido da UA. Uma contribuição de 3,38 milhões de Euro foi entregue à FOMUC, cobrindo as necessidades da força para o período entre 1 de Novembro de 2004 a 30 de Junho de 2005. A CEMAC solicitou de novo, em Abril de 2005, o apoio da Comissão da União Africana para uma recondução deste financiamento, a fim de permitir à FOMUC terminar a missão de reestruturação das forças armadas centro-africanas e da estabilização do país. A Comissão da União Africana iniciou diligências necessárias para a obtenção de um financiamento, com vista a permitir à FOMUC prosseguir a sua missão na RCA.

83. O fim das eleições presidenciais e legislativas marca uma etapa crucial no retorno à legalidade constitucional no país. A Comissão da União Africana prevê a tomada das iniciativas necessárias no sentido de consolidar esta evolução positiva e participar activamente nos esforços de reajustamento sócio-económico da RCA.

**(x) Cote d'Ivoire**

84. No quadro do prolongamento da decisão 23ª reunião do CPS, realizada em Libreville, Gabão, a 10 de Janeiro de 2005, sobre a situação na Cote d'Ivoire, o Presidente Thabo Mbeki prosseguiu a sua mediação, com vista a relançar o processo de reconciliação neste país. Esses esforços culminaram com a assinatura, a 6 de Abril de 2005, do Acordo de Pretória entre as partes ivoirenses. Este Acordo diz respeito, entre outros, a uma declaração comum de fim de guerra; o desarmamento e o desmantelamento das milícias; o programa de desarmamento, de desmobilização e de reinserção (DDR); a segurança na zona sob a responsabilidade das Forças Novas; a segurança dos membros do Governo saídos das Forças novas; a delegação de poderes ao Primeiro-ministro; a Comissão eleitoral independente; a organização das eleições; assim como a questão de elegibilidade para a Presidência da República sobre a qual o Mediador só se vai pronunciar depois de consultas com o Presidente em exercício da UA e o Secretário-geral das Nações Unidas.

85. Numa carta datada de 11 de Abril de 2005, o Presidente Mbeki pediu ao Presidente Laurent Gbagbo a implementar as disposições do Artigo 48 da Constituição ivoirense. A 26 de Abril, o Presidente Gbagbo decidiu aplicar o Artigo 48 e decretou que todos os signatários do Acordo de Linas-Marcoussis eram elegíveis. Ao mesmo tempo, o início da operação de desarmamento e de desmantelamento das milícias teve lugar em Guiglo, Oeste da Cote d'Ivoire, a 25 de Maio. Encorajo as partes ivoirenses a respeitarem os compromissos assumidos e trabalhar para a plena aplicação do Acordo de Linas-Marcoussis.

**(xi) Libéria**

86. Desde Janeiro de 2005, alcançaram-se muitos progressos na implementação do Acordo Geral de Acra (CPA) de Agosto de 2003. No meio de apelos da Assembleia Nacional Legislativa de Transição (NTLA) e outros segmentos da Sociedade para a apazamento das eleições, foram tomadas medidas para a realização, em Outubro próximo, de eleições gerais que irão encerrar de uma maneira bem sucedida o período de transição. Isto inclui-os programas de educação do votante e registo do eleitorado, após o fim do programa de desarmamento e desmobilização, em Novembro último.

87. Porém, é prevista a supressão de uma série de dificuldades com vista a chegar-se a um fim exitoso do processo actual. A este respeito, vale a pena mencionar, entre outras coisas, a reestruturação e a reforma das Forças Armadas Liberianas (AFL), que se encontram paralisadas por falta de fundos. Além disso, existem acusações repetidas vezes de corrupção e falta de transparência, integridade e responsabilidade impostas contra as instituições de transição, que dificultam ainda mais a mobilização do apoio necessária da comunidade doadora. Reagindo a estas acusações, o Governo criou um Grupo Especial de Trabalho anti-Corrupção, e com poderes para investigar alegações de corrupção no sector público. Este Grupo de Trabalho deverá provar a sua eficiência na realização do mandato que se lhe foi incumbido.

88. Por seu turno, a Comissão continua a prestar apoio ao processo liberiano em curso. Além da contribuição do Escritório de ligação de UA em Monróvia para a implementação do CPA, o meu Enviado Especial visitou Libéria de 2 a 10 de Abril de 2005, para uma avaliação geral da situação. A Comissão abordou geralmente a UE em busca do necessitado apoio para a reestruturação e reforma da AFL. Na altura da conclusão do presente relatório, fizeram-se esforços para o provimento de mais assistência ao processo de paz liberiano.

**(xii) Togo**

89. No Togo, tratou-se, na sequência do passamento físico do Presidente Gnassingbé Eyadema, a 5 de Fevereiro de 2005, de apelar a favor do restabelecimento da legalidade constitucional, pelo respeito pelo Artigo 65º da Constituição da República Togolesa que estipula a sucessão do Presidente da República em caso de vacatura do poder. A pressão conjunta da União Africana, da CEDEAO e da Comunidade internacional permitiu obter o retorno à legalidade e a organização, segundo os prazos definidos pela Constituição, eleições presidenciais. A CEDEAO considerou que as anomalias constatadas no decorrer do escrutínio não remetiam em causa a credibilidade da eleição. Porém, é preciso notar as violências e as controvérsias que marcaram essas eleições causando a partida de 30.000 Togoleses para o Benin e a França.

90. É neste quadro que a 30ª reunião do CPS, realizada a 27 de Maio de 2005, exortou as partes togolesas para uma maior retenção e um sentido de compromisso, a fim de favorecer a constituição de um Governo de ímpeto nacional e promover a reconciliação e a democracia. O Conselho apoiou a minha decisão de nomear um Enviado especial no sentido de facilitar o diálogo entre as partes togolesas, isto em colaboração com a CEDEAO, e encorajou-me a tomar quaisquer outras disposições



achadas necessárias, incluindo o envio de uma missão de observação, a fim de acompanhar a evolução da situação política, da segurança, social e humanitária, assim como a dos Direitos do homem no Togo. Ao mesmo tempo, o Conselho considerou que as condições da retoma da participação das autoridades de facto do Togo e dos seus representantes nas actividades de todas as instâncias da UA são cumpridas, e pediu, por conseguinte, à Comissão da União Africana a tomar as disposições necessárias para garantir a retoma da participação do Togo.

91. A pedido do Presidente em exercício, o Presidente da Comissão da União Africana cancelou o envio de um Enviado especial e de uma missão de observação e decidiu apoiar os esforços do Presidente em exercício. Desde 21 de Junho de 2005, um novo Governo foi constituído tendo o Senhor Edem Kodjo como Primeiro-ministro saído da chamada oposição moderada.

### **(xiii) Guiné-Bissau**

92. Desde o golpe de Estado que derrubou o Presidente Kumba Yala, a 14 de Setembro de 2003, a UA presta o seu apoio aos esforços envidados pela CEDEAO, com vista ao retorno definitivo à legalidade constitucional e à estabilidade. O Conselho estará lembrado que, em conformidade com a Carta da Transição, as eleições legislativas que se realizaram nos dias 28 e 30 de Março de 2004, permitiram a formação de um Governo e a instalação de uma Assembleia nacional popular. A eleição presidencial que marcará o retorno definitivo à legalidade constitucional realiza-se a 19 de Junho de 2005.

93. Entretanto, convém sublinhar que se a situação no país continua calma, a motim de 6 de Outubro de 2004 gerou uma real tensão, agravada esses últimos meses por vários acontecimentos, nomeadamente a desintegração dos partidos políticos, as candidaturas controversas ao escrutínio presidencial dos antigos Presidentes Kumba Yala e João Bernardo Vieira, e a declaração feita, a 15 de Maio de 2005, por Kumba Yala reivindicando a sua legitimidade de Presidente da República e apelando para o adiamento da eleição presidencial. Neste sentido, convém notar a sua tentativa de ocupar o palácio presidencial na noite de 24 a 25 de Maio de 2005, com o apoio de um grupo de militares. No mês de Janeiro último, o meu Enviado especial, Francisco Madeira, deslocou-se à Guiné-Bissau a fim de avaliar a situação e submeter recomendações sobre a assistência que a UA pode prestar ao processo em curso no país. No momento da finalização deste relatório, estava prevista a convocação de uma reunião do CPS para analisar a situação na Guiné-Bissau.

### **(xiv) Sahara Ocidental**

94. Desde Janeiro último, os esforços em prol da resolução da disputa no território do Sahara Ocidental, não testemunharam quaisquer novos desenvolvimentos. Em particular, não houve progressos na implementação do Plano de Paz submetido às partes, há dois anos atrás, pelo então Enviado Especial do Secretário Geral das NU, James Baker, e que defende o exercício pelo povo do Sahara Ocidental dos seus direitos à auto-determinação, depois de um período de transição de cinco anos.

95. Como parte dos seus esforços contínuos, o Secretário Geral das NU, a 19 de Abril de 2005, submeteu ao Conselho de Segurança mais um outro relatório sobre a situação do diferendo no Sahara Ocidental. O Conselho de Segurança subsequentemente, considerou o referido relatório e adoptou-o, a 28 de Abril de 2005, a Resolução 1598 (2005) pelo qual, reiterava entre outros, o seu apelo às partes envolvidas e Estados da Região para continuarem a cooperar plenamente com as NU, ao mesmo que prorroga o mandato da NINURSO até 31 de Outubro de 2005.

96. Nos finais do mês de Maio de 2005, a cidade de Laayoune foi afectada por agitações e demonstrações organizadas e protagonizadas por activistas dos direitos humanos saharawis e seus apoiantes. Foi dado a conhecer que muitas pessoas ficaram feridas ou detidas. No dia 1 de Junho de 2005, o Presidente da RASD escreveu-me a informar-me acerca destes desenvolvimentos. Na sua missiva, ele indicou que as demonstrações visavam assegurar a libertação de prisioneiros saharawis, o respeito pelos direitos humanos, e direito do Povo Saharawi exercer o seu direito inalienável à auto-determinação. Ele fez um apelo a UA para intervir urgentemente e assegurar que as NU, incluindo o Conselho de Segurança, assumam as suas responsabilidades a fim de permitir que o povo saharawi exerça o seu direito à auto-determinação.

#### **IV. DESARMAMENTO**

97. O Plano de Acção estabeleceu um número de passos a dar à respeito das questões de desarmamento, incluindo a entrada em vigor imediato do Tratado de Pelindaba em África. Neste contexto, a Comissão participou na Conferência dos Estados-Parte e signatários de Tratados que estabelecem Zonas Livres de Armas Nucleares, que teve lugar em Tlatelolco, Mexico, de 26 a 28 de Abril de 2005. Gostaria de aproveitar esta ocasião para instar os Estados Membros que ainda não o fizeram, no sentido de assinarem e ratificarem o Tratado de Pelindaba, o mais rápido possível. Sem dúvida, que não houve quase progresso nenhum para a entrada em vigor do Tratado de Pelindaba: até 25 de Maio de 2005, passaram quase 10 (dez) anos da adopção do Tratado, apenas 16 Estados Membros tinham depositado os instrumentos de ratificação, quando são necessários, no mínimo 27 ratificações para a sua entrada em vigor.

#### **V. PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO**

98. Durante o período em análise, as actividades da Comissão em relação ao terrorismo dividiam-se em duas partes: campanha para a assinatura e ratificação da Convenção de Argel e o seu Protocolo, e a operacionalização do Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo (ACSRT). Na altura da finalização do presente relatório, 46 Estados Membros tinham assinado o Protocolo, mas nenhum depositou os seus instrumentos de ratificação; são necessárias 15 ratificações para a sua entrada em vigor.

99. Desde a inauguração do ACSRT, a Comissão continuou a envidar esforços para a operacionalização do Centro. Estes esforços resultaram na nomeação do Director ad interim do Centro. Por outro lado, e em cumprimento da decisão EX.CL/Dec. 177 (VI) adoptada pelo Conselho na sua 6ª Sessão Ordinária, o CRP (Comité dos Representantes Permanentes) analisou e aprovou o Projecto de modalidade para o funcionamento do Centro (ACSRT). Para facilitar o funcionamento efectivo do Centro, o Governo da Argélia

desembolsou uma soma de 2 milhões de dólares para o seu funcionamento e cobrir os custos de operação. Desde que assumiu as suas funções, o Director do Centro participou numa série de fóruns internacionais, incluindo um seminário sobre Contra-terrorismo, organizado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a 1 de Março de 2005, e num seminário sobre a lavagem de dinheiro e o financiamento do turismo, organizado pelo Governo suíço, em Genebra, de 18 a 23 de Abril de 2005. Estes Fóruns permitiram o Centro alcançar a comunidade internacional e promover a cooperação. Na altura de finalização deste relatório, a Comissão estava a concluir os preparativos para as seguintes actividades:

- a reunião dos Pontos Focais Nacionais, a ter lugar em Argel, de 7 a 8 de Junho de 2005, que irá, entre outros, analisar e aprovar o programa de trabalho do Centro;
- a assinatura do Acordo de Sede entre a Comissão da UA e o Governo Argelino sobre a Sede do Centro;
- o envio de pessoal da Sede para prestar assistência na operacionalização do centro, particularmente no estabelecimento dos procedimentos administrativos e financeiros do Centro, com base nos Regulamentos e Normas da Comissão; e
- o recrutamento do pessoal do Centro.

100. Como parte dos esforços visam consolidar a capacidade da União na prevenção e combate ao terrorismo, a Comissão continua a envolver parceiros da UA para a mobilização de recursos. A Comissão tomou medidas para o fortalecimento de cooperação com a Direcção Executiva da CTC (CTED), cujo Director Geral visitou Adis Abeba, em Maio de 2005.

101. À luz do que precede, o desafio a enfrentar pela Comissão continua a residir na implementação da agenda de contra-terrorismo da UA, que inclui a ratificação da Convenção e o seu Protocolo ora em anexo, e o funcionamento efectivo do Centro (ACSRT).

## **VI. RELAÇÕES COM OS PARCEIROS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

102. A Comissão da União Africana manteve um diálogo contínuo com os parceiros da UA sobre as questões de paz e de segurança. Este diálogo, que tem lugar a vários níveis, contribuiu incontestavelmente para o reforço dos esforços da UA visando promover a paz e a segurança no Continente.

103. Em primeiro lugar, gostaria de sublinhar que ao longo dos seis últimos meses, a Comissão da União Africana manteve um contacto regular com as Nações Unidas sobre as diferentes situações de conflito no continente, incluindo sobre o desdobramento da AMIS pelo qual as NU estabeleceram uma Célula especial de apoio em Adis Abeba. Ao meu nível, mantive de igual modo contactos estreitos com o Secretário-geral das Nações Unidas. Nos dias 28 de Fevereiro e 1 de Março de 2005, uma delegação da Comissão da União Africana, que chefei pessoalmente, manteve conversações com o Secretário-

geral das Nações Unidas e com outros altos funcionários do Secretariado geral das NU sobre as diferentes situações de conflito no continente, assim como sobre as modalidades de uma cooperação mais estreita entre a UA e as Nações Unidas.

104. A 4 de Abril de 2005, e no quadro do Plano de Acção para a África do G8 sobre o reforço das capacidades africanas na condução das operações de manutenção da paz, a Comissão da União Africana organizou uma reunião consultiva entre a UA e as CER's, o Secretariado da NEPAD e os Representantes dos países membros do G8, da EU, das NU e dos parceiros importantes. A reunião tinha como objectivo analisar as actividades que necessitem de um apoio, com vista a consolidar a paz e a segurança em África, incluindo o estabelecimento de uma Força Africana em Estado de Alerta.

105. No contexto do Roteiro para o estabelecimento da FAA adoptada durante a reunião acima mencionada dos dias 22 e 23 de Março de 2003, e na perspectiva da Cimeira do G8, prevista para Gleneagles, na Escócia, em Julho de 2005, a reunião acordou num dado número de medidas visando apoiar a UA nos domínios tais como a FAA, as lições tiradas das experiências do passado, o sistema continental de alerta prévio, a reconstrução pós-conflito e a coordenação entre doadores. A reunião acordou ainda num mecanismo de acompanhamento que se articula em torno da Consulta prevista no Plano de Acção do G8 para a África, a ter lugar anualmente em Abril, a fim de avaliar os progressos realizados e preparar a Consulta anual acima mencionada; assim como consultas regulares nas capitais entre os parceiros da UA, as CER's e as outras partes envolvidas.

106. A frente de uma delegação da Comissão da União Africana, desloquei-me a 4 de Abril, a Washington para consultas com as autoridades americanas. Na ocasião, encontrei-me com a Secretária de Estado Americana, Condoleezza Rice. A visita permitiu consolidar a parceria entre a UA e os Estados Unidos da América, bem como discutir um dado número de questões de interesse comum. No quadro do acompanhamento da referida visita, prevê-se a organização regular de um diálogo de alto nível entre a Comissão da União Africana e o Governo americano sobre questões de interesse comum, alternadamente em Washington e em Adis Abeba. O primeiro encontro deste género terá lugar em Washington, na primeira quinzena do mês de Julho.

107. No decorrer do período em análise, a Comissão da União Africana continuou igualmente a aprofundar a sua parceria com a União Europeia. Neste quadro, a Comissão da União Africana participou na reunião ministerial da Troika Europa/África, realizada em Luxemburgo a 11 de Abril de 2005. Esta reunião serviu para abordar as situações de conflito no continente e outras questões conexas, bem como analisar as vias e meios do reforço da cooperação entre a UE e a UA. A 17 de Maio de 2005, desloquei-me a Bruxelas, a frente de uma delegação da Comissão da União Africana. Na ocasião, mantive conversações frutuosas sobre as diferentes situações de conflito e outras questões com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, assim como com o Alto Representante da Política externa e da Segurança comum da UE, Javier Solana, e o Comissário europeu para o Desenvolvimento, Louis Michel. Encontrei-me também com o Secretário-geral da NATO, Jaap de Hoop Scheffer, e o Conselho atlântico a fim de debater o apoio eventual que a NATO pode dar à UA, no quadro do desdobramento da AMIS.

108. No que se refere ao Darfur, em particular, convém mencionar a Conferência de anúncios de contribuições para a AMIS que teve lugar em Adis Abeba, a 26 de Maio de 2005. Esta Conferência, co-presidida pelo Secretário-geral das Nações Unidas e eu próprio e na qual participaram os nossos parceiros, permitiu mobilizar o apoio necessário visando reforçar a AMIS, tal como decidido pelo CPS na sua reunião de 28 de Abril de 2005.

109. A Comissão da União Africana manteve igualmente contactos estreitos com inúmeros parceiros bilaterais e multilaterais. Gostaria de mencionar, em particular, a visita efectuada a Adis Abeba, a 9 de Maio de 2005, por S.E. Sr. Abdou Diouf, Secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia (OIF), no decorrer da qual assinámos um Memorando sobre a cooperação entre a UA e a OIF. Entre outras disposições, o Memorando prevê uma cooperação reforçada entre ambas as instituições no domínio da prevenção e da gestão de conflitos.

## **VII. CONCLUSÃO**

110. Em geral, se por um lado, progressos incontestáveis foram realizados na promoção da paz e da segurança; por outro, o caminho por percorrer continua ainda longo. A urgência é tanto quanto maior que os sofrimentos infligidos às populações civis nas zonas de conflito, são indizíveis e que a empreitada de desenvolvimento e de integração que se encontra no centro das preocupações da UA, só poderá ser levada a cabo quando a paz e a estabilidade forem restauradas de forma duradoura em todo o continente. Como se isto não bastasse, acrescenta-se a distorção da imagem do nosso continente, muitas das vezes e injustamente, associado à violência e à instabilidade, tornando ainda mais difícil a mobilização dos investimentos estrangeiros necessários à descolagem económica do continente.

111. Outrossim, a presente sessão da nossa União deve constituir uma oportunidade para os dirigentes africanos consolidarem os mecanismos existentes de prevenção e de resolução de conflitos, bem como reiterarem a sua determinação em erradicar o flagelo de conflitos no continente, incluindo através de uma implementação mais ousada do princípio de não-indiferença, consagrado no Acto Constitutivo da nossa União. Pois, e infelizmente a experiência sempre o demonstrou, inúmeras situações conflituosas que afligem a África poderiam ser prevenidas se existisse a vontade de intervir antes delas eclodirem, não obstante as reticências dos países concernentes.

## **DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS**

### **I. Introdução**

112. O processo democrático continuou no continente num contexto marcado , por um lado, por grandes progressos em alguns Estados Membros onde se realizaram eleições com toda a transparência, num clima de paz e de ordem e, por outro lado, por retrocessos que se traduziram por resistências às evoluções positivas que instituiu a fundação da União Africana. As referidas resistências colocam-se em contracorrente das normas estipuladas pela Declaração de Lomé sobre as mudanças inconstitucionais.

113. No que se refere à boa governação, o interesse manifestado por alguns Estados Membros em promover a boa governação e as expectativas colocadas neste sentido no Mecanismo de Avaliação pelo Pares, ainda não encontraram o eco esperado. Ainda devem ser consentidos esforços com vista a tornar esta avaliação uma realidade que anuncie o início de um processo que deveria, ao envolver se não for a quase totalidade dos Estados Membros, pelo menos, a maioria dentre eles, anunciar o fim da má governação que ainda prevalece no continente. Neste sentido, os Estados Membros deveriam manifestar a sua vontade de participarem activamente neste processo, ratificando a Convenção da União Africana sobre a Corrupção que, até aqui, ainda não entrou em vigor, visto que as quinze ratificações necessárias para o efeito ainda não foram obtidas.

114. Para além disso, os conflitos que continuam a minar o continente suscitaram novos movimentos forçados de populações, tanto mais que foram acompanhados de violações graves e sistemáticas dos Direitos do Homem.

115. Os desafios que se impuseram à Comissão da União Africana estiveram à altura das apostas induzidas por esta situação complexa. Promover a democracia, a boa governação e o respeito pelos Direitos do Homem no continente, tais foram os eixos principais em torno dos quais centraram-se as actividades levadas a cabo pela Comissão da União Africana, no quadro essencialmente da implementação do seu Plano de Acção prioritário. Para além das tradicionais actividades de observação das eleições, de assistência humanitária e de promoção dos Direitos do Homem, novas actividades foram encetadas, visando o estabelecimento de novas normas jurídicas, tais como a elaboração da Carta Africana para a Democracia, as eleições e a boa governação; assim como a revisão da Declaração de Lomé sobre as mudanças inconstitucionais. De igual modo foi, ao mesmo tempo, estabelecida uma interacção contínua com os organismos nacionais encarregues das questões da promoção da boa governação, da democracia e dos Direitos do Homem.

### **As Eleições**

116. Durante o período em análise, missões de observação, compostas essencialmente por parlamentares pan-africanos, representantes das Comissões Nacionais Eleitorais e da sociedade civil, foram enviadas respectivamente ao Zimbabwe, por ocasião das eleições legislativas de 31 de Março de 2005, e à Etiópia, no decorrer das eleições legislativas de 15 de Maio de 2005. Os relatórios submetidos para este efeito pelos

nossos observadores revelaram que as eleições nestes dois países realizaram-se em boas condições.

117. Em contrapartida, não enviámos missões de observação, nem à República Centro-Africana, por ocasião das eleições presidenciais e legislativas dos dias 13 de Março e 8 de Maio de 2005, nem ao Togo, por ocasião da eleição presidencial de 24 de Abril de 2005, em consequência das mudanças inconstitucionais de governos, em conformidade com as disposições pertinentes da Declaração de Lomé de Julho de 2000, relativa às mudanças inconstitucionais de governo em África. De facto, as contínuas mudanças inconstitucionais de governos no continente conduziram-nos a iniciar uma primeira reflexão sobre a Declaração de Lomé, que visa avaliá-la no sentido de analisar as vias e meios de a reforçar, em conformidade com as disposições pertinentes da Decisão do Conselho que orientou uma análise aprofundada da Declaração. A reunião teve a participação de um grupo de peritos independentes cujas conclusões serão submetidas no futuro aos peritos dos Estados Membros antes da sua apresentação ao Conselho Executivo.

118. Nos próximos seis meses, eleições terão lugar nas Maurícias, Burundi, Cote d'Ivoire, Burkina Faso e Gabão. A União Africana participará na observação das mesmas se for convidada nos prazos definidos de dois meses.

119. Apraz-me informar que os estudos sobre o estabelecimento de uma Unidade e de um Fundo de assistência eleitoral já tiveram início e os seus resultados deverão ser submetidos aos órgãos competentes nos próximos meses. De igual modo, a edição das Directrizes para as missões de observação e de acompanhamento das eleições está em curso. Uma acção optimista de difusão dessas directrizes junto dos Estados Membros e dos Grupos de observadores será levada a cabo logo depois.

### **Governança**

120. Os objectivos de desenvolvimento de governança estipulados no Acto Constitutivo da Comissão da União Africana e o Programa Prioritário de uma África bem governada constituem a referência e a base de realizações marcadas bem como de programas em curso com Estados Membros e parceiros para a melhoria do nível de empenhamento, implementação e monitoração no respeito pelos princípios acordados, convenções e mecanismos necessários para a garantir do respeito do Estados de direito, transparência e responsabilidade, estabilidade política e económica sem indícios de corrupção; e uma prestação de serviços públicos efectivos.

### **Combate à Corrupção**

121 A Comissão continuou a disseminar-se a todos os Estados Membros e a defender a ratificação da Convenção sobre Prevenção e Combate à Corrupção que fora adoptada pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, Moçambique, em 2003. Até o presente, apenas nove Estados Membros ratificaram a Convenção.

122. Os Estados Membros são encorajados a ratificar a Convenção para permitir a sua entrada em vigor, o mais cedo possível. No entanto, a Comissão tem facilitado a cooperação entre órgãos anti-corrupção, por forma a elevar a sua eficácia.

123. Para o efeito, a Comissão prevê organizar em 2005 Conferências em todo o Continente sobre questões de governação e corrupção por forma a identificar e disseminar as melhores práticas, sobre ética e integridade em África.

### **Definição de Normas para o Reforço do Serviço Público**

124. A Comissão compromete-se a colaborar estreitamente com os seus Estados Membros para o reforço do desenvolvimento de políticas de administração pública e a participação no processo de tomadas de decisão e assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade.

125. A Comissão está em processo de preparação de linhas directrizes de administração pública para encorajar os Estados Membros a combaterem a impunidade a todos os níveis, criar um ambiente favorável e quadro reguladores que possam aumentar a ratificação de todos os actores, bem como encorajar parceiros vitais.

126. Serão brevemente organizados “workshops”, reunindo peritos independentes e representantes dos Estados Membros a fim de se aprofundar a substância das directrizes sobre a administração pública e governação, e melhorar a sua qualidade e operacionalização.

### **Estratégia de Avaliação e Coordenação**

127. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados Membros, comprometem-se a estabelecer os seus próprios instrumentos e indicadores para avaliar o desempenho e a conformidade das estruturas nacionais de ordem organizacional e institucional com valores padrões de transparência, responsabilidade e efectividade, melhorar o processo participativo e assegurar políticas sólidas e coerentes. Neste contexto, existem já intercâmbios técnicos com a NEPAD e o Mecanismo Africano de Revisão Paritária, visando projectar a abordagem da UA aos desafios de governação e integração africanas.

### **Candidaturas**

128. Pareceu-me crucial chamar a atenção do Conselho sobre esta questão em razão dos fracassos sucessivos que conhecem as candidaturas africanas. Durante o período em análise, a África apresentou quatro candidatos para postos ocuparem postos no sistema internacional. Tratam-se do Dr. Jacques Diouf do Senegal para o posto de Director-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); do Dr. Kandeh Yumkella da Sierra Leone para o posto de Director-geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI); de S.E.Sr. Jaya Krishna Cuttaree, Ministro dos Negócios Estrangeiros das Maurícias para o posto de Director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Dr. Mohamed El Baradei do Egipto para o posto de Director-geral da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA).

129. As eleições para o posto de Director-geral da OMC já se realizaram e, não obstante o apoio declarado da África e dos Estados Membros da África-Caraíbas-Pacífico, o nosso candidato não foi bem sucedido, o que coloca seriamente o problema



do engajamento assumido pelos nossos Estados Membros e do respeito por este engajamento que não se concretiza. Não podemos, por um lado, assumir o firme compromisso de apoiar uma candidatura e, por outro, deixar de levar a cabo as acções determinadas para o sucesso desta candidatura.

130. É a razão pela qual apelamos a todos os Estados Membros para que dêem um apoio franco e maciço aos outros candidatos ainda em competição para a FAO, a ONUDI e a AIEA, conscientes de que estes são de um interesse estratégico para o nosso Continente.

### **Direitos Humanos em África**

131. Após a apresentação do meu último relatório à Cimeira, em Julho de 2004, a Comissão da União Africana fez progressos significativos na implementação de Declaração de Kigali sobre os Direitos Humanos que, se nos recordamos, foi adoptada por esta augusta Assembleia em Maputo, para servir de plano da União para a realização dos direitos e deveres preconizados na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, e o seu Protocolo sobre os Direitos da Mulher em África, a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, bem como de todos os instrumentos dos Direitos Humanos ao qual todos os Estados Membros são parte.

132. De acordo com a Visão, Missão e o Plano Estratégico de 4 anos da União, a nossa estratégia para facilitar a actualização da Declaração de Kigali sobre os Direitos Humanos em África, inclui a construção da capacidade de actuação dos actores locais chave, que compreendem órgãos estatais tais como a Comissão Nacional Independente dos Direitos Humanos e um Juiz, defensores dos Direitos Humanos em geral e organizações da Sociedade Civil e os Meios de Comunicação Social. A nossa estratégia visa também promover os direitos humanos em todos os aspectos do trabalho da Comissão da UA. Além do quadro normativo e do nosso compromisso político para com os direitos humanos, nós damos prioridade à aplicação de uma abordagem baseada nos direitos humanos em relação à resolução de conflitos, tratamento de crises humanitárias ou assuntos sociais, e tomando medidas deliberadas para a promoção da igualdade de género, e os direitos da mulher africana. É neste contexto que as seguintes actividades foram levadas a cabo.

### **Primeira Conferência da UA das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos**

133. Pela primeira vez na história da União, nós acolhemos em Adis Abeba, de 18 a 21 de Outubro de 2004, os líderes de todas as instituições nacionais dos direitos humanos no continente, bem como vários Estados Membros que contemplam a criação de instituições nacionais, para a troca de experiências e a aquisição de novos conhecimentos na promoção dos direitos humanos ao nível nacional. As instituições nacionais dos direitos humanos constituem a pedra basilar do mecanismo da monitorização e avaliação do Continente. Nesta ordem de ideias, nós vemos o seu reforço como um valioso investimento e critério progressistas para a actualização dos direitos humanos em África.

### **Inauguração do Centro para a Democracia, Governação e Direitos Humanos**

134. Por ocasião do Dia Africano dos Direitos Humanos de 2004, inaugurei o Centro da CUA (Comissão da União Africana) dedicado ao provimento de informação de primeira mão e módulos de formação nos domínios de governação, democracia e direitos humanos para as missões da UA no terreno, membros da comunidade diplomática, parlamentares Pan-africano e outros. Este centro está a atrair o interesse e apoio dos nossos parceiros tradicionais, tais como a União Europeia e o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

### **Promoção do Trabalho dos Defensores Africanos dos Direitos Humanos**

135. A consolidação de uma vibrante comunidade africana de defensores dos direitos humanos, constitui a chave para mudanças ao nível mais baixo possível das várias comunidades africanas. Foi por esse motivo que de 8 a 10 de Dezembro de 2004, nós facilitamos um seminário para defensores dos direitos humanos – profissionais da imprensa, defensores dos direitos humanos das mulheres, grupos de jovens e peritos de formação de sociedade civil – para exprimirem os seus pontos de vista sobre como podemos apoiar o seu trabalho e como eles, por sua vez, podem contribuir para a materialização dos direitos humanos em África; não apenas os direitos civis e políticos, mas de geral modo, os direitos sócio-económicos e culturais de todos os africanos. De acordo com o Plano Estratégico da União, este ano teremos a primeira edição do Prémio dos Defensores Africanos dos Direitos Humanos. O Prémio será entregue por ocasião do Dia Africano dos Direitos Humanos, a 21 de Outubro.

### **Apoio à Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos**

136. O apoio ao mais importante mecanismo dos direitos humanos continua a ser prioritário. Nós facilitamos a organização da 36ª e 37ª Sessões Estatutárias da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e proporcionamos liderança através da nossa participação nestas sessões.

137. Tendo em conta a importância do mandato da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, a Comissão da União Africana envidará os seus esforços com vista a aumentar os seus recursos e construir as suas capacidades.

### **Parceria com as Nações Unidas**

138. A nossa parceria com as Nações Unidas no campo dos direitos humanos, continua a consolidar-se. Ela tomou a forma de um maior apoio técnico, através do Escritório de Adis Abeba da Comissão do Alto Comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos, a colaboração no terreno, na região de Darfur, no Burundi, na Côte d'Ivoire e na Libéria. Esta parceria abre-nos caminho para uma maior expansão. De acordo com as resoluções pertinentes da Assembleia Geral das NU sobre o relacionamento com a União Africana, estamos a explorar vias e meios de consolidar as nossas relações com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

139. Neste sentido, a Comissão da União Africana fez-se representar na 61ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, que se realizou de 16 de Março a 22 de Abril de 2004, em Genebra, Suíça, e fez contribuições sobre pontos de interesse para a África. Dentre outras questões importantes abordadas figuram a reforma da Comissão da NU sobre os Direitos Humanos. O Grupo Africano em Genebra foi claro ao defender que, se a Comissão das NU sobre os Direitos Humanos tiver que ser reformada, dever-se-á respeitar a igualdade de representação de todas as regiões. A Comissão da União Africana irá acompanhar esta, bem como todo o processo de reforma das Nações Unidas.

### **Construção da Capacidade dos Direitos Humanos para o Pessoal da CUA**

140. Durante o primeiro trimestre do ano 2005, iniciámos uma série de actividades de construção de capacidades para o pessoal da Comissão da União Africana. A 16 de Abril, organizámos um “Workshop” prático ou formação sobre programação com base numa abordagem dos direitos humanos para o pessoal sénior da Comissão. Nós prevemos a continuação destas actividades de construção de capacidades.

### **Plano Futuros**

141. As nossas actividades em torno dos direitos humanos para os meses vindouros, incluem um seminário regional sobre direitos humanos em países que acabam de sair de conflitos, que terá lugar imediatamente depois da presente Cimeira; Uma Conferência Regional sobre os Direitos da Mulher, prevista a ter lugar em Nairobi e o Prémio de 2005, para os defensores dos direitos humanos.

### **ASSUNTOS HUMANITÁRIOS**

142. Os progressos realizados nos processos de paz iniciados com sucesso no continente permitiram prosseguir progressivamente o movimento de repatriamento dos refugiados e de regresso dos deslocados aos seus lares; o qual movimento teve início há alguns anos no continente e levou a uma redução do número de refugiados. Para além do maior desafio de repatriamento, acrescenta-se igualmente o da reinserção, no sentido de criar as melhores condições ao regresso. Este último desafio é o mais difícil de vencer, em razão dos meios limitados concedidos às agências humanitárias responsáveis do ramo, nomeadamente o ACNUR, para levar a cabo as diferentes operações. De igual modo os Estados Membros envolvidos que se encontram ainda numa situação de fragilidade e de carência, não conseguem dar a resposta que se espera deles, aos inúmeros problemas que suscita a chegada dos refugiados e o regresso dos deslocados às suas terras de origem. Manifestamente, o problema do aumento da assistência tanto às organizações humanitárias como aos Estados afectados, põe-se com uma acuidade particular.

143. Durante o período em análise, novos medos nasceram da confusão, da instabilidade e das desordens criadas em alguns países onde ocorreram mudanças anti-constitucionais, que provocaram o exílio de milhares de refugiados. O caso mais recente e mais sintomático a este respeito é o da República do Togo da qual cerca de 30.000 cidadãos, de acordo com as estimativas das agências humanitárias, refugiaram-se nos países vizinhos, particularmente no Benin e no Gana. Em consulta com a Comissão, o

Sub-comité do Comité dos Representantes Permanentes para os Refugiados enviou para o Benin e para o Gana no mês de Maio último, uma missão de avaliação cujas conclusões foram submetidas à análise do CRP. Além disso, uma assistência de 30.000 dólares foi concedida a cada um destes dois países para ajudá-los a fazer face ao fluxo massivo de refugiados.

144. O caso togolês torna-se a cada dia que passa um assunto de viva preocupação, pelo mau exemplo que deu com a mudança anti-constitucional que viveu e com as consequências negativas que esta mudança teve nos planos políticos, de segurança e humanitário.

145. Há também o caso do Darfur que necessita de uma atenção particular e maior da nossa parte. A paz reconquistada no sul do país não teve o impacto desejado nesta parte do país onde continua a decorrer um drama humanitário dificilmente controlável, apesar dos esforços envidados pela comunidade internacional. O número de refugiados sudaneses no Chade cresceu diariamente e passou para cerca de 300.000. Ao mesmo tempo, os deslocados estimados a cerca de dois milhões, continuam a viver em péssimas condições, vítimas inocentes dos bandidos das grandes vias. A nossa apreensão reside no facto que o seu caso, e os dos seus cidadãos refugiados, seja banalizado com o tempo. A missão que efectei ao Sudão no mês de Junho último reforçou a minha convicção neste sentido. Convém portanto, que a comunidade internacional conceda às vítimas do conflito de Darfur uma atenção à altura do sofrimento vivido diariamente. Não duvido que os resultados da conferência de doadores que a Comissão tomou a iniciativa de organizar a 26 de Maio em Adis Abeba, serão traduzidas em factos e que brevemente a assistência humanitária às populações do Darfur será consideravelmente aumentada.

146. Para fazer face aos desafios da situação humanitária no continente, a Comissão empenhou-se na implementação do seu programa de actividades como está definido no seu plano de acção prioritário, que conta com a parte do reforço institucional e da capacidade de acção, a elaboração de uma política adequada permitindo à União contribuir de uma forma ou de outra para os programas de repatriamento e de reinserção dos refugiados e dos deslocados para as suas terras de origem.

147. No quadro do reforço institucional, foi iniciado o processo de revitalização do Comité de coordenação para a assistência aos refugiados. A primeira reunião do Comité foi organizada a 27 de Maio de 2005, e reuniu o conjunto de membros do Comité, assim como o Gabinete do Sub-Comité do CRP para os Refugiados. Nesta ocasião, o Comité analisou e adoptou as recomendações visando a sua revitalização, nomeadamente, redefinindo o mandato, a composição e as Missões. Uma segunda reunião terá lugar durante o próximo semestre para validar estas recomendações e transmiti-las aos órgãos competentes da União.

148. Por outro lado, a Comissão da União Africana para os refugiados, actualmente o Sub-comité da UA para os Refugiados saiu da sua longa hibernação. Reuniu-se em Abril de 2005 para analisar e adoptar o seu programa de trabalho baseado na avaliação e na sensibilização, na mobilização de recursos, na revitalização do Comité de Coordenação e na assistência aos refugiados. É neste contexto que o Sub-comité de Coordenação enviou uma missão de avaliação no terreno no mês de Junho de 2005, nomeadamente

ao Sudão, Chade, República Democrática do Congo, Rwanda, Uganda, Burundi, Etiópia e Tanzânia.

149. O Conselho recordar-se-á que para tentar responder a questão complexa e pungente da protecção dos civis nas situações de conflito, nomeei um Representante Especial, a Sr<sup>a</sup> Mame Madior Boye, que está encarregue desta questão. A representação está operacional há alguns meses graças à generosa colaboração das autoridades canadianas. A Representante Especial efectuou missões no terreno, no Darfur e na Côte d'Ivoire, nomeadamente para a necessidade de proteger as populações civis. Na Côte d'Ivoire, a Representante Especial propôs aos actores, um Código de boa conduta. Neste sentido, gostaria de realçar a importância da missão atribuída ao Representante Especial que deve beneficiar do apoio de todos e em particular dos actores no terreno.

150. A questão dos deslocados em África foi objecto de uma atenção particular do Conselho, durante a sua última Sessão Ordinária. Impôs-se a necessidade da criação de um quadro institucional para tentar dar uma resposta mais apropriada à problemática dos deslocados no continente. A Comissão da União Africana está num processo de identificação de um consultor que irá apoiar a Comissão na elaboração de um Quadro Institucional para o PIDs. O Projecto dos Termos de Referência e o Projecto Quadro estão actualmente a ser elaborado e espera-se que esteja pronto para revisão pelos órgãos decisórios da UA antes do final do ano.

### **CRIAÇÃO DE UMA DIRECÇÃO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO SEIO DA COMISSÃO**

151. Os progressos realizados a nível mundial tornaram cada vez mais complexos as relações internacionais e exigem da nossa parte, novas políticas para permitir que nos adaptemos às profundas transformações do nosso mundo. Neste contexto, a necessidade de assegurar uma presença e uma visibilidade da África é imperiosa. Além disso, impõe-se igualmente uma acção de acompanhamento de coordenação e harmonização das políticas externas dos nossos respectivos Estados, com vista a desenvolver uma política externa única ou a abordar com a mesma compreensão as questões e os desafios do momento. Por outro lado, o desenvolvimento de uma cooperação crescente com os nossos parceiros de todos os horizontes, têm as suas exigências que podem traduzir-se pela criação de estruturas apropriadas para animar esta cooperação.

152. É nesta óptica que a Comissão julgou ser necessário a criação, de uma nova direcção que será encarregue das Relações Exteriores no seu sentido mais amplo: cooperação multilateral (sistema das Nações Unidas, União Europeia e outras Organizações Regionais e Internacionais), cooperação bilateral (Estados Unidos, Canadá, Países Europeus, América Latina, Caraíbas, Ásia e Oceânia) e a Cooperação Afro-Árabe. Ao mesmo tempo, também se encarregará da supervisão dos nossos Escritórios de Representação. Essa Direcção, estará sob a supervisão do Comissário responsável dos Assuntos Políticos. Estou convencido de que esta iniciativa há-de reter uma atenção especial do Conselho.

## **Perspectivas**

153. A África continua aos poucos a sua marcha resoluta em direcção a sua mudança democrática. Progressos evidentes estão a ser realizados e dão esperanças quanto ao futuro. As eleições que se realizaram no continente tiveram, com algumas excepções, uma participação massiva que demonstra a vontade das populações africanas de realizar com sucesso a transformação democrática do continente. Contudo, esforços devem ser envidados para acompanhar esta vontade popular, nomeadamente promovendo a boa governação no continente. Até agora, as intenções manifestadas não estiveram à altura das esperanças e das exigências das populações africanas, e os mecanismos jurídicos e institucionais criados não atingiram um nível de funcionamento que permitiria pensar em mudanças qualitativas neste sentido. A Convenção da União Africana sobre a corrupção, continua sem expressão por não ter entrado em vigor. O processo de revisão pelos Pares ainda não foi lançado apesar as solicitações feitas por um número cada vez maior dos Estados Membros.

154. No plano dos direitos humanos, violações sistemáticas continuam a ser observados no continente, sobretudo nas situações de conflito, como demonstram as agressões cometidas contra as populações civis no Darfur. De uma forma geral, apesar das melhorias observadas um pouco por todo o lado, progressos devem ser feitos no domínio dos direitos humanos, e não devem ser vistos simplesmente através de um prisma político e de segurança, mas também sócio-económico.

155. Enfim, no capítulo humanitário, os progressos positivos registados no terreno foram postos em perigo pelas situações preocupantes em alguns países durante o período em análise para além das políticas e dos mecanismos que convém criar para erradicar as causas profundas dos refugiados e dos deslocados no continente, a comunidade internacional inteira e principalmente os Estados Membros deveriam apostar na assistência aos países de exílio e às populações em causa.

## **DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS**

156. No quadro da implementação do Tratado de Abuja que cria a Comunidade Económica Africana (CEA), **do Artigo 19 do Acto Constitutivo da União Africana** e da cooperação internacional, o Departamento dos Assuntos Económicos levou a cabo actividades que merecem ser apresentados ao Conselho Executivo.

### ***A implementação do Tratado de Abuja***

157. Neste capítulo, as actividades levadas a cabo articulam-se essencialmente em torno do Protocolo que deve reger as relações entre a UA e as CERs, da coordenação das actividades das CERs e da Conferência de Ministros Africanos da Economia e Finanças.

#### **A. PROTOCOLO DA UA/CER**

158. O Conselho recorda-se que a Cimeira de Maputo recomendou que o Projecto de Protocolo que lhe tinha sido submetido para análise e ratificação, seja revisto pelas partes co-contratantes para melhorá-lo integrando todos os aspectos da nova visão, que constitui a União Africana como estrutura de integração. A Comissão organizou uma série de encontros com as CERs para negociar o conteúdo do novo Protocolo. Após estes encontros, um Projecto de Protocolo consensual foi elaborado. Este foi submetido em seguida à análise do CRP que fez algumas emendas antes de adoptá-lo.

159. Todavia, o Conselho reterá que a Cimeira de Janeiro de 2006, deverá analisar a espinhosa problemática da racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CERs). A decisão tomada pelos Chefes de Estado e de Governo após a sua deliberação sobre esta questão, terá inevitavelmente uma influência sobre a forma e o conteúdo do presente Protocolo que também foi objecto de um Acordo entre a Comissão da União Africana e as CERs. Por isso, propomos que a análise do Protocolo seja feita pelo Conselho Executivo, um pouco mais tarde. Todavia, a Comissão da União Africana em estreita cooperação com a CEA que já fez um estudo sobre as racionalizações das CERs, finalizará daqui a Janeiro de 2006, um relatório circunstancial sobre a questão que submeterá à análise dos órgãos de decisão da UA.

#### **B. A COORDENAÇÃO DE ACTIVIDADES DAS CERs**

160. É de recordar ao Conselho que de 24 a 25 de Janeiro de 2005, em Abuja (Nigéria), a Comissão organizou uma reunião de coordenação UA/CER. Esta reunião de coordenação focou entre outros, os pontos em seguida e tomou as seguintes decisões:

#### ***Implementação das Recomendações e Decisões da Reunião do Comité de Coordenação (Março de 2003) Lusaka***

161. O Comité decidiu o seguinte:

- o Administrador do Site da União Africana deve deslocar-se para as várias Comunidades Económicas Regionais (CERs) para desenvolvimento de um quadro com vista a estabelecer websites das CERs e harmonizar ligações entre os que já existem;
- a UA deve desempenhar o papel de facilitador da harmonização das políticas e entre as CERs, tendo em conta o trabalho já efectuado pelas mesmas;
- a Comissão da UA deve comunicar às CERs imediatamente após cada reunião de coordenação, as decisões e recomendações da reunião sobre as medidas a tomar;
- a UA deve levar a cabo consultas com as CERs e os outros parceiros para assegurar-se que os programas da Conferência das Organizações sub-regionais África-Ásia e outras conferências desta natureza, são mutuamente vantajosos e produtivos;
- O programa de formação sobre a integração económica para as CERs deve ser elaborado em função das suas necessidades.

#### ***Implementação da Iniciativa da Capacidade de Produção em África (ICPA)***

162. O Comité decidiu o seguinte:

- o Relatório sobre a ICPA deve ser comunicado às CERs para a avaliação e observação;
- consultas suplementares devem ser levadas a cabo com as CERs para enriquecer o documento e elaborar outras estratégias específicas para cada uma das CERs, tendo em conta as suas necessidades;
- este ponto deve constar da Agenda da próxima reunião do Comité de Coordenação;

#### ***Política, projectos e programas sectoriais comuns sobre os transportes, energia, telecomunicações, visão metodológica e estado de implementação pelas CERs***

163. O Comité decidiu o seguinte:

- Os Estados Membros devem acelerar a implementação das políticas, projectos e programas já adoptados a nível nacional, regional e continental nos sectores da infra-estrutura, transportes, energia e telecomunicações;
- O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) deve ajudar as CERs a implementar estas políticas, projectos e programas conforme o Plano de Acção a curto Prazo e aos programas estratégicos a médio prazo aprovados pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD);



- As CERs devem submeter as suas políticas e programas sectoriais à UA para que ela as analise com vista a harmonizá-las e a divulgar as boas práticas à nível das CERs;
- O impacto das políticas deve ser avaliado aos níveis nacional e regional com a Comissão Económica para a África (CEA) e em particular, a Decisão de Yamousoikro.

### ***Criação de um Banco Central Africano e de um Banco Africano de Investimento***

#### **Banco Central Africano**

164. O Comité decidiu o seguinte:

- Os termos de referência dos estudos devem ser comunicados às CER, a CEA e ao BAD para recolher as suas observações e enriquecer os estudos;
- A cooperação da UA com a associação dos Bancos Centrais africanos e o Banco Africano de Desenvolvimento deve ser reforçada, para facilitar o processo;
- Os estudos devem ter em conta as políticas e os desempenhos económicos de África, assim como a Visão Política proposta e as experiências passadas e em curso das CER nas questões monetárias.

#### **Banco Africano de Investimento**

165. O Comité decidiu o seguinte:

- As CERs, a CEA e o BAD devem participar na análise do documento de orientação e na elaboração dos termos de referência do estudo.

#### **Fórum Africano do Sector Privado**

166. O Comité realçou:

- a necessidade de uma estreita colaboração entre a UA e os Fóruns Regionais existentes do sector privado, para facilitar a criação dos fóruns continentais

### ***Análise das Etapas da Integração como previsto no Artigo 6 do Tratado Instituinte a Comunidade Económica Africana***

168. O Comité decidiu o seguinte:

- a UA deve ser a autoridade de África encarregue de analisar e de validar os estudos sobre a harmonização efectuados pelos parceiros tais como as CER, a CEA, o BAD e Coligação Mundial para a África e de fazer as recomendações apropriadas para este respeito;
- A UA deve reactivar o Secretariado Conjunto UA/CEA/BAD que pode ser encarregue da preparação da Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo sobre a integração regional e da facilitação do processo de integração regional.

***Criação e Implementação Efectiva das Redes de Câmara de Comércio, das Associações Profissionais, das Associações de Transitários, da Associação de Produtores, das Associações de Seguros, etc. para a promoção do comércio em África***

168. O Comité decidiu o seguinte:

- as redes existentes devem ser reforçadas a nível regional;
- as CERs devem desempenhar um papel motor na criação de novas redes regionais.

***Troca de Informação sobre o Estado da Integração Económica em África***

169. O Comité decidiu o seguinte:

- encorajar as CERs a prosseguirem os seus esforços com vista a realizar a integração económica do Continente;
- reforçar a colaboração entre as CERs com vista a troca de experiências e as melhores práticas;
- Solicitar a Comissão da UA o aumento da sua assistência financeira e técnica para a implementação dos programas das CERs.

***Troca de ideias sobre a Iniciativa africana para as negociações internacionais***

170. O Comité decidiu o seguinte:

- A UA deve coordenar em colaboração com a CEA, o BAD e as CERs a reunião preparatória das organizações sub-regionais africanas para facilitar a implementação dos programas da Conferência das organizações Sub-regionais Africa-Asia;
- A redinamização e reforço do grupo de Peritos da UA. No quadro da execução da sua tarefa, o Grupo deve utilizar as competências disponíveis nas instituições africanas de pesquisa;

- As preocupações da África sobre os actuais Acordos de Parceria Económica e as negociações da OMC devem ser submetidas à Cimeira da UA, com vista a iniciar um diálogo com os parceiros de desenvolvimento ao mais alto nível.

### **Questões Diversas**

#### **Questões Políticas**

171. O Comité decidiu o seguinte:

- a UA e as CERs devem reforçar a sua cooperação na área do controlo e observação das eleições e zelar para que a sua participação no processos se inicie a partir da elaboração das listas eleitorais, programa de educação cívica dos eleitores, período de votação e anúncio dos resultados, assim como no período pós-eleições;
- devem ser intensificados esforços tendo em vista a implementação efectiva da Convenção da UA sobre a prevenção e luta contra a corrupção, com a criação a todos os níveis (UA, CER, Estados Membros), de mecanismos apropriados do reforço dos princípios desta Convenção;
- todos os Estados Membros devem aderir ao Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares;
- Inscrição das questões políticas na sua próxima agenda.

### **Paz e Segurança**

172. O Comité decidiu o seguinte:

- conclusão e assinatura do Protocolo de Entendimento entre a UA e as CERs sobre as modalidades das relações, no que diz respeito à promoção da paz e da segurança;
- reunião de acompanhamento entre a UA e as CERs ao nível técnico para analisar a utilização da facilidade de apoio às operações de paz da UA pelas CERs.

#### **C. Primeira Conferência dos Ministros Africanos da Economia e das Finanças, Dakar (Senegal)**

173. No quadro da activação do Comité Técnico Especializado, tal previsto no Tratado que cria a Comunidade Económica Africana e pelo Acto Constitutivo, a Comissão da UA organizou, a 07 de Maio de 2005, em Dakar (Senegal), a primeira Conferência dos Ministros de Economia e de Finanças. Esta importante conferência, cujo tema central foi “Redução da Dívida de África”, estruturou-se em volta dos elementos que se seguem:

- Avaliação dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
- Dívida Externa de África;
- Avaliação do Relatório da Comissão para África (chamado Relatório da Comissão Blair); e
- Financiamento alternativo da União Africana.

174. Esta Conferência foi precedida da reunião de Eminentes Personalidades Africanas, também realizada em Dakar, de 2 a 3 de Maio de 2005. O Presidente da Comissão solicitou a realização desta reunião com a única preocupação de recolher as opiniões de algumas altas individualidades africanas com uma experiência provada e internacionalmente reconhecida nas respectivas áreas de conhecimento científico, nomeadamente: dívida externa do Continente, avaliação das ODM e o Relatório da Comissão (dita “Comissão Blair”) para a África. O relatório produzido pela Eminentes Personalidades, no final da reunião, constitui um dos principais documentos de trabalho dos peritos governamentais, que preparam a Conferência Ministerial. Este relatório foi igualmente posto à disposição dos Ministros durante a sua Conferência. Mas importa aqui sublinhar a convergência de pontos de vista, sobre as questões tratadas entre as Eminentes Personalidades e os Ministros da Economia e das Finanças (CAMEF).

175. A CAMEF foi acolhida por S. E. o Presidente Abdoulaye WADE, Presidente da República do Senegal. Durante a abertura da reunião de peritos que antecedeu a Conferência, S.E. Maitre Abdoulaye WADE aceitou fazer uma apresentação clara e pertinente sobre os grandes problemas económicos que sitiam a África e propôs pistas, pertinentes e inovadoras, que permitem criar um crescimento forte e duradouro susceptível de reduzir a pobreza e a miséria que constituem o pão quase quotidiano na maioria das populações africanas. O Presidente explicou principalmente todos os contornos teóricos e práticos do método de avaliação da dívida, a dita “**radiscopia da dívida**”. Esta metodologia de avaliação, nas palavras do Presidente WADE, tem com vista:

- Avaliar o volume da dívida;
- Identificar todos os credores;
- Identificar as condições de empréstimo de todas as componentes da dívida; e
- Estabelecer montantes já reembolsados e o remanescente a pagar.

176. Após uma análise profunda das questões inscritas na agenda, os Ministros fizeram as recomendações que se seguem:

***Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD): Avaliação da Situação de Implementação pela África***

177. Nas discussões que prosseguiram, os Ministros tomaram nota das recentes realizações dos países africanos na promoção da paz e segurança, boa governação, e implementação de reformas económicas e sociais. Mas, houve um consenso quanto à necessidade de mais progressos nestas áreas e muitos outros aspectos da vida política, social e económica em África. A Conferência esteve igualmente de acordo que se deviam envidar esforços para a internacionalização dos OMD, e que deverão ser criados ou reforçados políticas nacionais e mecanismos institucionais apropriados para assegurar a implementação, monitorização e revisão dos OMD.

178. Houve um argumento segundo o qual para quebrar o ciclo de pobreza e de conflitos em África é necessário crescimento económico e desenvolvimento social uniforme e sustentável, especialmente na abordagem do problema do desemprego da camada jovem, desigualdade e exclusão social. A melhoria de infra-estruturas físicas e sociais, e o desenvolvimento de capital humano, especialmente através do financiamento da ciência e tecnologia, foram considerados cruciais para o alcance dos OMD. Colocou-se igualmente ênfase sobre a necessidade de aceleração do processo de integração e implementação regional da África da NEPAD. A Conferência lançou um apelo para a mobilização e utilização efectivas dos recursos de África, - financeiro e humano – para a implementação dos OMD.

179. Os Ministros foram de consenso de que a incapacidade de África de alcançar progressos significativos em torno dos OMD, deve-se parcialmente ao facto de a comunidade internacional não ter podido pôr em prática os seus compromissos anteriores nos domínios da assistência para o desenvolvimento, redução da dívida, e comércio. Neste sentido, houve consenso de que o cancelamento da dívida iria contribuir sobremaneira para a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sócio-económico e a melhoria das condições de vida em África.

180. No fim das discussões, os Ministros fizeram as seguintes recomendações:

- a) Documentos de informação suplementar sobre políticas económicas devem realçar os OMD e servir de quadros operacionais para o alcance destes objectivos;
- b) Os Estados Membros deverão ter planos e programas sócio-económicos coerentes, em que os OMD devem fazer parte dos mesmos.
- c) No quadro da Implementação dos OMD, os países africanos deverão focar maior atenção ao desemprego das camadas jovens, à criação de riquezas, promoção da boa governação, paz e segurança;
- d) Dever-se-á prestar atenção à mobilização de recursos locais para o funcionamento dos OMD;
- e) A Comissão da UA deverá fazer uma forte coordenação de esforços para o alcance dos OMD e a partilha das melhores práticas entre os Estados Membros;

- f) A UA e as CERs deverão envidar esforços concertados no quadro do Programa da NEPAD por forma a acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas de África, e a integração regional;
- g) A comunidade internacional deverá assumir os seus compromissos para com o desenvolvimento de África, através do aumento e a melhoria do fluxo da assistência para o desenvolvimento. Neste sentido, dever-se-á atingir o alvo de 0,7% do PNB dos países desenvolvidos como ODA para o alcance das OMD até à data prevista;
- h) O ajustamento dos procedimentos da ajuda em relação as estratégias de desenvolvimento dos países africanos, é essencial;
- i) O cancelamento da dívida externa de África ajudará a colocar recursos para a promoção do desenvolvimento social e económico, especialmente para o combate ao VIH/SIDA, melhoria dos cuidados de saúde primários e educação, bem como o alcance dos OMD;
- j) Os desequilíbrios contra a África no sistema de comércio global, merece atenção imediata a eliminação de subsídios, aumento de tarifas, e através de uma valorização maior dos recursos e produtos naturais de África; e
- k) Os Ministros recomendaram o Projecto de Declaração sobre os OMD ao Conselho Executivo para consideração e posterior transmissão à Cimeira da UA em Sirte, Líbia, de 4 a 5 de Julho de 2005.

### **Dívida Externa de África**

181. No final dos debates em torno deste importante assunto, os Ministros sublinharam o carácter dramático do endividamento de África e a necessidade de se preverem soluções adequadas. A Conferência fez as seguintes observações e recomendações:

- A Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAEs) foi limitada;
- Os Ministros concordaram que o cancelamento deveria ser o objectivo primordial da África, mas que o mesmo deve relacionar-se com a implementação dos objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) e, igualmente, o acesso dos produtos africanos aos mercados estrangeiros;
- Além da dívida externa de África, a Conferência exprimiu também a sua preocupação a respeito da dívida interna ou doméstica, que constitui igualmente um obstáculo ao desenvolvimento nacional e continental;
- O cancelamento da dívida não deve traduzir-se numa redução do desenvolvimento da assistência oficial para o Desenvolvimento (AOD), a favor de África;

- No concernente aos cenários propostos, a Conferência salientou a necessidade de uma abordagem selectiva, que resultaria numa única fórmula para que as negociações com credores se torne mais fácil para os Chefes de Estado.
- Considerar o estabelecimento de um Fundo Africano de Gestão da Dívida, para facilitar toda a redução de dívida ou o cancelamento de mecanismos e iniciativas;
- Para a justificação do cancelamento de dívida, os países africanos deverão levar a cabo uma auditoria indicando o montante da dívida, as suas origens e condições ou termos.
- Adopção de uma Posição Comum sobre a dívida foi em conformidade com os interesses dos países africanos, que será apresentada à Cimeira da União Africana, em Julho de 2005, em Sirte, Líbia.
- Os países africanos têm a responsabilidade de assegurar que a dívida de África permaneça invisível, de maneira que qualquer iniciativa vis à vis a dívida africana venha a beneficiar a todos os países africanos.

### **Os Líderes africanos devem evitar subjugar-se a condicionalismos relacionados ao cancelamento da dívida**

#### ***Análise do Relatório de África pela Comissão***

182. No concernente a este assunto, os Ministros fizeram as seguintes observações e recomendações:

- i) Os Ministros congratularam-se pelas iniciativas do Relatório e indicaram que, se os objectivos traçados no Relatório tiverem que ser alcançados, esse deverá beneficiar da vontade política dos países do G8 e da Comunidade Internacional, no seu todo. Eles foram de opinião que a implementação das propostas e recomendações contidas no Relatório podiam contribuir para processo de desenvolvimento em África;
- ii) O Relatório oferece ao Continente africano uma oportunidade que o pode ajudar não só a alcançar os OMD, como também coloca-se a caminho de um crescimento e desenvolvimento sustentáveis. A União Africana, deverá no entanto, assumir a pertença e assegurar a sua implementação.

### **Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana**

183. Depois dos debates, foram feitas as seguintes recomendações:

- Os Estados Membros e a Comissão da União Africana deverão continuar a reflectir sobre as vias e meios para dotar a União de recursos suficientes e permanentes;

- As propostas do Presidente Wade deviam ser apresentadas aos Estados Membros antes de Julho de 2005, depois do documento ter sido traduzido nas 4 línguas de trabalho da União. Os Estados Membros, as CERs e a Sociedade Civil deviam ser ainda mais envolvidos na revisão das propostas do Presidente Wade;
- Os Ministros acordaram em responder aos seus compromissos para contribuir ao Orçamento da União Africana e liquidar as suas contribuições pendentes.

## II. Criação de Instituições Financeiras

184. A criação de instituições financeiras africanas baseia-se nos seguintes textos fundamentais:

- Os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na sua 1ª Sessão Extraordinária em Sirte (Líbia), a 9 de Setembro de 1999, sublinharam claramente, entre outros, na sua declaração, a aceleração do processo de integração do nosso Continente, sobretudo a criação de instituições financeiras, previstas no Tratado de Abuja;
- Esta exortação de Sirte foi totalmente integrada no Acto Constitutivo da União Africana que, no seu Artigo 19, recomenda vivamente a criação, o mais breve possível, de três instituições financeiras, a saber: o Banco Central Africano (BCA); o Banco Africano de Investimento (BAI), e o Fundo Monetário Africano (FMA);
- Na tentativa de traduzir em factos as decisões dos Chefes de Estado e de Governo relativos a estas instituições financeiras, a Comissão empenhou-se na realização de estudos prévios que permitem uma melhor compreensão destas instituições a respeito das realidades que caracterizam o mercado financeiro internacional.

185. Estes estudos culminaram com a elaboração de:

- um documento de base sobre o Banco Africano de Investimento;
- um projecto de protocolo sobre o funcionamento quotidiano do Banco Africano de Investimento; e
- um documento de base sobre o Fundo Monetário Africano;
- Num futuro muito próximo, os estudos em curso porão à nossa disposição: o projecto de protocolo sobre o Fundo Monetário Africano, um documento de base sobre o Banco Central Africano, assim como o projecto de protocolo conexo.



186. Por outro lado, é importante sublinhar que a Comissão da União Africana quer ir mais além da produção dos textos acima referidos. Desde o início, a Comissão interroga-se sobre: Que é preciso fazer depois da produção e análise de todos estes textos? Por outras palavras, quais são as próximas etapas para se dar corpo a estas instituições financeiras? Várias são as questões que vêm à memória quando se tenta fazer uma análise profunda das vias mais eficazes que devem ser seguidas para a criação destas instituições, em conformidade com o espírito da Declaração de Sirte bem como as disposições do Artigo 19 do Acto Constitutivo.

187. Do ponto de vista da União Africana, uma das vias que permitem a criação destas instituições, num período razoável reside no estabelecimento de comités técnicos de pilotagem. Deste modo, a Comissão tem em vista criar:

- Um Comité Directivo do Banco Africano de Investimento (BAI);
- Um Comité Directivo do Banco Central Africano (BCA); e
- Um Comité Directivo do Fundo Monetário Africano (FMA).

188. Cada um destes comités funciona como uma estrutura “Pré-bancária” e terá, entre outras, como tarefa inicial, coordenar e acompanhar todas as actividades relativas à instituição financeira para a qual foi criado. Cada comité será composto por cinco funcionários, cujos escalões e estatutos serão fixados pelos órgãos decisórios da União Africana. Além disso, por razões de operacionalidade e eficácia na criação destas instituições financeiras, a Comissão da União Africana propõe que o Chefe de cada comité de pilotagem e os seus colaboradores exerçam as suas funções, como residentes, na capital que deve acolher a sede da instituições em causa. Está claro que os comités técnicos de pilotagem estão subordinados ao Departamento dos Assuntos Económicos (DAE);

189. Os textos já disponíveis bem como os Termos de Referência relativos aos comités técnicos de pilotagem, foram postos à disposição dos Estados Membros para uma análise mais profunda. Num futuro muito próximo, a Comissão reunirá primeiro com os peritos governamentais, a seguir com o Comité dos Representantes Permanentes, para uma análise exaustiva de todos estes textos. Na sequência destas duas reuniões, a Comissão poderá enriquecer os textos, acrescentando-lhes as emendas sugeridas, ao que se seguirá a sua submissão ao Conselho Executivo, depois à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo para recomendações e decisões políticas pertinentes.

### **III. Cooperação Internacional**

190. Neste capítulo, a Comissão da UA, por intermédio do Departamento dos Assuntos Económicos, focalizou as suas actividades no acompanhamento do diálogo África-Europa. Neste contexto, a Comissão acolheu de 2 a 4 de Dezembro de 2004, em Adis Abeba, a Troika Ministerial antecedida da Troika alargada de peritos; depois participou activamente na Troika alargada de peritos, organizada pela União Europeia, de 8 a 11 de Abril de 2005, em Luxemburgo.

### **Troikas Ministeriais de Adis Abeba e de Luxemburgo**

191. As duas Troikas, articularam-se em volta de quatro importantes problemáticas, a saber: paz e segurança; governação; integração regional e comércio; e questões chave de desenvolvimento. Com base em relatórios produzidos pelos peritos, os Ministros analisaram sucessivamente, e de forma minuciosa, estas questões. Regra geral, é importante notar que, se algumas questões foram objecto de recomendações e compromissos consensuais (paz e segurança; governação, com particular), outras em contrapartida, constituem ainda o ponto de discórdia no diálogo África-Europa (realização da Segunda Cimeira, dívida externa africana, implementação de projectos ligados à aceleração do processo de integração da África, configuração de África no contexto dos Acordos de Cotonou, etc.). Os resultados destas duas Troikas foram sancionadas em dois comunicados finais, postos à disposição dos Estados Membros.

192. Em Luxemburgo, no quadro dos preparativos da Cimeira das NU a ter lugar em Setembro de 2005, os Ministros tiveram uma troca de impressões sobre as propostas do Secretário Geral das NU para uma Reforma dessa Organização. Ao mesmo tempo recordando que essas propostas ainda estavam a ser examinadas, a UE exprimiu a sua determinação de que o processo de Reforma devia resultar na concepção de respostas comuns aos principais problemas de desenvolvimento, da segurança e dos direitos humanos. O lado da UE tomou nota da posição comum africana sobre as propostas de Reformas das NU tal como apresentada no “Consenso de Ezwilini”, e comprometeu-se a partilhar as suas posições com a UA antes da Cimeira. Os Ministros consideraram que uma leitura paralela da Posição Comum Africana e as prioridades da UE, demonstra que é possível continuar e estabelecer o diálogo a fim de forjar uma convergência de posições.

193. A UE acordou em partilhar, antes da Cimeira, as suas propostas para a aceleração da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em particular no que se prende com a Conferência, o financiamento, a eficácia da ajuda e com um enfoque específico sobre a África.

194. No tocante à Segunda Cimeira, os Ministros reafirmaram a necessidade de se convocar uma Cimeira UE-África no espírito e da letra da Declaração do Cairo. Neste sentido, a UE reiterou a sua posição de que existem circunstâncias políticas que neste momento impedem a convocação da Cimeira. A UA, por seu turno, reiterou a necessidade de se convocar a Cimeira o mais brevemente possível, tendo feito notar que não existem quaisquer impedimentos políticos à sua realização.

## **DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

### **INTRODUÇÃO**

195. Durante o período em revista, a Comissão exerceu todo o esforço para implementar as decisões emanadas da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, tida lugar em Adis Abeba, em Junho de 2004, nomeadamente EX.CL/Dec.107 - 113 (V) , sobre a 2ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio em torno das questões da OMS, das negociações dos APEs, da AGOA, da Rede Aduaneira, da Reforma da Feira Comercial Pan-Africana e das Trocas dos Produtos de Base, bem como EX.CL/Dec.116 sobre a Indústria e EX.CL/Dec.120 sobre o seguimento à Cimeira UA/UE.

### **I. Comércio Intra-Africano**

#### **1.1. 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio**

196. A Comissão convocou a 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio de 5 a 9 de Junho de 2005, no Cairo, República Árabe do Egipto. A Conferência foi agraciada pela presença do Primeiro Ministro, Sua Exª Dr. Ahmed Nazif, e contou com uma participação recorde, de 40 Estados Membros, CERs e cerca de 30 organizações parceiras, devido aos importantes pontos constantes da Agenda e as questões de interesse para a África. Os parceiros da UA contribuíram com valiosos documentos analíticos. Essa Conferência permitiu aos Estados Membros examinarem o ponto de situação da liberalização comercial ao nível das CERs e formulou recomendações sobre o rumo a seguir, no tocante ao comércio intra-africano, ao reforço da Rede Aduaneira e ao estabelecimento do Intercâmbio de Comodidades. A conferência discutiu ainda outras importantes questões tais como a utilização de instrumentos ao abrigo do Acordo de Parceria de Cotonou para o comércio e investimento e formas de maximizar os benefícios da iniciativa da TICAD. Examinou ainda a implementação da AGOA III à luz do término do Acordo Multi-fibras e formulou recomendações em preparação para a participação de África no Fórum do AGOA, que deverá ter lugar em Julho em Dakar, Senegal.

197. A Conferência proporcionou aos Estados Membros uma oportunidade única para coordenarem posições sobre negociações multilaterais, nomeadamente as negociações da OMC em preparação para a 6ª Conferência Ministerial a ter lugar em Hong Kong, em Dezembro de 2005, e as negociações dos APEs em relação às quais a África devia reorientar o seu enfoque. Como resultado, os Ministros adoptaram dois importantes documentos, nomeadamente a Declaração do Cairo e o Roteiro sobre o Programa de Trabalho de Doha e a Declaração Ministerial da UA sobre as Negociações dos APEs. O Roteiro do Cairo delineia a estratégia que os Estados Membros da UA deve seguir na OMC em torno da Agricultura, do acesso à mercados não agrícolas, serviços, questões de desenvolvimento, produtos de base, facilitação do comércio, regras, comércio, dívida, finanças, transferência e acesso a tecnologia. A Declaração sobre as negociações do APEs reafirma a posição da África relativamente aos mesmos como ferramentas de desenvolvimento, o seu relacionamento à integração regional, o passo das negociações, bem como outras questões tais como o papel da Comissão da UA na coordenação das

negociações, particularmente na garantia de coerência aos níveis multilateral, regional e bilateral de negociações.

## **1.2. Conselho de Negócio África-Ásia (AFRASIA)**

198. A Comissão participou em e contribuiu para o lançamento do Conselho de Negócios África-Ásia (AFRASIA) – (CNAA), que teve lugar nos dias 30 e 31 de Março de 2005, em Port-Louis, Maurícias. O CNAA veio à luz depois de um processo de incubação de dois anos que iniciou em Casablanca, Marrocos, em Abril de 2003, como seguimento à TICAD III e ao Plano de Acção a curto prazo da NEPAD. É um mecanismo consultivo em apoio da edificação de parceria de negócios sustentáveis entre a África e a Ásia. A Comissão saudou a iniciativa e fez alusão aos mecanismos de diálogo e avaliação estabelecidos pela UA, quais sejam o Mecanismo de Revisão Paritária do Programa da NEPAD, que pode também reforçar a parceria público-privada e melhorar o clima de negócios em África. O papel da Comissão da UA como uma plataforma para diálogo entre parceiros foi realçado, tal como demonstrado pela recente acreditação, junto da UA, de representantes de parceiros no desenvolvimento. A notícia sobre a institucionalização do Fórum do Sector Privado foi recebida com muito entusiasmo, pois servirá de plataforma para reunir todas as redes de parceria público-privada existentes em África, incluindo o CNAA. Algumas acções prioritárias da UA, tais como a harmonização das leis de negócio, a promoção comercial e o melhoramento do acesso ao mercado de outras regiões, bem como o papel de advocacia da UA nas negociações comerciais internacionais a favor de trocas comerciais justas, foram salientadas.

199. A constituição do CNAA, suas estratégias e planos de desenvolvimento, assim como a criação da plataforma electrónica designada "Afrasia Exchange", que é uma rede de instituições parceiras locais na Ásia e em África que partilham bases de dados comuns, projectos de investimento, normas de validação e serviços de apoio à parceria. A CUA deve contar com o CNAA como parceiro útil na implementação dos seus programas, e será necessário manter uma colaboração estreita com o Conselho para utilizar as suas grandes potencialidades.

## **1.3. Lançamento da CIAP**

200. A Comissão desempenhou um papel preponderante na preparação e no lançamento da União das Câmaras de Comércio, Indústria, Agricultura e Profissionais (CIAP) que teve lugar a 30 de Abril de 2005, em Alexandria, Egipto. Antes do lançamento, os Estatutos e o Regulamento Interno da sua Assembleia Geral, tal como emendados pela Comissão, foram adoptados por 45 países africanos, representados ou pelos Presidentes das suas respectivas Câmaras de Comércio, ou pelos Embaixadores acreditados no Egipto. Foi eleita uma Mesa de presidência composta por Egipto (Presidente), Camarões (Vice-presidente) e Líbia, Maurícias, RDC, Gana e Angola, como membros. As reuniões da União terão lugar alternadamente em cada uma das 5 regiões. O Egipto, que acolhe a União, irá proporcionar as facilidades necessárias. Ofereceu-se também a criar um banco de dados electrónico, conectando todas as Câmaras de Comércio nacionais africanas.

201. A União constitui um importante elemento na formação de um Mercado Comum Africano tal como mandatado pelo Tratado de Abuja e o Acto Constitutivo da União

Africana. Proporciona uma importante rede para o envolvimento de operadores económicos no melhoramento do clima de negócio e de investimento em África, bem como coordenar a posição africana no tocante a questões de interesse global. A Comissão levará a cabo o trabalho de advocacia, a fim de registar a União junto do ECOSOC das Nações Unidas, dado o papel que é apelada a desempenhar na parceria público-privada.

## **II. ALFÂNDEGAS**

### **2.1. Sub-comité de Directores-gerais das Alfândegas**

202. Em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.111 (V), da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, a Comissão organizou, em colaboração estreita com o Secretariado de Transição, os Serviços Fiscais Sul-africanos (SARS), a reunião inaugural dos Directores-gerais das Alfândegas que teve lugar em Kigali, Rwanda, entre 18 e 20 de Abril de 2005. Adoptou o Regulamento Interno desse organismo e acordou na elaboração de um plano de trabalho que, entre outros aspectos, inclui pontos de acção sobre a Facilitação de Comércio, o Reforço de Capacidades e os Procedimentos de trânsito.

### **2.2. Rede Aduaneira**

203. Está a ser criada uma rede cuja tarefa preliminar se prende com a elaboração de um anuário de Chefes de Alfândegas, a nomeação de funcionários de ligação e um levantamento ao nível das CERs, com vista a permiti-la estar em contacto com todas as administrações aduaneiras, a qualquer altura para fins de consulta. Lamentou-se o facto de esse exercício ser vagaroso e ter estagnado durante algum tempo devido à falta de respostas das administrações aduaneiras nacionais e das CERs.

### **2.3. Facilitação do Comércio na Organização Mundial do Comércio**

204. Concomitantemente com o acima, a Comissão deu seguimento a questão da Facilitação do Comércio, da OMC, que surte um impacto directo sobre as administrações aduaneiras e que é crítica para o comércio tanto intra-africano, como com o resto do mundo. A fim de implementar a decisão de Maputo que mandata a Comissão a apoiar e reforçar as capacidades de negociadores africanos, a Comissão organizou a 1ª Reunião de Peritos Aduaneiros da UA de 4 a 6 de Abril de 2005, em Adis Abeba. Esse encontro tinha como objectivo analisar e avaliar, reflectir e discutir os Artigos V, VIII e X do GATT-1994, relacionados à Liberdade de Trânsito, Impostos e Formalidades ligadas à Importação e Exportação, e a Publicação e Administração de Regulamentos Comerciais, respectivamente. A Reunião formulou uma série de recomendações que foram submetidas ao encontro do Sub-comité de Directores-gerais das Alfândegas, realizada em Kigali. O Sub-comité, entre outras coisas, recomendou a realização de um estudo aprofundado para proporcionar suporte aos negociadores africanos em Genebra, usar os existentes pacotes para avaliar e medir o nível de facilitação do comércio e advogar pela implementação da Convenção Revista de Kyoto e outras Convenções relevantes à facilitação do comércio.

#### **2.4. Cooperação Aduaneira**

205. A cooperação aduaneira é um elemento indispensável na integração de África, e o Tratado de Abuja tinha previsto que um Protocolo específico nesta área devia ser a ele anexado. A evolução das negociações da OMC em curso na área da Facilitação do Comércio, bem como as consequências de 11 de Setembro, colocaram a cooperação aduaneira num ponto ainda mais alto da Agenda. Deste modo, passados 13 anos, esse Protocolo foi elaborado e está a passar por um processo de consulta a fim de que possa ser apresentado para adopção, durante a Cimeira do próximo ano. Deste modo, depois de intensas consultas internas, o projecto foi submetido às CERs e na Reunião de Coordenação UA/CERs, tida lugar em Abuja, em Fevereiro último, bem como na do Sub-comité de Directores-gerais da UA tida lugar em Kigali. O projecto final, incorporando as emendas feitas, será submetido à próxima reunião do Sub-comité, para aprovação.

#### **III. Produtos de Base**

206. Nos termos do mandato conferido pela Decisão EX.CL/Dec.117 (V), do Conselho, a Comissão está a finalizar o Plano de Negócio para Intercâmbio Africano de Produtos de Base cujo processo de validação está numa fase adiantada. O processo do reforço e da criação de novos agrupamentos de produtos de base, onde estes não existem, e da definição das suas relações de trabalho com a Comissão da União Africana está em progresso. A Comissão está também activamente envolvida na preparação, em colaboração com o Fundo Comum dos Produtos de Base (FCPB-CFC), um documento de posição sobre a questão dos produtos de base que será examinado por uma Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros do Comércio a ter lugar em Novembro de 2005. O resultado final será em seguida submetido à Cimeira de Janeiro de 2006.

## **INFRA-ESTRUTURAS E ENERGIA**

### **INTRODUÇÃO**

207. A Comissão teve um programa muito activo nas questões relacionadas à Infra-estruturas e Energia, durante o período de Janeiro a Junho de 2005. Foi colocada prioridade na implementação das actividades que se prendem com o Quadro Estratégico e o Plano de Acção da União Africana. Duas reuniões ministeriais foram organizadas no sector dos transportes e houve um intenso envolvimento na área das Comunicações e da Tecnologia de Informação (TIC), onde estão em curso preparativos com vista à próxima Segunda Fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (CMSI II-WSIS II), a ter lugar em Tunes, Tunísia, nos finais do ano em curso. De igual modo, a Comissão procedeu à implementação do seu projecto sobre a Criação de um Espaço Unificado da Numeração das Telecomunicações para a África. Além dos grandes arranjos, foram realizadas actividades noutras áreas desta pasta, tais como a energia e os serviços postais. Uma descrição detalhada dos desenvolvimentos nas áreas específicas é a seguir feita.

### **I. TRANSPORTES**

#### **1.1. Reunião dos Ministros Responsáveis pelo Transporte e Infra-estruturas sobre o Transporte e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs)**

208. Tal como mencionado no anterior Relatório submetido à Cimeira de Janeiro de 2005, a Comissão da UA, em cooperação com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CENUA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), as Comunidades Económicas Regionais (CERs), e o Programa da Política do Transporte na África Sub-saariana (SSATP), organizou, sob os auspícios do Banco Mundial uma reunião de Ministros Africanos responsáveis pelo Transporte e Infra-estruturas que teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, de 4 a 6 de Abril de 2005. A reunião considerou e adoptou metas e indicadores dos transportes relevantes à realização dos Objectivos do Desenvolvimento de Milénio (ODMs). O resultado final desta reunião foi também considerado no contexto da Decisão EX.CL/Dec.166 (VI), solicitando a Comissão a coordenar a elaboração de uma Posição Africana na Revisão dos ODMs.

209. Antes da reunião ministerial, um Grupo de Trabalho sob a liderança da União Africana, e envolvendo a CENUA, as CERs, o BAD, a União Europeia, o Banco Mundial e o SSATP, reuniu-se em Adis Abeba, nos princípios de Fevereiro de 2005, para preparar um documento sobre as metas e os indicadores específicos que seriam considerados e adoptados pelos Ministros do sector, antes da sua submissão à Conferência das NU para a Revisão dos OMDs, em Nova Iorque, em Setembro de 2005. O trabalho dessa equipa foi baseado, em parte, nas contribuições de estudos de caso de alguns países africanos, Comunidades Económicas Regionais e Agências Especializadas das NU.

210. A necessidade para a inclusão das metas e dos indicadores dos transportes foi instada pela consciência de que dadas as condições materiais existentes em África, o transporte desempenha um papel crucial na facilitação do acesso eficaz em termos de custo às oportunidades económicas e a serviços com ligação directa à redução da pobreza e aos ODMs em geral. A ausência de um papel do transporte claramente

definido no actual quadro, suscitou alguma dúvida quanto à eficácia das estratégias concebidas para a realização dos ODMs no continente. Com efeito, espera-se que as metas e os indicadores adoptados poderão guiar o processo da definição de prioridades apropriadas nos programas de transporte aos níveis nacional, regional e continental, com vista a acelerar a realização dos ODMs.

211. O Relatório sobre a reunião ministerial, incluindo a Declaração adoptada pelos Ministros, foi submetido à título de um ponto de Agenda separado, para consideração e aprovação pelo Conselho Executivo.

## **1.2. Transporte Aéreo**

### **1.2.1. Quarta Reunião do Órgão de Supervisionamento da Decisão de Yamoussoukro sobre a Liberalização dos Mercados do Transporte Aéreo em África**

212. O órgão de supervisionamento, presidido pela União Africana e compreendendo a CENUA, a CAFAC, a AFRAA e as CERs, reuniu-se em Adis Abeba, nos dias 3 e 4 de Março de 2005, para considerar o progresso realizado na implementação da Decisão. Os Relatórios apresentados, indicaram algum progresso, particularmente ao nível das regiões em que medidas específicas estavam a ser instituídas para facilitar a sua efectiva implementação. Todavia, ao nível do continente, foi reconhecido que a implementação estava a ter lugar mais lentamente, ao contrário das expectativas.

213. Ademais, haviam vários instrumentos chave que ainda não tinham sido estabelecidos, e a ausência destes constrangia seriamente a implementação. Estes incluem as regras de concorrência e o mecanismo de resolução de diferendos. De igual modo, a fraqueza institucional devida a falta da Agência executora e funções claras dos membros do Órgãos de Supervisionamento, bem como a inexistência de um efectivo financiamento do Órgão, foram reconhecidos como os grandes revezes à implementação da Decisão. Neste sentido, a reunião recomendou uma série de medidas para corrigir as insuficiências e reforçar a implementação. As recomendações foram submetidas à reunião dos Ministros do sector, realizada em Maio de 2005, na África do Sul.

### **1.2.2. Reunião dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Aéreo**

214. A Comissão, em colaboração com o Departamento dos Transportes da República da África do Sul, organizou uma reunião de 4 dias, dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Aéreo que se realizou em Sun City, África do Sul, de 16 a 19 de Maio de 2005. A necessidade de uma urgente acção correctiva no debilitante sector do transporte aéreo em África, foi reconhecida pela Comissão. A Comissão tem estado preocupada, ante os crescentes desafios ao sector que representam uma ameaça séria aos esforços para revitalizar e consolidar a fraca indústria do transporte aéreo em África. Estes incluem a ineficiência e o alto custo da viagem aérea no continente, restrições internas e externas ao mercado, crescentes riscos de segurança e a falta de um efectivo quadro geral de política na indústria, apenas para mencionar alguns.

215. Em Março de 2004, a Comissão convocou uma reunião do Grupo de Trabalho sobre a Gestão do Espaço Aéreo Africano do sector. No fim, o Grupo de Trabalho



elaborou um Plano de Acção para fazer face aos inúmeros problemas que afectam o transporte aéreo em África e propôs o rumo a seguir para o reforço do seu desempenho. As recomendações do Grupo de Trabalho, incluindo a organização de uma Sessão Ministerial prevista para o ano 2005, para elaborar as necessárias decisões de política e estratégicas no sector, foram incorporadas no Plano de Acção da Comissão.

216. Os Ministros, durante o seu encontro, reviram a situação em geral do sector do transporte aéreo em África, com enfoque particular na implementação da Decisão de Yamoussoukro sobre a liberalização dos serviços do transporte aéreo em África, a necessidade de uma política externa comum africana no transporte aéreo, na segurança e protecção aérea e nas questões institucionais referentes especificamente à autonomia da Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC). Foram feitas recomendações específicas sobre acção que se requer em cada área. Dada a importância crucial da Decisão de Yamoussoukro ao desenvolvimento da indústria do transporte aéreo em África, foi adoptada uma resolução ministerial que visa a aceleração da sua implementação.

217. O relatório dos Ministros reunidos, juntamente com a sua resolução, são submetidos como um ponto de agenda separado para consideração e aprovação do Conselho Executivo.

### **I.3. Transportes Ferroviários**

#### **Conferências sobre os Transportes Ferroviários e os Caminhos de Ferro nos Estados Membros da CEN-SAD**

218. A Comissão participou na Conferência sobre os Transportes Ferroviários e os Caminhos de Ferro nos Estados Membros da Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD) que decorreu de 21 a 23 de Março de 2005, em Trípoli (Líbia).

219. A Conferência tinha como objectivo avaliar os obstáculos ao desenvolvimento dos caminhos de ferro nesta Comunidade, por forma a encontrar soluções para a construção novas linhas bem como a interligação das linhas existentes.

220. A Conferência adoptou as grandes linhas do esquema director da interligação ferroviária dos Estados Membros da CEN-SAD, cujo um dos projectos lanterna é, sem dúvida, o da Rede Ferroviária TransSahariana (TSR), com um comprimento de 2.068 Kms, iniciado pela Líbia e que deve ligar a cidade de Sabha, em território líbio, a N'djamena, no Chade, passando pelo Níger.

### **1.4 Transporte Marítimo**

#### **Protecção e Segurança Marítima**

221. A Comissão continuou a implementar as suas actividades decorrentes da Decisão EX.CL/Dec. 163 (V) emanada da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, sobre a segurança marítima, que se centra na observação pelos países africanos, do Código Internacional da Embarcação e Segurança Portuária (ISPS) e as Emendas à Convenção sobre a Segurança de Vida no Mar, 2002, que entrou em vigor a 1 de Julho de 2004.

Depois de uma consideração do estado da ratificação de convenções marítimas em África, a Comissão formulou um questionário de auto-avaliação dirigido aos Estados Membros na sua posição como Estados portuários e costeiros, a fim de procurar actualizar a informação sobre medidas que empreenderam para ratificar e implementar convenções marítimas relevantes na área da protecção e segurança marítima e a preservação do ambiente marinho em África.

222. O questionário procura estabelecer as medidas tomadas em termos de estruturas legais e administrativas, formação, imposição, auditorias e sanções, entre outras, na implementação do Código do ISPS. A coordenação deste exercício está a ser monitorada em conjunto com as CERs e será reforçada por visitas de trabalho da Comissão. Com este exercício, esta última pretende obter informação actualizada dos Estados Membros e usá-la como base para a mobilização do apoio técnico para os mesmos. Consequentemente, os Estados Membros são instados a responderem positivamente a este exercício a fim de permitir à Comissão cumprir com essa tarefa a bom termo e atempadamente.

223. Além disso, a Comissão já iniciou a revisão da Legislação Modelo do Transporte Marítimo e da Carta Marítima em conformidade com a mesma Decisão EX.CL/Dec. 163.

## **II. TELECOMUNICAÇÕES, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, CORREIOS**

### **II. 1 Projecto de Criação de um Espaço Unificado de Numeração de Telecomunicações em África**

224. Em conformidade com a Decisão Ex.CL/Dec. (101) (V), da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, a Comissão organizou uma Reunião de Peritos dos Estados Membros e Organizações Regionais e Internacionais, de 22 a 24 de Março de 2005, em Adis Abeba, com o objectivo de analisar as conclusões do estudo preliminar e a metodologia da implementação do estudo de viabilidade do projecto.

225. Importa recordar que o estudo preliminar propôs a criação do espaço unificado de numeração em duas etapas: A primeira etapa é designada a Criação do Espaço Africano de Numeração das Telecomunicações Africanas/Telcommunications Numbering Space (ATNS). Esta etapa é caracterizada essencialmente pela atribuição à África de um indicativo de grupos de países e pela coexistência do referido indicativo com os indicativos nacionais actuais, tendo em vista assegurar uma transição sem choques para a unificação total. A segunda etapa é uma evolução para uma zona de numeração unificada caracterizada por um plano de numeração integrada com o desaparecimento a prazo dos indicativos nacionais e a utilização de números telefónicos pan-africanos.

226. A metodologia proposta pelo estudo de viabilidade compreende essencialmente às actividades que devem ser realizadas, principalmente estudos técnicos, económicos e jurídicos; organização e meios a criar para a realização dos estudos.

227. Os Peritos realçaram o carácter emissário, estratégico e federativo do projecto e julgaram que a sua concretização trará uma visibilidade internacional e regional das acções da União Africana, e servirá de exemplo para a coordenação de iniciativas e

intervenções de parceiros no sector chave das Telecomunicações e de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC).

228. Os Peritos adoptaram a metodologia proposta para a condução do estudo de viabilidade e fizeram recomendações sobre a necessidade de:

- Garantir a adesão e o envolvimento efectivo dos principais actores africanos, nomeadamente os Estados Membros, os operadores de redes e os provedores de serviços;
- Procurar apoio de outros actores internacionais do sector das telecomunicações, visto a fonte de numeração encontrado para a África com vista à concretização do ATNS pertence ao mundo inteiro;
- Levar a cabo um trabalho de justificação económica e financeira do projecto para atrair o máximo de utilizadores dos recursos do ATNS.

229. O Comité de coordenação Inter-Institucional (CCI), estabelecido em conformidade com a Decisão Ex.CL/Dec. (101) (V) para coordenar a execução do projecto, reuniu-se a 24 de Março de 2005, em Adis Abeba. O Comité analisou e aprovou as conclusões dos trabalhos dos Peritos.

230. O orçamento necessário para o financiamento do projecto é de 1.500.000 dólares americanos. Este montante deve cobrir todas as actividades do estudo de viabilidade até ao fim do projecto, que será caracterizado pela exploração dos recursos de numeração do ATNS. O prazo global da execução do projecto é estimado em dois anos.

231. O projecto de criação de um espaço unificado de numeração das telecomunicações é objecto de um relatório separado, que será submetido ao Conselho Executivo durante a Cimeira de Sirte.

## **II. 2. Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (SMSI)**

232. As actividades relativas à Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (SMSI) são acompanhadas conjuntamente pelo Departamento dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia e pelo Departamento de Infra-estruturas e Energia. Além disso, a SMSI consta de um relatório específico coordenado pelos dois Departamentos e será submetido ao Conselho Executivo durante a Cimeira de Sirte, em Julho.

233. De forma resumida, pode-se reter o seguinte:

- A preparação africana foi essencialmente organizada em volta da Conferência Regional de Acra (2 a 4 de Fevereiro de 2005), dos trabalhos do Escritório de Bamako, da participação nas reuniões do PrepCom1 e do PrepCom2, da participação na Conferência Pan-Árabe (8 a 10 de Maio de 2005, no Cairo). O mecanismo estabelecido pelos Países Africanos para preparar a segunda etapa da Cimeira compreende o Grupo de Bamako, criado em 2002, e o Comité Ministerial, criado em Dakar em 2004, cuja

composição foi alargada de 8 a 15 países membros durante a Conferência de Acra;

- Os principais resultados da preparação africana são constituídos pelos Compromissos de Acra e pelo Plano de Acção Regional, sobre a Sociedade de Informação adoptado no Cairo;
- A Comissão participou na coordenação e no acompanhamento da preparação africana. Neste contexto, organizou uma concertação, em Adis Abeba, com a CEA e a UIT, antes da Conferência de Acra; trabalhou em estreita colaboração com a União Africana das Telecomunicações com vista à sensibilização dos Estados Membros. A Comissão participou activamente em Acra, em algumas sessões temáticas, na Reunião Ministerial e na Conferência Regional. No Cairo, a Comissão participou na Reunião Pan-Árabe assim como na Reunião do Comité Ministerial Africano;
- A criação e o lançamento do Fundo de Solidariedade Numérica, pelo Presidente Olusegun Obasanjo, em 14 de Março de 2005, em Genebra, é incontestavelmente um sucesso que reforça as posições africanas sobre a SMSI;
- A Comissão continuará a desempenhar o seu papel de coordenador durante o período que nos separa da reunião de Túnis e no decorrer da própria Cimeira. De igual modo, a Comissão organizará uma reunião dos principais actores para uma análise profunda do Plano de Acção Regional Africano sobre a Sociedade da Informação e as modalidades da sua execução.

### **II. 3. Projecto e-Governança (Projecto VSAT)**

234. O projecto e-Governança da União Africana já começou. Este é destinado, no contexto da transformação institucional da UA, a garantir a conectividade total e provisão de serviços modernos de telecomunicações entre a Sede da Comissão e os Escritórios Regionais, as Representações Exteriores, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados Membros, graças à criação de uma nova interligação por satélite.

235. A equipe técnica que deve acompanhar a execução do projecto foi criada no seio da Comissão no decurso do mês de Maio de 2005. Os documentos do concurso foram elaborados e o concurso internacional para a selecção do fornecedor dos equipamentos assim como a infra-estrutura, será lançado em princípios de Junho de 2005. No verão de 2005, proceder-se-á à análise das ofertas, selecção do fornecedor dos equipamentos e infra-estrutura bem como à execução do projecto em quatro lugares pilotos identificados. Adis Abeba, Abuja, Nova Iorque e Joanesburgo. O calendário provisório indica que as instalações serão entregues a 10 de Novembro de 2005. Está prevista uma apresentação na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (Etapa II), que terá lugar em Túnis (Tunísia), de 16 a 18 de Novembro de 2005.

236. A União Africana terá, a partir de Novembro de 2005, o seu próprio sistema de telecomunicações e, por conseguinte, uma maior autonomia em termos de serviços e da sua disponibilidade. Esta rede permitirá à União Africana dotar-se de um sistema de

videoconferência, acesso à Internet muito rápido, telefonia em IP e um mensageiro instantâneo ligado ao vídeo para debates em tempo real. A rede permitirá igualmente partilhar do conhecimento, da informação e facilitará o trabalho colaborativo, donde uma melhoria produtividade e uma optimização de recurso (economia dos custos de comunicações, viagens, etc.).

237. O desdobramento da nova infra-estrutura nos restantes lugares alvos (Estados Membros, CER, etc.) e a interligação com os parceiros africanos e internacionais ocorrerão durante o ano de 2006.

238. A materialização deste projecto, no cumprimento do calendário fixado, exige a afectação de recursos necessários.

#### **II. 4. Harmonização de Políticas e Regulamentação das Telecomunicações e TIC**

239. O reforço da conectividade africana através de redes intra e inter-regionais de banda larga e o desenvolvimento da TIC à escala continental e regional somente poderão ser feitos com eficácia e rapidez se o ambiente de regulamentação e as políticas das telecomunicações forem propícios. É por isso que se afigura necessária a realização de estudos para harmonizar as políticas e os regulamentos sobre as telecomunicações e as TICs.

240. Como prelúdio aos principais trabalhos a realizar para fins deste estudo, a Comissão empreendeu actividades de concentração com os principais actores das políticas e de regulamentação das telecomunicações e das TIC em África. Assim, a Comissão tomou parte na Reunião da Associação dos Reguladores da Informação e da Comunicação da África Oriental e Austral (ARICEA), que teve lugar em Nairobi, de 7 a 11 de Março de 2005, bem como no 6º Fórum sobre a Regulação das Telecomunicações em África, realizado em Maputo, de 27 a 28 de Abril de 2005. Estas duas reuniões permitiram a recolha de dados e informações pertinentes sobre as directivas, preocupações e implicações regulamentares no contexto do ambiente africano das Telecomunicações e das TIC.

241. No contexto deste projecto e, de uma forma em geral, tendo em vista o reforço da cooperação com os principais actores e dar uma visibilidade internacional e regional da visão da União Africana sobre o papel das Telecomunicações e das TIC no desenvolvimento sócio-económico e integração do Continente, a Comissão teve sessões de trabalho e reuniões com a União Internacional das Telecomunicações (UIT) e a União Africana das Telecomunicações (UAT), actores experimentados e competentes do sector das Telecomunicações e das TIC em África. Estas diligências permitiram, entre outros resultados, a criação de um Comité de Coordenação Inter-Instituição para o Desenvolvimento das TIC (CCII-Dev.TIC), presidido pela Comissão e tendo em como membros o BAD, a CEA, a UFT, a UAT, a URTNA, o RASCOM, a Comissão e-AFRICA, o PAPU e as CERs.

## **II. 5. Projecto de Criação, pela Índia, da Rede Pan-africana de Telecomunicações para e-Educação, e-Saúde e e-Governança**

242. A Índia propôs à Comissão um projecto de criação de uma Rede Pan-africana de Telecomunicações para ligar os 53 Estados Membros, e fornecer serviços de e-Medicina e e-Educação, incluindo serviços de e-Governança entre os Chefes de Estado, Resumidamente, a Índia propõe fornecer, instalar, pôr em funcionamento e garantir a manutenção, por um período de total de 3 anos, uma Rede Pan-africana que oferece os serviços acima referidos, por um orçamento global de 50 milhões de dólares americanos.

243. Realizou-se uma reunião, a 11 de Maio de 2005, em Adis Abeba, entre a Comissão e uma delegação da Índia. Na sequência desta reunião, foi criada uma equipa técnica interna pela Comissão para fazer uma análise preliminar dos documentos técnicos remetidos pela delegação da Índia. Será constituído um Comité de Peritos Africanos para durante o mês de Julho de 2005, efectuar um estudo mais profundo da proposta indiana e elaborar um relatório que será apresentado a uma reunião de Peritos dos Estados Membros, a ter lugar em Setembro de 2005.

## **ENERGIA**

### **III. 1. Electricidade**

244. A Comissão da União Africana deu o seu apoio e contribuiu para o sucesso do Seminário sobre o Financiamento de projectos integrados do sector eléctrico africano, que se realizou de 22 a 24 de Março de 2005, em Kishasa, República Democrática do Congo. Este seminário foi organizado pelo Secretariado da União dos Produtores, Transportadores e Distribuidores de Energia Eléctrica de África (UPDEA), em parceria com o Secretariado da NEPAD e a Empresa Nacional de Electricidade da RDC (SNEL). Dois projectos de integração foram objecto de análise e de troca de informação durante este seminário, nomeadamente a gestão da barragem hidroeléctrica de INGA e a construção de linhas de transporte de energia de alta tensão para as regiões Austral (WESTCOR) e Ocidental (INGA-CALABAR/NIGERIA) do Continente, numa primeira fase.

245. Com vista a uma execução eficaz destes projectos, os participantes ao seminário recomendaram à União Africana a criação de um Conselho de Coordenação do Ordenamento do lugar de INGA e de projectos conexos, em colaboração com o Secretariado da UPDEA, Secretariado da NEPAD, SNEL e outras estruturas existentes ou em vias de criação, tal como mencionadas acima (WESTCOR e INGA-CALABAR/NIGERIA).

246. A Comissão pode congratular-se pela convergência e pelo reconhecimento de todos os actores do papel desempenhado pela primeira, na coordenação e direcção para a execução do Projecto INGA, principalmente através do estabelecimento do Conselho de Coordenação deste lugar. É Justamente este papel que a organização continental é chamada a desempenhar nos projectos inscritos na rubrica de projectos farol “União Africana/NEPAD”. O projecto INGA, é preciso recordar, constitui um vector essencial para a integração energética em África.

### **III. 2. Petróleo e Gaz**

#### **Segundo Congresso Africano do Petróleo**

247. A principal actividade a assinalar nesse sector é a participação no Segundo Congresso Africano do Petróleo que decorreu em Argel, Argélia, de 14 a 18 de Fevereiro de 2005. Este Congresso foi organizado pela Associação dos Produtores de Petróleo Africanos (APPA), em colaboração com o Governo da República da Argélia Democrática e Popular. A Comissão participou nesta importante reunião.

248. Um dos pontos importantes do Congresso estava relacionado com as receitas provenientes do petróleo. Constatou-se que efectivamente as receitas oriundas do crescimento do sector petrolífero em África, durante muitas décadas, não permitiu responder às necessidades do desenvolvimento económico, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Este crescimento foi feito várias vezes em detrimento de outros sectores de actividade económica, principalmente a agricultura. Por isso, foi recomendado que sejam feitas reformas de tal modo que o sector dos hidrocarbonetos em África e as receitas dele provenientes desempenhem o papel que lhes é reservado, em benefício da materialização dos objectos do desenvolvimento sustentável.

249. Um outro elemento importante é a luta contra os grandes riscos de poluição marinha e das costas pelos hidrocarbonetos. Trata-se de um problema que também preocupa a África. Foi lançada a iniciativa da criação de uma sociedade multinacional de luta contra a poluição marítima.

250. Estas preocupações foram tomadas em consideração pelo Plano de Acção da União Africana para o período 2005-2007, que prevê, entre outras actividades a realizar na área dos hidrocarbonetos, a avaliação da situação petrolífera e gazífera em África bem como a elaboração de políticas e estratégicas sobre o petróleo e o gaz no contexto global da integração e do desenvolvimento sustentável do Continente.

251. Nesta perspectiva, a Comissão vai criar um grupo de trabalho composto, entre outros, por peritos africanos de renome e por representantes dos países produtores e exportadores de hidrocarbonetos. Este grupo de trabalho assistirá a Comissão a definir o caminho a seguir para questões de petróleo e gaz em África.

252. O papel dos hidrocarbonetos na dinamização das economias africanas merece, com efeito, que lhe seja dada toda a atenção ao nível da União Africana, tendo em vista um desenvolvimento económico e social sustentável e coerente do nosso Continente.

### **III. 3. Comissão Africana de Energia (AFREC)**

253. A Comissão da União Africana deplora o grande atraso da maioria dos Estados Membros na ratificação da Convenção da Comissão Africana de Energia. Actualmente, o número mínimo exigido de quinze ratificações ainda não foi atingido de modo a que a Convenção seja efectivamente operacional. Todos os Estados que ainda não ratificaram a Convenção, são convidados a fazê-lo, o mais breve possível.

## **COOPERAÇÃO COM PARCEIROS**

### **IV. 1. Reunião G8 + África sobre Infra-estruturas**

254. Foi identificada a necessidade de se dar mais atenção e aumentar os fundos para infraestruturas nos relatórios das Nações Unidas sobre o Projecto do Milénio e da Comissão para a África. O Reino Unido espera, durante a sua Presidência do G8, acelerar a acção. É neste contexto que o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) deste país organizou, em 5 de Maio, em Londres, uma reunião G8 + África sobre infraestruturas.

255. O objectivo da reunião era de passar em revista as dificuldades actuais e os nós de estrangulamento, de modo a chegar-se a um acordo sobre a necessidade do aumento de recursos e da melhoria da cooperação na área de infra-estruturas em África.

256. A reunião contou com a participação de representantes dos Países do G8, Banco Mundial, Banco Africano do Desenvolvimento, União Europeia, Secretariado da NEPAD e da CEDEAO. A Comissão da União Africana participou igualmente nesta reunião.

257. Os participantes reconheceram que as infra-estruturas em África constituem a chave para a aceleração do crescimento, redução da pobreza e promoção da integração. Para o efeito, os participantes acordaram em estabelecer consórcio de infra-estruturas para trabalharem em conjunto e construir, com base no precioso trabalho já iniciado, a partir de propriedades estabelecidas pela África.

258. A reunião de Londres identificou o papel chave de sensibilização e do organismo de pressão em prol de uma melhor coordenação entre os doadores para o comércio. Tendo em conta a gravidade do problema, tratar-se-á de fazer uma sensibilização em prol de uma resposta urgente, muito abrangente e muito eficaz para as necessidades em termos de infra-estruturas de África. A reunião reteve igualmente alguns aspectos que o consórcio deverá tomar em consideração, nomeadamente:

- Conteúdo do programa : enfoque será dado aos projectos transfronteiriços ao nível continental e regional, assim como aos projectos ao nível nacional;
- Tipos de Infra-estruturas : os sectores a serem cobertos são: água, e saneamento, energia, transportes, telecomunicações e infra-estruturas urbanas;
- Dados sobre o financiamento : há falta de dados sobre os financiamentos e o nível das actividades financeiras. Há uma necessidade urgente de se definir quem fez o quê, onde e com que dinheiro, enfim, é preciso principalmente identificar as falhas;
- Reforço de Capacidades : é necessária a capacitação institucional nas áreas que apresentam actualmente nós de estrangulamento, em particular a preparação de projectos; e



- Acompanhamento : é preciso proceder-se ao acompanhamento das acções e dos resultados.

259. A reunião inaugural do consórcio terá lugar no dia 6 de Outubro de 2005, em Londres. Os mecanismos exactos sobre como o consórcio vai trabalhar, assim como as possibilidades de integração de novos membros serão discutidos nesta reunião. Enquanto não se chegar à data da reunião, o Reino Unido está encarregue da coordenação e facilitação.

260. Neste consórcio, cujo objectivo global é de iniciar uma acção mais eficaz e mais abrangente para a construção de uma infra-estrutura duradoira em África, o papel da União Africana deve ser central e claramente preciso, tendo em conta o seu mandato ao nível continental.

#### **IV. 2. Cooperação BAD/UA na área de Infra-estruturas**

261. No âmbito da reunião oficial que decorre em Tunes, em 25 de Abril de 2005, a Comissão da União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), realizou-se uma sessão de trabalho n sector de infra-estruturas.

262. A Comissão apresentou o seu pedido de assistência junto desta Instituição sobre projectos físicos, estudos estratégicos e harmonização das políticas à escala continental sobre infra-estruturas.

263. No fim dos debates, foi acordado, entre outros, o seguinte:

- Apresentação, pela União Africana, de um pedido formal a BAD relativamente às propostas de assistência examinadas;
- Reforçar a coordenação de acções entre o BAD, União Africana e as CERs;
- Proposta do BAD para apoio institucional a conceder à União Africana para impulsionar o seu papel de facilitação na execução de projectos multinacionais;
- Envolver a União Africana no estudo do Quadro Estratégico a Meio e Longo Prazos da NEPAD, sobretudo nas discussões futuras;
- A União Africana deverá desempenhar o seu papel nas áreas onde tem vantagem comparativa para ajudar a avançar os projectos multinacionais e a NEPAD. Trata-se de desempenhar o papel catalizador, político e de sensibilização para desbloquear problemas ou facilitar o diálogo necessário para o avanço de projectos bloqueados, ou para ajudar a encontrar soluções para problemas de países africanos que enfrentam sanções.

## **DEPARTAMENTO DA ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA**

### **INTRODUÇÃO**

264. A pobreza e a fome são generalizadas em África e continuam a ser mais agudas nas zonas rurais. Apesar da rápida urbanização, o pobre rural representa cerca de 70% da população africana. A sobrevivência da população rural depende da agricultura e das actividades a ela relacionadas. Muitas famílias realizam também uma variedade de outras actividades não agrícolas, para gerar receitas. Todavia, o investimento inadequado na agricultura e no desenvolvimento rural teve implicações catastróficas para a vida rural, levando a altas incidências da pobreza, da fome e da degradação ambiental, e induzindo o êxodo prematuro de populações rurais não qualificadas para as cidades e áreas urbanas, já altamente povoadas. Neste momento, a situação está a ser agravada por outros factores tais como: a pandemia do VIH e doenças debilitantes como a malária, calamidades naturais e de criação humana, em adição a impedimentos de fracas políticas macro-económicas, fracas instituições e arranjos institucionais, tecnologias inapropriadas e fracas infra-estruturas rurais. Neste momento, cerca de 23 países na África Sub-sahariana confrontam-se com emergências alimentares e precisarão de assistência alimentar nos próximos meses, segundo o Relatório África. Nesses países deficitários, as causas variam de distúrbios e guerras civis, a problemas ambientais e económicos adversos.

265. A panorâmica ambiental africana permanece um desafio apesar das várias iniciativas tomadas por Estados Membros, Comunidades Económicas Regionais e parceiros de desenvolvimento. A ameaça da fome e inanição resultante das secas e outras eventualidades ambientais, continuam a grassar no continente. No Níger, hoje, e segundo a Rede Integrada das NU sobre Informação Regional, 3,5 milhões dos 12 milhões da população do país estão perante ameaça de fome e inanição – uma consequência da seca e da praga de gafanhotos de 2004. Mais de 800.000 crianças com idade inferior aos 5 anos sofre de fome no país, enquanto que 120.000 delas são mal-nutridas. A menos que a comunidade internacional mobilize 16 milhões de dólares para proporcionar ajuda alimentar de emergência, a situação naquele país pode escalar-se para um nível de crise. Outros países sahelianos e semi-áridos no continente, continuam a ser também ameaçados pelos negativos desenvolvimentos ambientais.

266. Essas estatísticas implicam que as crianças estão demasiadamente esfomeadas para se concentrarem na escola; mães com peso insuficiente que dão à luz a crianças adoentadas; e adultos cronicamente esfomeados sem energia para cuidar das suas famílias acima dos níveis de subsistência. A fome é intrinsicamente ligada à pobreza em África. Assim, é uma questão de desenvolvimento básico que obstaculiza o crescimento económico nacional e um grande contribuinte ao que mantém milhões de pessoas na situação de pobreza. Ao mesmo tempo que a África é a única região onde esses problemas interligados são tão evidentes, a situação varia grandemente de uma sub-região do continente para outra.

267. Uma das principais razões para este aumento no número de pessoas sub-nutridas, tem sido o declínio de investimento na agricultura e no desenvolvimento rural, por parte dos governos africanos. Há também ampla evidência de que o apoio ao desenvolvimento

agrícola e rural, pelos parceiros de desenvolvimento, diminuiu também ao longo dos últimos 30 anos.

### **Respostas e Quadro de Implementação**

268. Dada essa tendência negativa na agricultura, os Chefes de Estado e de Governo africanos adoptaram a “Declaração de Maputo sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África”, em Julho de 2003, a quando da Segunda Cimeira Ordinária da Assembleia da União Africana. A Declaração contém várias decisões importantes em torno da agricultura, a mais proeminente de entre elas sendo “**o compromisso à afectação de pelo menos 10% dos recursos orçamentais nacionais à implementação da política da agricultura e do desenvolvimento rural, dentro de 5 anos**”. Essa Declaração foi reforçada ainda mais pela Declaração de Sirte sobre os Desafios da Implementação do Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Agricultura e Água, Sirte – Líbia, e na Quarta Cimeira da União Africana em Abuja, em Janeiro de 2005. A Cimeira de Abuja solicitou ainda a Comissão a **definir**, em colaboração com os Estados Membros e o Secretariado da NEPAD, **as áreas cerne da agricultura e do desenvolvimento rural relevantes à afectação dos 10%** adoptado na Declaração de Maputo.

269. Na Cimeira de Sirte, de Fevereiro de 2004, os Chefes de Estado e de Governo africanos fizeram a declaração para “Reforçar os Sistemas de Alerta Prévio ao nível Regional, e o seu estabelecimento onde não existam, bem como a sua coordenação ao nível continental a fim de inverter o impacto negativo da seca, da desertificação, das cheias, das calamidades naturais e das pragas”.

270. A Comissão da União Africana (CUA) foi posta ao corrente da implementação das decisões sobre o desenvolvimento da agricultura africana, com referência particular à implementação do Programa Exaustivo Africano de Desenvolvimento Agrícola (CAADP) e a *Declaração de Sirte sobre os Desafios da Implementação do Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Agricultura e Água em África*. Para o efeito, a Comissão entabulou consultas com as Mesas de Presidência da AMCEN e AMCOW com vista a adaptarem os seus mandatos e estruturas dentro da Comissão da União Africana e dos seus Comitês Técnicos Especializados, tal como solicitado pela Declaração. A Comissão comprometeu-se também a facilitar actividades orientadas à promoção da gestão conjunta e integrada de águas trans-fronteiriças. Essas actividades, que resultarão no desenvolvimento de um acordo-quadro modelo de cooperação e a promoção de cooperação e de intercâmbio de experiências entre as existentes autoridades de bacias fluviais, serão levadas a cabo em parceria com o PNUMA e o Banco Africano de Desenvolvimento.

271. Organismos ministeriais relevantes tais como o Conselho de Ministros Africanos para a Água (AMCOW) e a AMCEN, foram informados da questão da realização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, relativo à sustentabilidade ambiental. Esses organismos desenvolveram e estão a implementar projectos e programas, em colaboração com os seus parceiros internacionais de desenvolvimento tais como o BAD, PNUMA, PNUD, UN Water/Africa e a União Europeia, bem como parceiros bilaterais, com vista a fazer face a alguns dos desafios ambientais. O Banco Africano de desenvolvimento concebeu uma Iniciativa para o Abastecimento e Saneamento da Água Rural (RWSSI) que, quando efectivamente implementado, poderá ajudar a África na

realização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para o abastecimento e saneamento da água na África rural até 2015. Várias CERs adoptaram medidas decisivas para reforçar as suas actividades ambientais. De recordar que a SADC adoptou um protocolo revisto sobre a água, enquanto que a CEDEAO tomou medidas para reforçar as suas actividades na água. A Região da África Central concluiu e assinou um tratado sobre a conservação e a gestão sustentável das florestas da Bacia do Congo, em Fevereiro de 2005. A IGAD, CEDEAO, SADC, IOC e CEMAC, com o apoio da União Europeia iniciaram um projecto de Monitoria Africana do Meio Ambiente para Desenvolvimento sustentável (AMCESD), que visa ajudar os grupos económicos na implementação de políticas no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas regionais representam exemplos entre as várias tomadas, para complementar planos e acções nacionais que visam a realização da sustentabilidade ambiental.

### **Análise de Resultados e do Desempenho**

272. A Comissão levou a cabo várias actividades nos sectores da Agricultura e da Económica Rural para a implementação dos seus planos de Acção no período 2005 - 2007. Estas incluem o desenvolvimento de notas – conceito para a implementação de boas actividades nos sectores da Segurança Alimentar, Pecuária, Pescas, Água e Agrário, bem como da Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomiase.

273. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente aceitou financiar estudos para a elaboração de um acordo-tipo de cooperação para a gestão conjunta de água transfronteiriças, que podia proporcionar um importante material de referência para a negociação de novos acordos de gestão de bacias.

274. Pela primeira vez, em 2005 a Comissão, em colaboração com o Governo da Etiópia, implementou acções concretas no terreno para celebrar o Dia Africano do Meio Ambiente, em linha com o seu papel de advocacia. Esta actividade permanecerá uma característica dos planos de trabalho anuais da Comissão e, tanto quanto possível, será levada a cabo com certos Estados Membros numa base de rotatividade regional.

275. Como é de se recordar, a Comissão e o Secretariado da NEPAD colaboraram com parceiros de desenvolvimento tais como a Estratégia Internacional das NU para a Redução de Catástrofes (UN/ISDR), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Africano de Desenvolvimento e outras relevantes agências das NU e organizações regionais, para guiar e apoiar um processo continental tendente ao desenvolvimento de uma estratégia para a redução do risco de catástrofes. A Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente adoptou a resultante Estratégia Regional para a Redução do Risco de Catástrofes, aquando da sua décima sessão, em Junho de 2004. A Comissão e o Secretariado da NEPAD irão procurar obter mais apoio dos parceiros, para assistir os Estados Membros e as Comunidades Económicas Regionais a integrarem a redução do risco de catástrofes nos seus respectivos planos e actividades de desenvolvimento, ao longo dos próximos anos.

276. Embora o progresso seja lento, o Programa Africano de Acumulação de Reservas (ASP) continua a trabalhar com seis Estados Membros para a implementação da erradicação de pesticidas obsoletos desses países. A indisponibilidade de fundos suficientes tem constrangido a implementação. Porém, as recentes contribuições

financeiras do Banco Africano de Desenvolvimento e do Governo Sueco, bem como o compromisso permanente da Facilidade Global do Meio Ambiente, permitirão a implementação em alguns países, num futuro muito próximo.

277. A Comissão da União Africana proporcionou apoio ao Grupo Africano durante a terceira sessão do Comité de Revisão da Implementação da Convenção (CRIC) para Combater a Desertificação, em Bona, em maio de 2005. Essa assistência, sob a forma de interpretação simultânea, facilitou a comunicação no grupo e, deste moto, reforçou a sua capacidade negocial.

278. A Comissão, juntamente com a FAO e a UE, acaba de concluir uma avaliação dos sistemas de alerta prévio na África Ocidental. Esse exercício tinha como objectivo obter uma compreensão clara da eficiência e eficácia dos existentes sistemas de alerta prévio, na segurança alimentar na África Ocidental. Isso levará a recomendações sobre uma acção a ser tomada para o reforço desses sistemas, a fim de melhorar a tomada de decisões aos níveis nacional e regional, em relação a intervenções na segurança alimentar.

279. No tocante à erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da tripanossomíase, a Comissão foi informada da implementação da Decisão **AHG/Dec. 156 (XXXVI)** adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo Africanos, instando os Estados Membros a se levantarem colectivamente ao desafio da erradicação da tripanossomíase, uma doença devastadora do homem e de animais domésticos, transmitida pela mosca tsé-tsé, e que causa a morte, debilidade, redução na produtividade, avultadas perdas económicas e inédita miséria humana. No quadro dessa Decisão, à Comissão da União Africana foi incumbida a responsabilidade de mobilizar compromisso, apoio e acção necessários para a eliminação rápida do flagelo da tripanossomíase de África, montando uma Campanha Pan-africana para a Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomíase (PATTEC). Para poder responder às obrigações desta incumbência, a Comissão estabeleceu um serviço para ajudar a coordenar e espeditar a implementação da iniciativa PATTEC.

280. Um Plano de Acção sobre a implementação desta iniciativa foi preparado e devidamente endossado; já foi instituído um mecanismo que deverá nortear o processo da implementação dos objectivos da iniciativa da PATTEC e uma estrutura encarregue de lançar e coordenar as actividades dessa campanha de erradicação da tripanossomíase. Em colaboração com os países afectados e cooperação de vários parceiros, a Comissão embarcou-se em várias actividades, incluindo esforços para elevar a consciência e torno da causa e dos propósitos da iniciativa da PATTEC, através do desenvolvimento e da disseminação de material publicitário e de informação pública; formação para criar a necessária capacidade e competência técnica e competência para executar os objectivos da iniciativa da PATTEC; desenvolvimento de propostas de projecto da erradicação da mosca tsé-tsé para áreas específicas; e procurar apoio financeiro e técnico para a execução de projectos identificados para a erradicação da mosca tsé-tsé nos Estados Membros.

281. Foi recentemente obtido financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento para apoiar a implementação de projectos de erradicação da mosca tsé-tsé em seis países (Burkina Faso, Etiópia, Gana, Quénia, Mali e Uganda), na primeira fase do programa da PATTEC.

### **Análise de Resultados do Desempenho**

282. Implementação lenta de programas devido à insuficiência de recursos humanos e a falta de fundos na conta do Orçamento de Solidariedade.

### **Problemas Pendentes e Questões Relacionadas**

283. A falta de fundos nas contas do orçamento de solidariedade, bem como a insuficiência de pessoal no departamento, continuam a obstacularizar a implementação de programa, tal como planificação.

### **O Rumo a Seguir**

284. À luz do fraco fluxo de contribuições ao Orçamento de Solidariedade, é necessário que a Comissão intensifique as suas actividades de mobilização de recursos financeiros, para permitir a boa implementação dos programas aprovados.

285. A Comissão deve levar a cabo esforços concertados para mobilizar os Estados Membros à alocarem suficientes fundos para o desenvolvimento agrícola e rural e honrar os seus compromissos para a alocação de pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais.

286. É necessário que todos os países, em geral, e os que ainda não se engajaram, em especial, sejam, recordados no sentido de responderem urgentemente à campanha da erradicação da mosca tsé-tsé, e incluírem a obrigação da eliminação da tripanossomiase de todos os países, nas suas prioridades nacionais de desenvolvimento, nos Documentos Nacionais sobre a Estratégia da Redução da Pobreza, etc.

287. Em consulta com os países afectados e relevantes parceiros de desenvolvimento, a Comissão lançou uma iniciativa para mobilização de recursos, em cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento, procurando desenvolver um quadro de apoio sustentável na criação de mecanismos autónomos através dos quais os países envolvidos no processo da erradicação da tripanossomiase possam ser efectivamente apoiados. Nessa conexão: Os serviços relevantes nos países afectados são encorajados a contactar o Escritório de Coordenação da PATTEC, para mais informação; Deve ser convocada uma conferência de doadores, especificamente para a mobilização de recursos para a PATTEC.

## **DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

### **1. INTRODUÇÃO**

288. Programa do Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, segundo decisões a seguir mencionadas:

#### **Educação:**

289. A Década de Educação em África foi declarada pela Cimeira de Chefes de Estado em Yaoundé, em 1996. Um Programa de Acção para a Década foi adoptado em Março de 1999, em Harare e endossado pelos Chefes de Estado em Julho de 1999. A Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, em Lomé, 2000, reviu alguns relatórios sobre a Década e incumbiu o Secretariado da OUA, das seguintes tarefas:

- Disseminação, sensibilização e advocacia na educação;
- Estabelecimento de estruturas de coordenação e monitoria nos espaços económicos regionais;
- Promoção de cooperação e intercâmbios, e reforço de parcerias;
- Selecção de um limitado número de projectos-piloto em cada região.

290. Uma Conferência de Ministros da Educação da União Africana teve lugar em Argel, nos dias 10 e 11 de Abril de 2005, como parte da revisão da política do ensino em África, sob a Década da Educação em África (1997 – 2006).

#### **Ciência e Tecnologia:**

291. Na sequência da Decisão dos Chefes de Estado e de Governo, de Maputo, no sentido de tornar a NEPAD num programa da UA e integrá-lo nas Estruturas e nos processos da UA (Julho de 2003), uma Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Ciência e Tecnologia teve lugar em Joanesburgo, em Novembro de 2003, organizada conjuntamente pelo Secretariado da NEPAD e o Departamento da Ciência e Tecnologia do Ministério da Arte, Cultura e Ciência e Tecnologia, da África do Sul. No decorrer da Conferência, foram entabuladas consultas entre as delegações da CUA, encabeçada pela Comissária dos Assuntos Sociais (Adv. B. Gawanas), em representação da Comissária dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, por um lado e do Secretariado da NEPAD, dirigido pelo Presidente do Comité Directivo da NEPAD, Prof. W. NKUHLU, por outro. A reunião decidiu que devia ser recrutado um consultor para desenvolver um quadro para a harmonização dos programas de C&T da UA e da NEPAD.

292. A Decisão EX/CL/Dec. 26 (III), emanada da 3ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo de Maputo, sobre “*O Reforço de Capacidade Pan-africana na bio-segurança*” instava a Comissão a levar a cabo o seguinte:

- a) Dar prosseguimento, e finalizar o Projecto sobre o Reforço de Capacidades na Bio-segurança da Bio-tecnologia; e
- b) Convocar uma reunião de peritos e Organizações da Sociedade Civil para uma consideração mais aprofundada da questão da Bio-segurança da Bio-tecnologia, e apresentar propostas para uma Posição Comum Africana a seu subseqüentemente adoptada pelos Órgãos Decisórios da UA.

## **TIC**

293. Pela sua Resolução 56/183 de 21 de Dezembro de 2001, a Assembleia Geral das Nações Unidas saudou a resolução do Conselho da União Internacional das Telecomunicações (UIT) pela qual este último endossava a proposta apresentada pelo Secretário Geral da UIT no sentido da convocação da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação em duas fases, uma primeira fase em Genebra, de 10 a 12 de Dezembro de 2003, e uma segunda na Tunísia. Nessa base, e a fim de desempenhar um papel mais pró-activo na próxima Cimeira Mundial da Sociedade de Informação (WSIS) a ter lugar em Túnes, a Comissão da União Africana adoptou e tomou nota do seguinte:

- Decisão Ex.CL/61 (III), da Assembleia da União Africana realizada em Maputo, em 2003;
- Decisão EX.CL/118 (V) do Presidente da Cimeira Mundial da Sociedade Mundial.

## **2. RESPOSTAS E QUADRO PARA IMPLEMENTAÇÃO**

### **Educação**

294. Um Plano de Acção foi elaborado para a Década da Educação, com enfoque em quatro áreas prioritárias: i) Equilíbrio e Acesso à Educação; ii) Qualidade, relevância e eficácia da educação; iii) Modalidades complementares de formação; iv) Reforço de capacidades. A estas foram acrescentadas questões transversais tais como a investigação, a mobilização de recursos e campanhas de comunicação.

295. Para cada uma das áreas prioritárias foi dada uma definição operacional, e são destacadas áreas específicas para acção.

### **Ciência e Tecnologia**

296. Um Consultor foi contratado em conformidade com os Termos de Referência conjuntamente desenvolvidos pela UA e o Secretariado da NEPAD, encarregue de formular um quadro para a harmonização de programas da UA e da NEPAD.

297. Foi constituído um painel de peritos, de alto nível que deverá desenvolver uma Posição Africana sobre a bio-tecnologia e a bio-segurança. Além disso, a UA e o governo alemão, através da sua agência de cooperação – GTZ, assinaram um acordo para o financiamento de um projecto sobre o reforço de capacidades na bio-segurança. Isso



deverá desenvolver capacidades no seio de Estados Membros da UA, para se fazer face à questões da bio-segurança.

298. A Comissão através deste Departamento, em colaboração com a Rede do Terceiro Mundo (TWN), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), organizou uma *Oficina Regional Africana sobre o Acordo TRIPS – OMC sobre Patentes e Acesso a Medicamentos: Respostas de Políticas Nacionais Apropriadas*. Essa Oficina teve lugar na Sede da CUA em Adis Abeba, Etiópia entre os dias 1 e 4 de Março de 2005, e nela estiveram presentes cento e trinta e cinco (135) representantes de trinta e cinco (35) Estados Membros de Ministérios da saúde, como de Ministérios responsáveis pelas patentes, bem como representantes de ONGs, africanas e não-africanas, de Organizações Regionais e Internacionais e de homens de Negócios na área do fabrico de medicamentos.

299. O objectivo geral da Oficina era o de estimular as capacidades dos Estados Membros nas questões relacionadas com o Acordo TRIPS – OMC no tocante a Patentes e ao Acesso a Medicamentos, e actualizá-los sobre essas questões.

## **TIC**

300. A participação nos seguintes eventos relacionados com os preparativos para a Cimeira WSIS, prevista para Tunísia, em Novembro de 2005:

### **a) Conferência Preparatória de África**

301. A Comissão da União Africana participou na conferência regional africana preparatória para a WSIS II de 28 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 2005, que teve lugar em Acra, Gana, sob o tema “Chave da África para uma inclusiva Sociedade da Informação”.

302. No final das deliberações, a Conferência adoptou um documento intitulado “Compromisso de Acra à Cimeira de Tunes”, cujo conteúdo incidiu nas seguintes questões-chave:

1. Os grandes princípios na sociedade africana da informação;
2. Directrizes de desenvolvimento;
3. Mobilização de recursos, incluindo recursos humanos;
4. Cooperação internacional;
5. Aspectos operacionais: Rumo a Tunes, estratégias de implementação das TIC, mecanismos financeiros, governação interna, parcerias, perspectivas e o rumo depois de Tunes.

303. A Comissão da União Africana foi encarregue da responsabilidade de levar a cabo as seguintes acções:

1. Solicitar apoio de outras regiões do mundo para o financiamento do Fundo de Solidariedade Digital;
2. Assistir a Mesa de Presidência do Comité Ministerial Africano na coordenação da posição de governos africanos, antes e durante a Cimeira de Túnes.
3. Organizar e presidir, duas vezes por ano, o Comité de Coordenação Inter-Institucional envolvido nos Projectos de Desenvolvimento infra-estrutural da TIC.

**b) Segunda Reunião do Comité Preparatório da WSIS – Fase de Túnes**

304. A Revisão do Comité Preparatório de Túnes teve lugar em Hammamet, Tunísia, de 24 a 26 de Junho de 2004, ocasião em que os governos decidiram convocar o PrepCom II em Genebra, durante 7 dias, a partir de 17 de Fevereiro de 2005.

305. A União Africana participou na PrepCom II para a Fase Túnes da WSIS, que decidiu que, durante a fase inter-sessões, entre PrepCom II e PrepCom III:

1. O actual texto do capítulo dois da Parte Operativa (Mecanismo de Financiamento), tal como figura da conclusão da PrepCom II, será transmitido directamente ao PrepCom III;
2. O texto do Cabeçalho Político, tal como se apresenta na conclusão da PrepCom II, juntamente com um documento compilado contendo comentários e propostas escritos, serão transmitidos directamente ao PrepCom III;
3. O Grupo dos Amigos do Presidente (GAP) continuará a formular propostas para os capítulos um (Mecanismos de Implementação) e quatro (o Caminho em Frente) da Parte Operativa. Essas novas propostas acrescentar-se-ão aos comentários e propostas escritas e apresentadas durante a primeira leitura, a 21 de Fevereiro, contida nos documentos compilados sobre os capítulos um e quatro, respectivamente. Os acima mencionados documentos serão transmitidos ao PrepCom, onde será tomada uma decisão sobre a aplicação das novas propostas;
4. O relatório do Grupo de Trabalho sobre a Gestão da Internet (WGIG) será apresentado em meados de Julho próximo; uma compilação dessas contribuições será enviada à PrepCom III, juntamente com o relatório do WGIG;
5. A PrepCom III terá lugar em Genebra, de 19 a 30 de Setembro de 2005.

**b) Conferência Pan-árabe e a Reunião do Comité Ministerial Africano**

306. A Comissão da União Africana participou na Conferência Pan-árabe relativa a Cimeira Mundial sobre os sistemas de informação (Fase II) no Cairo, Egipto, de 8 a 10

de Maio de 2005. O Comité Ministerial Africano (AMCM) esteve também agendado para ter lugar no segundo dia da Conferência – 9 de Maio. A AMCM foi planeada para discutir e adoptar as conclusões do Bureau de Bamako e o progresso relativo aos compromissos assumidos em Acra, de modo a preparar uma Posição Comum Africana e um plano de acção, que seriam submetidos à próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros da UA a ter lugar em Julho do ano em curso. Porém, os Ministros não conseguiram obter o quórum requerido para tomar decisões.

307. Os pontos a seguir indicados foram adoptados durante a AMCM:

1. O projecto de Plano de Acção Regional Africano sobre a Economia do Conhecimento (ARAPKE).
2. A CUA conduziu os Estados Membros Africanos à Cimeira dos Chefes de Estados à Cimeira Mundial sobre os sistemas de informação (WSIS II), em Tunis e decidiu submeter o ARAPKE à próxima Cimeira dos Chefes de Estado para adopção.
3. O Bureau de Bamako continua a coordenar os trabalhos preparatórios para a WSIS II.
4. A Declaração Conjunta da Sociedade de Informação Afro-Árabe.

### **Fundo de Solidariedade Digital**

308. Em Fevereiro de 2003, durante o processo preparatório para a primeira fase da WSIS, S.E. A. Wade, Presidente da República do Senegal, propôs, em nome da NEPAD e da UA, a criação de um Fundo de Solidariedade Digital (DSF). O DSF foi lançado oficialmente em Genebra, a 14 de Março último, e financiado este ano (2005) através de contribuições dadas pelos seus 17 membros fundadores.

## **3. RESULTADOS E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO**

### **Educação**

309. Durante as décadas de 1960 – 1990, os Estados africanos fizeram esforços tremendos para desenvolver a educação, especialmente na área de reformas do ensino e do currículo. Os países foram capazes de institucionalizar a planificação do ensino e de profissionalizar os seus serviços a nível nacional. Esses ganhos foram, todavia, gorados devido à uma série de factores principalmente:

- a instabilidade política;
- o declínio da economia africana com início na década de 80;
- os programas de ajustamento estrutural; e
- o fardo da dívida externa

310. As actividades da Década da Educação começaram tarde, dado que algumas regiões não puderam arrancar senão em 2002. Essa situação agravou-se com um outro

atraso verificado a partir da data da proclamação formal da Década em 1997 e do desenvolvimento do seu plano de acção em 1999.

311. Todavia, a notável realização nessa Década da educação foi a relação de trabalho funcional e harmonioso entre a UA e os agrupamentos económicos regionais, através do estabelecimento de cinco (5) estruturas de coordenação regional para a Década. Projectos regionais foram desenvolvidos em quatro das cinco regiões, nomeadamente, a África Ocidental, Oriental, Central e Austral. Os agrupamentos da África Ocidental e Austral realizaram algumas actividades notáveis. A CEDEAO possui agora um protocolo relativo ao ensino, enquanto a SADC criou grupos de trabalho sobre uma variedade de tópicos relacionados com a integração regional através da educação.

#### **4. PROBLEMAS PENDENTES E QUESTÕES RELACIONADAS**

##### **Educação**

312. A instabilidade política e os conflitos internos, bem como o VIH/SIDA têm causado um impacto muito negativo no sistema de educação de vários países, durante a última Década. Entretanto, todos os países no Continente têm estado a fazer enormes esforços para atingir os objectivos preconizados pela comunidade internacional até 2015.

313. Os Ministros notaram a necessidade dos governos liberalizarem a banda larga e a conectividade, por forma a que as novas tecnologias de informação e comunicação possam desempenhar um papel relevante na educação.

#### **5. RUMO A SEGUIR**

##### **Educação**

314. Durante a Conferência de Ministros, uma série de recomendações foram traçadas, cujas principais são as seguintes:

- Promoção e Mobilização dos Recursos Humanos através de programas que prevêm deter a fuga de cérebros e recuperar outros, resolvendo o problema da qualidade e reter os professores, envolver as Universidades locais e a Associação das Universidades no trabalho de planificação com vista a revitalização do ensino universitário; o Desenvolvimento do Ensino Superior através do estabelecimento de centros sub-regionais e regionais de excelência nas áreas da ciência e tecnologia, em noutras disciplinas; operacionalização da Academia Africana de Línguas;
- Fazer imediatamente uma avaliação profunda da Década,
- Desenvolver um plano de acção para a próxima Década da Educação; e
- Facilitar a integração do MINEDAF na COMEDAF.

##### **Ciência e Tecnologia**

315. O quadro da Ciência e Tecnologia (CT) em África será discutido e adoptado como um programa geral para a CT em África, durante a próxima Conferência Ministerial sobre a Ciência e a Tecnologia, que terá lugar no Senegal, em Setembro de 2005.

### **Cimeira Mundial sobre Sistemas de Informação (WSIS) em Tunes, Novembro de 2005**

316. A segunda fase da WSIS em Tunes, Novembro de 2005, será a de tomada de acções concretas e de busca de soluções. A segunda fase centrar-se-á nos seguintes elementos:

- “Acompanhamento e implementação da Declaração de Princípios e do Plano de Acção de Genebra por parte dos interessados aos níveis nacional, regional e internacional, com particular atenção aos desafios com que se confrontam os Países Menos Avançados (PMA)”;
- Análise do Relatório da Unidade Especial de Trabalho sobre os Mecanismos Financeiros (TFFM) e tomada de acção apropriada; e
- Gestão da Internet: apreciação do relatório do Grupo de Trabalho sobre a Gestão da Internet (WGIG) e tomada de acção apropriada.

317. Espera-se que o projecto de Plano de Acção Africano seja submetido à análise e ao enriquecimento durante o workshop sobre o Reforço da Capacidade em matéria de Gestão de Internet para Decisores Políticos a ter lugar em Dakar, em Junho, e no fórum sobre Género e TIC, que terá lugar na cidade do Cabo, África do Sul, de 29 a 31 de Agosto próximo para além de outras questões relacionadas.

318. Os PrepCom III para a WSIS serão realizados em Genebra, de 19 a 30 de Setembro de 2005; para além da AMCM que se realizará a fim de rever os últimos progressos feitos ao ARAPKE e outras questões relacionadas, na Nigéria, em Julho.

319. O Bureau deverá reunir-se em Bamako em finais de Setembro próximo, a fim de finalizar o Plano de Acção para ser distribuído aos Estados Membros com vista a emitirem os seus pareceres.

### **Fundo de Solidariedade Digital (DSF)**

320. O Comité Executivo do Fundo e o seu Secretariado vão preparar o processo de transferência do apoio político para o acordo legal, convocando para o efeito uma Conferência Internacional, em Genebra, em 2006. O objectivo da Conferência é de adoptar uma Convenção Internacional sobre o DSF global. O Bureau de Bamako e a comunidade africana continuam a desenvolver e a debater sobre as melhores possibilidades de mobilização de recursos, de estabelecimento dum mecanismo de financiamento, de adopção de uma política de intervenção e acompanhamento, de fazer a avaliação das actividades, etc.

321. Espera-se que o projecto de Plano de Acção africana seja submetido à consideração e ao enriquecimento durante o workshop sobre o Reforço da Capacidade de Gestão de Internet para Decisores Políticos que terá lugar em Dakar, em Junho, e

durante o Fórum sobre o Género e as TIC agendado para ter lugar na cidade de Cabo, (África do Sul) de 29 a 31 de Agosto, para além de outras questões relacionados.

**6. PROJECTO DE DECISÕES QUE DEVERÃO SER TOMADAS NO PRÓXIMO CONSELHO EXECUTIVO E NA CIMEIRA**

322. Na Declaração dos Ministros adoptada durante a Conferência, eles recomendaram que a Conferência da União Africana desse instruções à Comissão da UA, para que em consulta com as várias Comunidades Económicas Regionais, desenvolvesse as seguintes acções:

- Fazer imediatamente uma **avaliação da Década** da Educação em África (1997 – 2006), que está terminando;
- **Desenvolver**, com base nos resultados da avaliação e nos novos desafios com que se confronta ensino africano, um Plano de Acção para uma Segunda Década da Educação, que inclua mecanismos apropriados de acompanhamento e de avaliação, incorporando indicadores e medidas de avaliação do desempenho;
- **Adoptar o Novo Plano de Acção e proclamar a Segunda Década de Educação em África**, tendo em conta o Quadro de Estratégias da UA/NEPAD e as lições aprendidas da primeira Década,
- **Financiar a implementação** do novo Plano de Acção, a partir dos recursos dos Estados Membros, assim como as capacidades das Agências Especializadas africanas e dos parceiros de desenvolvimento, existentes em África,
- **Granjear apoio** para o reforço das Comunidades Económicas Regionais e quaisquer outras agências executoras e redes no domínio da educação;
- **Tomar medidas** com vista a assegurar a integração da MINEDAF na COMEDAF;
- **Assegurar** a disponibilização de recursos das TIC, em particular o controlo da banda larga e da conectividade em África, a fim de facilitar a prestação de serviços de ensino de qualidade, a investigação e o desenvolvimento em geral, em apoio à integração regional africana.

## **INTRODUÇÃO**

323. O Departamento dos Assuntos Sociais, no seu programa de trabalho de 2005 – 2007, demonstra a ambição de “promover uma abordagem de desenvolvimento sócio-económico geral e centrada no ser humano, e uma coordenação intra e inter-sectoriais do sector social, com vista a reduzir a pobreza e a melhorar a qualidade de vida dos povos africanos, em particular a dos mais vulneráveis e marginalizados”.

324. Observou-se que, se não se satisfizerem as necessidades básicas dos povos, os esforços feitos a nível do desenvolvimento político e económico serão inúteis. De igual modo, salientou-se que as actividades do sector social são transversais e inter-ligadas, e que as políticas e programas de outros sectores têm implicações sociais e humanas.

## **SAÚDE E A NUTRIÇÃO**

325. Os programas sobre o Desenvolvimento Social são baseadas no Plano Estratégico da Comissão da UA para 2005-2007, no que diz respeito à Saúde e Nutrição – programa 20: Acabar com o SIDA a Malária e a Tuberculose; e o programa 21: luta contra a Pobreza e Exclusão Social. A Comissão da UA trabalhou estreitamente com as Agências das NU e outros parceiros com vista a coordenar e harmonizar a promoção da luta contra doenças que prevalecem e melhorar a Saúde no Continente. Isto foi feito no âmbito da implementação da Decisão da Assembleia de Janeiro de 2005 sobre o Relatório Provisório relativo ao VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e Pólio; assim como a Revisão a Médio Prazo sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Se a África pretende alcançar os ODMs, terá que acelerar o acesso aos medicamentos essenciais, materiais e serviços para todos. A luta contra o VIH/SIDA, Malária e Outras Doenças implica resolver o problema de acesso à prevenção, tratamento, cuidados e apoio.

326. A Comissão da UA participou no Seminário organizado pela União Europeia (EU) sobre a Promoção do Desenvolvimento Social para Todos, em Bruxelas, Bélgica, em Janeiro de 2005. O seu principal objectivo era o de preparar-se para o debate da Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Social concernente à revisão dos dez anos da Cimeira Mundial de Copenhaga realizada em 1995 sobre o Desenvolvimento Social (WSSD).

327. Em 2003, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana fizeram circular uma resolução aprovando as recomendações do Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde e solicitaram aos Estados Membros para elaborarem planos nacionais de acção para a prevenção da violência e sistemas para a recolha de dados sobre a violência. A resolução da União Africana solicitou ainda aos Estados Membros para declararem 2005, como o “Ano Africano de Prevenção da Violência”. A OMS e outros parceiros estão a apoiar os Estados Membros na implementação desta Decisão, e a Comissão da UA, em colaboração com a mesma, está em vias de recrutar um Gestor de Projectos para apoiar este projecto. Isto é importante tendo em conta a violência relacionada com os conflitos e outras causas prevaletentes no Continente.

328. É de recordar que a maioria dos africanos são jovens, e são os futuros líderes e país e como tal, guardiões da geração vindoura. Contudo, eles têm muitos desafios a ultrapassar, particularmente a pobreza, o desemprego, o abuso de drogas e o VIH/SIDA.

Eles demonstraram de forma clara que não podem ter sucessos se não forem empoderados. Isto exige uma liderança efectiva a todos os níveis, planeamento correcto, uma abordagem integrada e multisectorial, participação pública, parcerias bem coordenadas e acesso sustentados de recursos. Neste sentido, a CUA participou na Primeira Reunião do Comité Executivo da Organização Pan-Africana da Juventude contra o VIH/SIDA (PAYA), realizada em Kigali, Rwanda, 14 – 19 de Março de 2005. O tema da Reunião foi “Emponderar os jovens africanos: uma Abordagem Holística para Pôr Fim à Pandemia do VIH/SIDA”. Uma das conclusões tiradas nesta reunião, foi de que a Juventude constitui o recurso mais rico de África e também agentes de mudança para parar e inverter a pandemia do VIH/SIDA. Eles devem portanto, ser empoderados, para que possam eles próprios a lutar contra o VIH/SIDA.

329. No fim de Março de 2005, o novo Director Regional da OMS/AFRO visitou o Presidente da CUA e a Comissária dos Assuntos Sociais. Eles discutiram questões de interesse mútuo na promoção da Saúde e Bem-Estar em África, bem como a cooperação neste sentido; e para avançarem com a Visão e Missão da UA, nas áreas económicas, sociais e de integração política. Como seguimento desta visita, a CUA participou numa reunião da OMS, UA e CERs sobre “o Reforço da Parceria para a Saúde”, em Brazzaville, Congo, de 28 a 29 de Abril de 2005. Foram partilhadas informações sobre políticas, planos e acções no desenvolvimento de saúde de cada organização, a revisão dos instrumentos de cooperação actuais e formas de melhorar a cooperação existente, a parceria a e colaboração identificada.

330. O Dia Mundial da Saúde foi celebrado a 7 de Abril de 2005, à luz do tema “Fazer com que cada Mãe e Criança contem” com vista a encorajar os programas de saúde pública e trabalharem juntos de modo a garantir que todas as famílias tenham acesso a cuidados contínuos e serviços. Isto coincidiu com a Reunião de Alto Nível sobre a Saúde Materno-Infantil realizada em Deli, Índia, na qual a Comissão participou e que resultou na Declaração de Deli sobre a Saúde Materno Infantil e dos Recém-nascidos (9 de Abril de 2005).

331. Em Março de 2005, o Programa da Iniciativa Multilateral sobre a Malária (MIM), Pesquisa de Doenças Tropicais (TDR), colaborou com a CUA na organização de uma reunião de um grupo de trabalho de investigadores sobre “Reforço de Capacidade de Pesquisa da Malária em África”. Além disso, a 25 de Abril de 2005, o Dia Africano do Controle da Malária foi marcado à luz do tema “Unidos Contra a Malária: Juntos Podemos Combater a Malária” através de programas tanto nos Estados Membros, como na CUA. Foi realçado que a Malária constitui um Tsunami diário de África e a casa é o hospital de primeira instância e que todos têm um papel a desempenhar na luta contra este flagelo. A CUA, em colaboração com a OMS está a criar um grupo de trabalho *ad hoc* sobre a Malária para coordenar e acelerar actividades, visando a revisão a médio prazo da Cimeira de Abuja de 2005, sobre “Fazer Recuar a Malária”.

332. No que diz respeito a epidemias foram reportadas doenças emergentes e re-emergentes, o eclodir de febres hemorrágicas muito contagiosas com casos elevados de fatalidades: o **Marburg** em Angola e a **Ébola** na República do Congo. A prevenção e o controle de tais epidemias exige uma prontidão de emergência efectiva e sistemas de resposta, assim como a aplicação estrita de regulamentos de saúde internacionais. Os desafios com elas relacionados são agravados pela falta de sistemas de vigilância e o



facto de ainda não existirem vacinas eficazes contra estes vírus. No que diz respeito à Erradicação da Pólio, estão em curso intervenções efectivas para interromper a sua transmissão, através da imunização universal de todas as crianças dos Estados Membros, afectadas pela eclosão da Pólio. Muito progresso foi feito em prol da erradicação da pólio. Não obstante, a África necessita de intensificar esforços para impedir a sua transmissão, especialmente em países afectados por conflitos e outras emergências. É de realçar aqui que, de acordo com a Iniciativa Global de Erradicação da Pólio, o ressurgimento da Pólio em alguns países africanos deveu-se a má informação e a outros desafios. Isto mostra claramente que se quisermos ter sucessos na erradicação da pólio, necessitamos de manter a nossa advocacia, dessiminação de informação correcta e campanhas de vacinação permanentemente activas. Isto também se aplica aos programas de imunização contra algumas outras doenças infecciosas.

333. A Comissão da UA participou activamente na 58ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, Suíça, de 16 a 26 de Maio de 2005. Ao discursar na Assembleia, a Comissária dos Assuntos Sociais sublinhou o envolvimento da UA na luta contra o VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e Outras Doenças, de acordo com o Programa 20 do Plano Estratégico da CUA para 2004-2007. As questões que receberam maior atenção durante a Assembleia incluíram: A Revisão de Regulamentos Internacionais de Saúde, o Alcance de OMDs relacionados com a Saúde, o Papel da Saúde em Situações de Crises e Calamidades, o Controle do VIH/SIDA, Tuberculose e Malária, a Erradicação da Pólio, a Estratégia Global de Imunização, Doenças Não Comunicáveis e Condições, Seguros Sociais de Saúde, o Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde, a Pesquisa e Outros.

334. A Comissária dos Assuntos Sociais, reuniu-se com o Grupo Africano de Ministros da Saúde na Assembleia Mundial da Saúde (WHA). Eles discutiram questões tais como o Projecto de Lei Indiana sobre Medicamentos Genéricos, que provavelmente irá afectar o acesso de medicamentos em África. A Comissária recomendou aos Ministros que a Cimeira dos Chefes de Estado de Abuja, de Janeiro de 2005, havia solicitado a CUA que identificasse meios para o estabelecimento de Centros Regionais de Excelência para Genéricos, no âmbito da NEPAD. Neste sentido, a CUA irá trabalhar com vários parceiros com vista a elaborar tal Plano. Entretanto, a Comissão está a planear um exercício de mapeamento da capacidade de produção de medicamentos, em colaboração com a OMS. Esta questão de acesso a medicamentos também foi discutida na reunião seguinte dos Ministros da Saúde realizada em Gaborone, Botswana, em Outubro de 2004. Durante a Assembleia Mundial da Saúde, a Delegação da UA teve a oportunidade de cumprir uma série de compromissos oficiais que incluíram reuniões bilaterais com vários programas especializados da OMS. A Comissária também participou no Grupo de Trabalho Global sobre o VIH/SIDA da qual ela é membro e cujo objectivo é coordenar a resposta a ser dada à pandemia de forma mais efectiva.

335. Durante a Assembleia Mundial da Saúde, a Comissária dos Assuntos Sociais teve um outro encontro com o Director Regional da OMS/AFRO, onde discutiu os preparativos para a convocação da Reunião de Peritos sobre Medicamentos Essenciais que iria debater a Revisão da Iniciativa de Bamako e a Década da UA para a Medicina Tradicional Africana. Eles também analisaram os preparativos para a participação a alto nível da UA na reunião do Comité Regional da OMS para a África, bem como da convocação da próxima Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Saúde da UA, prevista para ter lugar em Gaborone, Botswana, de 14 a 18 de Outubro de 2005. Como

foi mencionado antes, o acesso aos medicamentos constituirá uma importante questão a ser discutida nesta Conferência.

336. A Comissão da União Africana e o Grupo Técnico da OMS reuniram-se a 20 de Maio de 2005. Durante este encontro, a delegação da CUA foi informada que o Grupo Técnico da OMS possui dois programas idênticos sobre a pesquisa, nomeadamente o Programa Africano de Vacinas contra o SIDA (AAVP) e a Iniciativa Multilateral sobre a Malária (MIM). O Coordenador do AAVP informou aos presentes que o AAVP é um Programa apoiado pela OMS e constitui uma Rede de Pesquisa de Cientistas que visa reforçar a capacidade de pesquisa em relação às vacinas contra o SIDA. Constitui um programa conjunto com a ONUSIDA através de um Comité Directivo que se reúne anualmente. O programa tem 6 grupos de trabalho temáticos, nomeadamente, Advocacia, Planeamento Estratégico Nacional, Ética, Epidemiologia, Comportamento Social e Questões Comunitárias. Ela recordou finalmente à CUA sobre a Reunião da AAVP realizada de 6 a 8 de Junho em Adis Abeba e o Informe Técnico de 3 de Junho de 2005, que a CUA devia acolher e dirigir.

337. O Coordenador da MIM informou igualmente a delegação da UA sobre a Iniciativa Multilateral sobre a Malária (MIM). Ele informou que a MIM faz parte do programa TDR sobre Pesquisa e Formação e tem como objectivo principal a capacitação na área da Pesquisa da Malária em África. Ele exprimiu a sua gratidão pelo apoio da CUA especialmente durante a Reunião da MIM realizada em Março de 2005, onde a Comissária dos Assuntos Sociais proferiu um discurso. Ele informou a delegação da CUA sobre a Conferência da Malária a realizar-se em Novembro de 2005, nos Camarões, onde se espera que a Comissária dos Assuntos Sociais aborde este assunto. O Cientista de Programa de Reforço Institucional informou a delegação da CUA sobre o Programa de Capacitação da OMS, afirmando que ele faz doações à pesquisa e dá apoio à formação para Mestrados e Doutoramentos para os africanos. Ele acrescentou que a capacidade de pesquisa dos francófonos está muito aquém do desejado e que necessita de maior atenção. Finalmente, ele informou aos participantes que as Universidades Africanas estão actualmente a ser encorajadas a dar a necessária formação, e fez notar que a Universidade da Cidade do Cabo e a Universidade Witwatersrand na África do Sul, foram reforçadas com vista a assumirem este desafio eficazmente.

338. Foi realizada em Genebra durante a WHA, uma reunião entre a CUA e a parceria STOP TB. Nesta reunião, a parceria exprimiu a sua gratidão à CUA por ter tomado parte na sua reunião do Conselho de Administração que teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, em Março de 2005. O Secretário Executivo da parceria STOP TB informou a delegação da CUA que a Comissária dos Assuntos Sociais tinha sido nomeada como membro especial do Conselho da parceria STOP TB, e que ela seria convidada a participar na reunião seguinte do mesmo. O Secretário Executivo também informou a UA que a Etiópia se tinha oferecido para acolher a reunião sobre financiamento da TB e que haveria igualmente um Fórum de Parceria da TB a ter lugar em África, em 2007. Além disso é de esperar que os Ministros Africanos da Saúde declarem a TB como uma emergência na sua Reunião Regional, a ter lugar em Maputo (Moçambique) em Agosto de 2005.

339. Em Dezembro de 2004, a CUA em colaboração com a ONUSIDA e outros parceiros, organizou uma Consulta Técnica com vista a elaborar o seu projecto de Plano Estratégico do VIH/SIDA para o combate ao VIH/SIDA, durante 2005-2007. Os

participantes foram seleccionados na base da sua competência profissional e experiência de longa data no terreno. A consulta teve como resultado a elaboração de um Projecto de Plano Estratégico Abrangente que foi revisto e concluído por uma segunda ronda de consultas técnicas, entre 26 e 28 de Maio, organizada pela CUA para os Assuntos Sociais. O seu objectivo é acelerar acções com vista a confrontar o continente com a emergência com o VIH/SIDA.

340. Além disso, durante as consultas também foi projectado o Plano Estratégico para 2005-2007, da AIDS Watch Africa (AWA), para permitir que ela desempenhe o seu papel de forma mais efectiva. Também constituiu uma oportunidade para os intervenientes de relevo, contribuírem para o Plano de Acção Final e proporem formas de mobilizar recursos dentro da UA e fora, com vista a implementar os Planos Estratégicos da CUA e da AWA sobre o VIH/SIDA.

341. Na área da nutrição, a Comissão da União Africana está no processo de revisão da Estratégia Regional Africana sobre a Nutrição, à luz dos desenvolvimentos alcançados nesta área especialmente o VIH/SIDA e a sua ligação à nutrição e segurança alimentar.

342. Os desafios enfrentados pela Comissão da União Africana ao levar a cabo as suas actividades no concernente ao Desenvolvimento Social, incluem: falta de recursos humanos e financeiros, colaboração inter-departamental limitada, comunicação limitada com os Ministérios sectoriais relevantes, um programa sobrecarregado de outras actividades no Departamento. Recomenda-se portanto que sejam levadas a cabo as seguintes acções:

- melhoramento de qualidade das capacidades humanas da Comissão da União Africana;
- disponibilização de mais recursos para a implementação das actividades;
- melhoramento dos contactos com os Ministérios da Saúde e dos Conselhos/Comissões Nacionais sobre o SIDA;
- coordenação de programas com parceiros de forma mais efectiva para evitar a duplicação;
- colocar a saúde como prioridade da Agenda de Desenvolvimento de África, visto que os outros programas sectoriais não podem avançar sem populações saudáveis.

343. As actividades que estão em curso, incluem a organização de:

- Uma reunião de peritos sobre a Revisão da Iniciativa de Bamako, relativa aos Medicamentos Essenciais, Medicina Tradicional e Sistemas de Saúde, a ter lugar em Julho de 2005;
- A Segunda Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da UA a ter lugar no Botswana, de 10 a 14 de Outubro de 2005;

- Um Fórum Continental sobre os Direitos Humanos e Pessoas Afectadas e Infectadas pelo VIH/SIDA como parte da Comemoração do Dia Mundial do SIDA (1 de Dezembro de 2005). O Fórum será precedido da Conferência Internacional sobre o SIDA e DTSS em África (ICASA), que terá lugar em Abuja, Nigéria, nos princípios de Dezembro de 2005.

## **POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

344. A Comissão da UA reconhece a população e a saúde reprodutiva como componentes importantes do desenvolvimento sócio-económico em África. Por conseguinte, ela encoraja a formulação de políticas e programas que visem dinamizar a população para realizar um desenvolvimento sustentável, tanto nas áreas rurais como nas urbanas.

345. Durante o período de elaboração do relatório, as actividades a seguir indicadas foram materializadas nas áreas da população e do desenvolvimento:

- Convocação da Primeira Conferência Ministerial Africana sobre o Desenvolvimento da Habitação e Urbano (AMCHUD) em Durban, África do Sul, de 3 – 4 de Fevereiro de 2005. O tema da AMCHUD foi “Urbanização, Abrigo e Desenvolvimento, com vista a Reforçar o Quadro de Promoção de Cidades Sustentáveis em África”. Essa Conferência foi organizada em colaboração com a UN-Habitat e o Governo da África do Sul e precedida da reunião da Comissão sobre a População Africana (31 de Janeiro – 2 de Fevereiro de 2005). A Conferência foi precedida da Reunião da Comissão sobre a População Africana (CPA), que serviu como Grupo de Peritos para essa Conferência. A Conferência Ministerial criou um Secretariado, que será presidida pela África do Sul;
- Um Relatório de Actividades da CPA, referente ao período de 2002-2004, foi preparado e debatido tanto na Reunião de Durban, referida anteriormente, como durante a Quinta Assembleia Geral da CPA realizada em Adis Abeba, de 27 a 28 de Abril de 2005. Durante essa reunião, a CPA elegeu um novo Bureau presidido pela África do Sul. A Assembleia Geral reviu também o Regulamento Interno da CPA e decidiu que a Comissão da UA deve servir a CPA como único Secretariado, com o apoio da CEA, do BAD, da FNUAP e doutros parceiros. A decisão foi tomada com vista a assegurar a coordenação efectiva, o rápido fluxo de comunicação e transparência ao facilitar o Trabalho da Comissão para a População Africana;
- A 5ª Sessão Ordinária da CPA, organizada pela Comissão da União Africana (CUA), em colaboração com a FNUAP, analisou o relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) elaborado pelo Departamento dos Assuntos Sociais, em conformidade sobre a avaliação do progresso feito na implementação dos ODM. A CPA apreciou o relatório e fez algumas observações no sentido de melhorá-lo. O Documento serviu de material de recurso para o Relatório da Comissão da UA e para o projecto de Posição Comum sobre os ODM.

346. Para além do acima exposto, o Departamento participou numa série de conferências e reuniões, onde foram debatidas questões como a da população e a saúde reprodutiva e outras de carácter de desenvolvimento e tomadas decisões importantes. O Departamento dos Assuntos Sociais participou, por isso, nas reuniões e Conferências, a saber:

- de 4 a 8 de Abril de 2005, a 20ª Sessão do Conselho de Administração do UN-HABITA, Nairobi, Quênia;
- de 2 – 7 de Maio de 2007, a Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças dos países membros da UA em Dakar, Senegal.

### **SAÚDE REPRODUTIVA E DIREITOS**

347. A saúde reprodutiva há muito que foi reconhecida não apenas como uma mera ausência de doença ou de enfermidade, mas como um estado de bem estar completo e de segurança de homens e mulheres, jovens e idosos, em todas as sociedades. Ela assume igualmente a dimensão dos direitos humanos, mais precisamente no tocante aos direitos à saúde, à integridade e dignidade pessoais, o direito de decidir sobre questões que afectam a própria vida, de escolher o parceiro marital, de decidir sobre o número de filhos a ter e o seu espaçamento, e a ter acesso aos serviços de saúde e outros, a ter uma vida sexual, assim como um parto seguro e feliz.

348. Relativamente a saúde reprodutiva, uma série de revisões sub-regionais do seu estado está sendo efectuada em colaboração com a Federação do Planeamento Familiar na Região Africana (IPPRAR). O produto final de todas essas revistas sub-regionais será “um Plano de Acção Geral sobre a Saúde Reprodutiva em África”, que é uma das acções prioritárias da Comissão da UA para o ano de 2005.

349. O projecto de Plano, assim como o Roteiro provisório para a Aceleração da Redução da Morbidade e Mortalidade Materna e Neo-natal, elaborados em 2004 em colaboração com a OMS/África, serão submetidos à Segunda Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Saúde agendada para Gaborone, Botswana, em Outubro de 2005. A CUA participou nas seguintes reuniões:

- conferência Sub-regional sobre a Saúde Reprodutiva e os direitos para a Região da África Austral em Windhoek, Namíbia, de 22 a 26 de Fevereiro de 2005;
- de 30 de Maio a 3 de Junho de 2005, o Departamento dos Assuntos Sociais participou no Workshop Regional da FNUA que visava materializar os pedidos feitos por alguns países relativos ao Desenvolvimento da Capacidade de Segurança dos Recursos da Saúde Reprodutiva (CSRSR). O objectivo principal desse workshop era o de programar as actividades regionais e os planos de trabalho e também procurar estabelecer um acordo sobre os calendários, de acordo com os quais o apoio que os países esperam obter seria concedido. Neste contexto, a Comissão da União Africana apoia a iniciativa da FNUAP relativa à Segurança dos Recursos da Saúde Reprodutiva,

que já conseguiu angariar 75 milhões US\$ de dólares dos quais 20 milhões \$EU serão utilizados para apoiar um projecto de 24 meses sobre a CSRSR em países em conflito e em situação de pós-conflito, a maior parte dos quais encontra-se em África;

- de 7 a 9 de Junho de 2005, Conferência Sub-regional sobre a Saúde Reprodutiva e os Direitos para a Sub-região da África Ocidental (Anglófonos) em Abuja, Nigéria;

350. Todas as actividades e eventos acima referidos demonstram a importância que a Comissão da UA atribui à Saúde Reprodutiva, que está claramente reflectida na sua nova Visão, Missão e no seu Quadro Estratégico para o período de 2005 – 2007.

### **TRABALHO, EMPREGO E MIGRAÇÃO**

351. A África continua a enfrentar imensos desafios nos âmbitos da pobreza e do desemprego. Esses desafios complicam os esforços africanos com vista a concretização dos ODM de reduzir para a metade a pobreza até 2015. A taxa de desemprego e do sub-emprego continua a crescer de forma alarmante em África. O efeito desse aumento tem afectado de maneira mais severa os jovens, as mulheres, o pobre e o deficiente, que são particularmente vulneráveis aos choques sócio-económicos. A maior parte dessas forças de trabalho encontra-se no sector da economia informal, onde as condições de serviço continuam a ser as mais pobres. O paradoxo da pobreza e da depravação crescentes e extremas em África, no meio de abundantes recursos humanos e naturais, é a triste realidade à luz das mudanças possíveis no perfil da pobreza mundial.

### **A Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da UA**

352. A Terceira Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais reuniu-se em Joanesburgo, de 18 a 23 de Abril último. Várias questões importantes foram abordadas na reunião de peritos e adoptadas pelos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais. Entre elas figuram:

- Os objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a sua relação com o trabalho e o emprego;
- As conclusões da Cimeira Extraordinária sobre a Criação do Emprego e a Redução da Pobreza em África;
- Consideração da Declaração de Ouagadougou e o Plano de Acção sobre o Emprego e a Redução da Pobreza;
- Relatório das Actividades dos Membros Africanos no Conselho de Administração da OIT;
- O Projecto-Quadro de Políticas Sociais para África;
- O Projecto-Quadro de Estratégias para uma Política de Migração em África;

- O Acompanhamento do Quadro de Políticas e do Plano de Acção da UA sobre a Velhice e a Criação de um Conselho Consultivo sobre os Idosos;
- A Promoção de Emprego para os jovens; e
- Repensar a Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

353. No final dos seus trabalhos, a Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais adoptaram uma série de recomendações. O relatório e as recomendações são apresentados ao Conselho para o seu endosso e para traçar outras orientações.

### **BEM-ESTAR SOCIAL**

#### **Protecção, Sobrevivência e Desenvolvimento da Criança**

354. As crianças africanas são o futuro de África. Quase metade da população africana é composta por crianças e jovens. Por isso, o futuro de África depende do bem-estar das suas crianças. Contudo, continuamos a testemunhar a vulnerabilidade, a marginalização e o abuso de crianças no Continente. As suas vidas são tão curtas e as suas possibilidades de atingir a idade adulta limitadas. Entretanto, muitos compromissos foram assumidos e documentados no sentido de melhorar o padrão de vida das crianças e de conceder-lhes as melhores oportunidades para a sua sobrevivência e desenvolvimento: a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança; a Posição Comum Africana sobre as Crianças – “Uma África Justa para as Crianças”, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), entre outros, estabelecimentos de prazos para os Governos responderem às necessidades das Crianças africanas, incluindo-as nos seus programas prioritários.

355. A Comissão da UA incluiu as crianças no seu Plano de Acção Estratégico para 2004 – 2005, como uma questão prioritária e, neste contexto, foi feita uma série de campanhas de sensibilização. Para o Dia de África, que é celebrado a 16 de Junho de todos os anos, a Comissão da UA orientou um workshop sobre a “Protecção Social das Crianças órfãs e Vulneráveis”, de modo a identificar os problemas que as tornam vulneráveis e a desenvolver programas/estratégias com vista a sua protecção. Esse Dia constitui também uma oportunidade para a apresentação de projectos concretos em prol das crianças vulneráveis, que possam ser executadas juntamente com outros actores interessados.

356. O Comité de Peritos Africanos em matéria dos Direitos e Bem-estar da Criança tem estado também activamente envolvidos no processo de promoção dos direitos das crianças, tal como prevê a Carta Africana. Todavia, é preocupante notar que somente 35 dos 53 Estados Membros ratificaram a Carta Africana. Portanto, lança-se um apelo aos Estados Membros que ainda não ratificaram a referida Carta que o façam com urgência.

### **Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência (1999 – 2009)**

357. As pessoas portadoras de deficiência (PWDs) constituem o grupo mais vulnerável na nossa sociedade. As questões de deficiência e das pessoas portadoras desse mal, não têm estado a receber a atenção que merecem pelos Estados Membros, e não existe ainda uma política ou protecção social para melhorar a sua condição de vida. Com a proclamação da Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência e a adopção de um Plano de Acção para implementação dos objectivos da Década, as PWDs, têm-se tornado mais conscientes do seu papel na sociedade e dos seus direitos. Eles pretendem participar no processo de desenvolvimento sócio-económico e político dos seus países e não serem considerados como incapacitados ou inúteis. Com o estabelecimento de um Secretariado para a Década, as Organizações de Pessoas Portadoras de Deficientes (DPOs) estão a tentar assegurar que os objectivos no Plano de Acção da Década Africana sejam implementados ao nível nacional.

358. O Instituto Africano de Reabilitação (IAR), que tem o mandato de acompanhar o processo de implementação dos objectivos da Década, está a fazê-lo de perto com o Secretariado da Década. Todavia, o maior problema com que o IAR se confronta é a falta de recursos humanos e financeiros. Para a sensibilização da opinião pública sobre o Plano de Acção e preparar a análise a meio percurso da implementação dos objectivos da Década, a Comissão da União Africana prevê organizar uma reunião em Setembro próximo, em colaboração com o IAR, o Secretariado da Década e a BIT. Os doadores e os actores principais estarão também representados nesta reunião. Seria, portanto, uma oportunidade para os sensibilizar para que dêem o seu apoio aos Estados Membros na implementação do Plano da Década.

### **O Idoso**

359. O número de idosos está a crescer rapidamente e estima-se que por volta do ano 2050 o Continente africano terá entre 204 e 210 milhões de pessoas idosas. Os idosos têm estado a enfrentar cada vez mais problemas, devido à prevalência de conflitos, a pandemia do VIH/SIDA e outros desafios social e económico registados no continente. De recordar que os esforços feitos para resolver os desafios que afligem os idosos, culminaram na adopção de um Quadro de Políticas e de um Plano de Acção sobre a Velhice pela Cimeira em Julho de 2002. O Plano de Acção visava orientar os Estados Membros a desenvolverem programas e planos de acção nacionais com vista a auxiliar os idosos em vários domínios, incluindo a sua protecção social, as pensões e outros benefícios. A Comissão da UA foi mandatada a criar, em colaboração com a HelpAge Internacional - Região Africana, um Conselho Consultivo para controlar a implementação do Plano de Acção. As nações já estão em curso para o estabelecimento do Conselho, que será composto por representantes das CERs, da Organização Civil e os parceiros sociais.

### **O Controlo da Droga e Crimes Relacionados**

360. O tráfico e o abuso ilícitos da droga são cada vez mais um problema para as famílias, as comunidades e as nações africanas. É altura do Continente resolvê-los com eficiência. Convém recordar que a Segunda Comissão Ministerial sobre o Controlo da Droga teve lugar nas Maurícias, em Dezembro de 2004. Essa reunião adoptou uma Posição Comum Africana sobre a Prevenção do Crime e a Justiça Penal, com uma



contribuição africana ao 11º Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e a Justiça Penal.

361. A Posição Comum foi apresentada pelo Presidente da União Africana ao 11º Congresso da ONU realizada em Banguécoque, em Abril de 2005. A Comissão da UA está também a acompanhar a implementação das recomendações da 2ª Reunião Ministerial, em colaboração com o Escritório da ONU sobre o Controlo da Droga (UNODC). As Drogas e o crime estão associados, inter-ligados e constituem um problema que deve ser resolvido num todo. A Mesa Redonda que devia ter sido organizada em Maio último, foi adiada devido a problemas logísticos.

### **DESPORTO E DESENVOLVIMENTO**

362. Na área do desporto, a Comissão da União Africana continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Conselho Superior de Desportos em África (CSSA), assim como outras organizações internacionais. A protecção de valores éticos e morais do desporto exigem uma união entre todos os países para combater comportamentos contrários e indignos de ética, incluindo o uso de drogas no desporto. Para o efeito, uma delegação da Comissão da União Africana participou na Conferência organizada pela UNESCO no âmbito da elaboração de uma convenção internacional contra o uso da droga, em Janeiro de 2005. A participação da Comissão nesta importante Conferência enquadra-se também na implementação da decisão de Maputo Ex/CL/Dec. 30 (iii) relativa à elaboração de uma política africana contra o uso da droga no desporto.

363. No âmbito da implementação da decisão de Maputo Ex/CL/Dec. 62 (iii), que convida “os Ministros dos Estados Membros responsáveis pela área de Desportos a criar um Comité Consultivo que deverá concentrar os seus esforços na educação física e desportos”, decorreu em Argel, no dia 14 de Abril de 2005, a primeira reunião do referido comité, constituído por onze (11) Estados Membros, quatro (4) organizações e associações desportivas e a Comissão da União Africana que participou na reunião como membro do Conselho Consultivo. A recomendação feita no fim dos trabalhos da reunião foi de solicitar o Conselho Executivo a adoptar uma decisão que cria uma reunião ministerial estatutária, que será responsável pelas questões do desporto e da juventude.

364. Além disso, o Conselho Superior de Desportos em África (CSSA) realizou a sua Assembleia Geral (20ª Sessão) nos dias 19 e 20 de Abril de 2005, em Argel. Assistiram à Assembleia Geral trinta Estados Membros, a Comissão da União Africana assim como várias organizações e confederações desportivas africanas. A reunião analisou o relatório das actividades do Comité Executivo do CSSA, o relatório final sobre a organização dos 8ºs Jogos Africanos que decorreram na Nigéria, em Outubro de 2003; um relatório de Agência Mundial Antidoping, mulher e desporto, Plano de Acção do CSSA para o período 2005 – 2006 e procedeu à eleição dos membros de diferentes comissões e do novo Secretário Geral do CSSA, Senhor SONSTON YAMEW A KASHIBA, da Zâmbia.

### **CULTURA E PATRIMÓNIO**

## Património Mundial em África

365. A Comissão participou na reunião de peritos na Cidade de Cabo, de 15 a 18 de Março de 2005. O objectivo era de desenvolver mais ainda um documento reflectindo a posição africana e uma Declaração respeitante à Convenção sobre o Património Mundial. A Comissão deu a seguinte contribuição e dará também início às seguintes actividades:

- A África deve estabelecer uma lista de lugares com extensão regional, complementar à lista do património mundial;
- Cada país africano deve criar uma Comissão/Conselho para o Património Cultural/Material, que compreenda todos os ministérios/serviços pertinentes;
- A União Africana participará, em Julho próximo, à 29ª Sessão do Comité da UNESCO para o Património Mundial, que terá lugar pela primeira vez, na África Sub-sahariana;
- A União Africana deverá sensibilizar e encorajar uma participação africana significativa nessa reunião. A União Africana poderá também patrocinar a participação de africanos na reunião, se o orçamento de solidariedade assim o permitir;
- A União Africana participará igualmente nas actividades de acompanhamento da reunião;
- A União Africana sensibilizará os países africanos sobre importância do património natural/cultural, enquanto factor de desenvolvimento sustentável (o turismo, a biodiversidade, a coesão social, a diversidade cultural, a erradicação da pobreza). Por conseguinte, os países serão encorajados a assinar as convenções pertinentes e a proteger os seus locais de património natural/cultural a serem registados no mundo e na lista regional; os cinco países a seguir indicados são encorajados a assinar e ratificar a Convenção Mundial: Djibouti, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Suazilândia;
- A União Africana encoraja a todos os Estados-membros a emular as iniciativas, tais como o projecto da Nigéria relativo à elaboração de um Plano Director para a preservação do património cultural a nível nacional;
- Parte da exposição planeada para ter lugar durante a Cimeira da UA sobre a Cultura no Sudão, em Janeiro, será dedicada aos Locais do Património Africano, especialmente ao último evento importante que foi o retorno do “Axum Obelisk” da Itália para a Etiópia;
- Um Monumento em Roma : como um gesto de boa vontade e de promoção da cooperação cultural, a UA/UE/África/Itália/Etiópia/UNESCO podiam

financiar artistas africanos para criarem um monumento para fixar em Roma.

### **Reunião sobre Cultura**

366. A Comissão está a preparar-se para as reuniões a seguir indicadas sobre a cultura, que terão lugar em Outubro/Novembro de 2005, em Nairobi, Quénia, e em 2006 no Sudão:

- Um Congresso Pan-africano semelhante ao Simpósio que teve lugar em Argel, em 1969, e adoptou o Manifesto Cultural Pan-africano, e que deu origem à Carta Cultural Africana. Peritos africanos e personalidades de alto nível nos variados ramos da cultura participaram na reunião de cinco (5) dias em Nairibo, Quénia;
- A 5ª Conferência dos Ministros Africanos da Cultura, a ser preparada por especialistas governamentais, logo depois do Congresso, igualmente, em Nairobi; Quénia. As Conferências anteriores tiveram lugar nas Maurícias, em 1986; em 1988, em Burkina Faso; nas Comores, em 1990; e no Benin, em 1993. A Comissão gostaria de agradecer o Grupo de Quénia por ter aceite acolher essas reuniões importantes, que atrairão e adoptarão novas orientações e programas da UA. Todos os Estados-membros e parceiros estão convidados a participar activamente nas referidas reuniões;
- A Cimeira da União Africana sobre a cultura: como foi já acordado, a 1ª Cimeira da União Africana sobre a cultura terá lugar no Sudão, em Janeiro de 2006. A Cimeira irá analisar as conclusões do Congresso e da Conferência dos Ministros, entre outras coisas.

367. Durante a Terceira Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Maputo, Moçambique, em Julho de 2003, este órgão tomou decisões importantes visando a revitalização da Cooperação Afro-Árabe (EX/CL/Dec. 54 (III)). Aquando da sua Sexta Sessão Ordinária realizada em Abuja, Nigéria, em Janeiro de 2005, o Conselho realçou igualmente a necessidade de re-lançamento e de reforço desta cooperação.

368. O novo Plano Estratégico da União Africana reconfirma a firme determinação de África de promover a fraternidade Afro-Árabe. Isto dá um novo ímpeto à cooperação, reconhecendo o papel da sociedade civil e do sector privado de ambas regiões. Essa situação demonstra uma mudança das actividades fragmentadas e rotineiras para realizações mais visíveis e em grande escala, baseadas nos princípios de complementaridade, mutualidade e reciprocidade.

369. Nessa direcção, o Plano de Operação de Quatro anos da Comissão aprovou uma série de actividades regulares e provisórias para o ano de 2005. A Comissão lançou também actividades da Cooperação Afro-árabe.

370. Os programas regulares e provisórios, incluíam as actividades abaixo indicadas, na sequência das iniciativas de revitalização da cooperação Afro-árabe.

### **Actividades Regulares e Iniciativas de Revitalização da Cooperação Afro-Árabe**

#### **Feira Comercial Afro-Árabe:**

371. a 7ª Edição da Feira Comercial Afro-Árabe está agendada para ter lugar em Cartum, Sudão, de 23 de Novembro a 1 de Dezembro de 2005, sob o tema geral "Juntos por um Poder Regional Económico". O Comité de Organização realizou até agora três reuniões em Cartum, Sudão. A Comissão é da opinião de que o papel da União Africana e o da Liga dos Estados Árabes nesse projecto deve limitar-se apenas à facilitação. As acções estão, por conseguinte, em curso no sentido de se aumentar a participação dos sectores públicos e privado das duas regiões na organização da Feira. A este respeito, a proposta feita em Dar-es-Salaam, Tanzânia, durante a 6ª Edição, de se efectuar uma avaliação geral da Feira e uma mudança de direcção será implementada durante este período provisório de 20 05/2006. O Conselho é convidado a fazer um apelo a todos os actores do sector público e privado que operam nos países membros da UA a participarem nessa feira.

#### **Instituto de Estudos Estratégicos:**

372. A Comissão está a efectuar consultas com os Estados da Liga Árabe e outros parceiros sobre o estabelecimento dum Instituto de Estudos Estratégicos. Um acordo preliminar foi assinado para realizar estudos de viabilidade sobre os aspectos relativos a organização e aos programas deste instituto. Os resultados destes estudos serão apresentados durante a próxima Sessão do Conselho.

#### **Reforço de Capacidades:**

373. O Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA) está a conceder à Comissão um apoio na área do desenvolvimento da capacidade, financiando programas de formação para os seus funcionários, em cooperação com o IDEP em Dakar, Senegal. O primeiro ciclo desse programa foi concluído em 2004 e acordos preliminares foram rubricados para permitir a implementação do 2º ciclo. Contactos têm estado a ser efectuados no sentido de levar o BADEA a contribuir para os custos da avaliação global e sectorial da cooperação Afro-Árabe em geral e das Feiras Comerciais Afro-árabe, em particular.

#### **Câmara do Comércio Afro-Árabe:**

374. Como parte do programa da UA para a promoção da visibilidade africana em algumas regiões estratégicas do mundo, o lançamento da Câmara de Comércio realizou-se com sucesso, no Cairo, Egipoto, em Março de 2005.

#### **Fórum de Investimento Afro-Árabe sobre a Agricultura:**

375. Estão em curso preparativos da primeira parte do Fórum de Investimento Afro-Árabe sobre a Agricultura, destinada aos Estados Membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Esse evento terá lugar em Yaoundé, Camarões, durante a segunda metade do ano, sujeito a disponibilidade de verbas. Os preparativos para o segundo fórum, cobrindo as regiões oriental e ocidental, serão também retomados durante o mesmo período.

#### **Mapa de Investimentos para África:**

376. O Conselho da Unidade Económica Árabe (CAEU) está a colaborar com a Comissão da União Africana, as CERs, bem como as regiões e organizações internacionais relevantes, para a elaboração de um Mapa de Investimento para África, semelhante ao que foi elaborado para a região Árabe, em 2004. Dois Mapas de Investimento servirão de ferramentas importantes para aumentar-se o comércio.

#### **Instituto Cultural Afro-Árabe:**

377. Apesar da escassez dos recursos tanto humano como financeiro, o Instituto Cultural Afro-Árabe, estabelecido em Bamako, Mali em 2002, organizou uma reunião de Académicos e Investigadores Africanos e Árabes de Alto Nível, publicou o primeiro volume dos manuscritos antigos, do tempo mediaval, em línguas africanas. O Instituto organizou também a 1ª edição do Salão Afro-Árabe de Artesanatos, em Junho de 2005, em cooperação com as instituições nacionais egípcias.

#### **Série de Reuniões Consultivas de Alto Nível:**

378. A Convite do Secretário Geral dos Estados da Liga Árabe, uma delegação chefiada pelo Presidente da Comissão da União Africana participou na 17ª Cimeira da Liga Árabe, em Março último, em Argel, Argélia, que marcou também o 60º Aniversário da Liga. A Cimeira adoptou uma série de decisões importantes, que visam a revitalização da cooperação Afro-Árabe. À margem da Cimeira, o Presidente da Comissão da União

Africana encontrou-se com o Secretário Geral da Liga dos Estados Árabes, durante o qual eles concordaram em organizar uma gama de reuniões consultivas entre as duas organizações, em Adis Abeba, Cairo e Sirte.

379. Com efeito, a primeira reunião consultiva entre a Comissão da União Africana e o Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes e o Instituto Cultural Afro-Árabe, teve lugar na Sede da Comissão em Adis Abeba, Etiópia, de 10 a 12 e Maio último. Essa consulta inter-sectorial será seguida de uma outra que será entre o Presidente da Comissão e Secretário Geral da Liga, em Junho, no Cairo, Egipto. A consulta ao mais alto nível deverá ter lugar entre o Presidente da União Africana (Presidente O. Obasanjo) e o Presidente da Liga dos Estados Árabes (Presidente A. Bouteflika), durante a Quinta Cimeira da UA em Sirte, Líbia, em Julho próximo, para discutirem sobre as vias e formas para convocação da 2ª Cimeira Afro-Árabe.

### **Colaboração com os Parceiros**

380. A implementação desses e outros programas de Cooperação Afro-Árabe é feita em colaboração sobretudo com a Liga dos Estados Árabes e os seus órgãos afiliados, tais como o Conselho da Unidade Económica Árabe (CAEU), Organização da Educação, Cultura e Científica da Liga Árabe (ALECSO), o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), a Autoridade Árabe para o Investimento Agrícola (AAID), o Fundo Árabe de Assistência Técnica para África (ADTTA), bem como o Centro Internacional das Civilizações Bantu (CICIBA), o Centro de Pesquisa Árabe, as Associações das Universidades Africanas e Árabes, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e outras organizações regionais africanas e árabes.

### **Problemas Pendentes e Questões Relacionadas**

381. Cerca de três décadas de desempenho da cooperação Afro-Árabe demonstrou que esta cooperação não é capaz de atingir os objectivos estabelecidos pela 1ª Cimeira Afro-árabe, em 1977, apesar de algumas realizações registadas nalgumas áreas. O Plano de Acção adoptado no Cairo, em 1977, e o conjunto de decisões tomadas desde então, não foram implementadas de maneira adequada e total e as instituições, bem como as estruturas criadas para orientar e acompanhar a cooperação não estão a funcionar bem.

382. As dificuldades e os desafios que entravam a cooperação Afro-árabe continuam, entre outras, a falta de compromisso, a ausência de recursos financeiros (a insuficiência e a inconsistência das provisões orçamentais cuja responsabilidade é das duas organizações, assim a ausência de mecanismos sólidos de financiamento para permitir a execução dos programas e o funcionamento eficiente das instituições), a complexidade das estruturas existentes, a falta de sistemas de fiscalização, as influências externas, que tendem a separar o mundo africano do mundo árabe, a falta de conhecimentos a respeito de cada uma delas, etc.

383. Por conseguinte, há necessidade de se rever o Plano de Acção de Cairo e os mecanismos de implementação da Cooperação Afro-árabe, à luz dos problemas supracitados e outras oportunidades e ameaças, bem como dos desafios e desenvolvimentos que tiveram lugar desde 1977. Esta revisão conduzirá à adopção de

um novo Plano de Acção para a cooperação Afro-árabe, com uma visão clara e missões específicas. A União Africana e a Liga dos Estados Árabes devem também disponibilizar recursos financeiros adequados, a de garantir o funcionamento dos programas, dos órgãos e das estruturas da Cooperação Afro-árabe.

### **Rumo a Seguir: para a 2ª Cimeira Afro-Árabe**

384. A reunião consultiva inter-secretariado de Adis Abeba, em Maio de 2005, analisou as conclusões e recomendações feitas por especialistas independentes africanos e árabes, que se reuniram no Cairo, Egipto, em Janeiro de 2003 e Maio de 2004, em Adis Abeba, Etiópia. Esses Peritos de alto nível sublinharam a grande necessidade de se reactivar a cooperação Afro-árabe de interesse e para o benefício dos povos e governos de ambas as regiões. Com base nessas conclusões, a reunião inter-secretariado propôs as seguintes actividades, que deveram conduzir à realização da Segunda Cimeira Afro-árabe:

- Efectuar uma avaliação geral da cooperação Afro-árabe;
- Conceber uma visão comum e desenvolver um plano de acção estratégico, tendo em conta novos desenvolvimentos, desafios e oportunidades que se oferecem na UA e na LEA, bem como nas regiões africanas e árabes e no resto do mundo; e considerado a necessidade de enfrentar as políticas globais, que têm por alvo as duas regiões, e de resolver os desafios da paz, da segurança e do terrorismo;
- Adoptar uma orientação, uma coordenação, um sistema de implementação e mecanismos de avaliação;
- Disponibilização os recursos necessários para assegurar o bom funcionamento dos programas, órgãos e estruturas de cooperação;
- Envolver o sector privado, a sociedade civil e a diáspora de ambas as regiões nos programas de cooperação Afro-árabe, bem como facilitar o estabelecimento de contactos regulares entre elas;
- Reactivar as parcerias regional e internacional pertinentes, tais como AFBB, CEA, ESCWA, BADEA, IsDB, AFRIXM, e os Agrupamentos Económicos Regionais Africanos e Árabes;
- Criar um mecanismo de consulta geral entre a UA e tanto o Banco Árabe de Desenvolvimento Económico (BADEA) como o Fundo Árabe para a Assistência Técnica aos países africanos (AFTAAR), que poderá incluir a assinatura de Memorandos de Entendimento;
- Fazer um levantamento geral de todas as iniciativas de angariação de fundos aos níveis regional e internacional, especialmente as que se relaciona com questões sociais, incluindo a pobreza, a educação, as

elevadas taxas de morbilidade e mortalidade, com o objectivo de atrair alguns desses fundos em ambas regiões;

- Estabelecer um mecanismo que abra novos canais de cooperação entre as duas organizações no âmbito das questões sociais;
- Criar um Fórum de Desenvolvimento Afro-árabe;
- Organizar o Segundo Congresso do Trabalho Afro-árabe, que congregue os parceiros sociais africanos e árabes e reforce a cooperação Afro-árabe através de uma maior troca de informação entre a Organização do Trabalho Árabe e a Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da UA.



## **CONFERÊNCIA SOBRE A SEGURANÇA, ESTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO EM ÁFRICA (CSEDCA)**

### **Introdução**

385. As actividades da Conferência sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSEDCA) referentes ao período em consideração são: (a) lançamento e desenvolvimento do processo do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC); (b) desenvolvimento de um quadro apropriado para estabelecer relações de trabalho com a Diáspora Africana e colher dela as contribuições necessárias, (c) transformação da CSEDCA em Direcção dos Cidadãos Africanos (DCA/CIDO).

### **Lançamento da Assembleia Geral Provisória do ECOSOCC**

386. Depois da adopção dos Estatutos do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOC) durante a 3ª Sessão Ordinária da Conferência da União realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Julho de 2005, o Plano de Acção Estratégico da Comissão identificou o lançamento do processo do ECOSOCC como uma das suas prioridades-chave. A Comissão criou um Grupo de Trabalho inter-departamental sob a direcção do Secretariado da Unidade de Coordenação da CSEDCA, com vista a estabelecer um calendário apropriado e um programa de trabalho para esse efeito e estreita colaboração com o Presidente da União. Em conformidade com os Arranjos Provisórios contidos nos Estatutos do ECOSOCC, o Grupo de Trabalho propôs as modalidades do lançamento da Assembleia Geral Provisória do ECOSOCC, incluindo o lugar, as datas, a rubrica orçamental, as modalidades de envolvimento dos Estados Membros e de selecção de delegados. A rubrica orçamental foi apresentada aos órgãos competentes, inclusivé ao Comité dos Representantes Permanentes e aprovado pelo Conselho Executivo da União, durante a sua sessão Extraordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 6 a 7 de Dezembro de 2004, que considerou o orçamento de solidariedade.

387. O programa, a agenda, o programa de trabalho e as propostas de actividades pós-lançamento, foram submetidas e apreciada pela reunião da UA-Sociedade Civil pré-Cimeira, que teve lugar em Abuja, Nigéria, de 21 – 24 de Janeiro de 2005.

388. Subsequentemente, o lançamento oficial da Assembleia Geral Provisória do ECOSOCC teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, a 29 de Março de 2005, no Centro de Conferências da Comissão da União Africana. Nesse evento, estiveram presentes representantes de cerca de duzentas-e-cinquente organizações da Sociedade Civil (OSC) e grupos sócio-profissionais de Estados Membros, observadores da Diáspora Africana e representantes do Corpo Diplomático. O lançamento foi precedido de um processo de consultas regionais independentes e reuniões políticas, a fim de designar os delegados para o Bureau e o Comité Permanente entre 26 e 27 de Março de 2005. Subsequentemente, as eleições foram realizadas, embora em escrutínio secreto, a 28 de Março último. O processo de contagem de votos foi levado a cabo em hasta pública e os resultados devidamente anunciados na presença dos delegados e não foram contestados.

389. A Assembleia Geral Provisória do ECOSOCC elegeu a Mesa como se segue: Prof. Wangari Maathai (Presidente Interino); Sr. Charles Mutasa, (Vice-presidente para a

África Austral), Maurice Tadajeu (Vice-presidente para a África Central), e Sr. Ayodele Aderinwale (Vice-presidente para a África do Oeste). A Mesa elegeu igualmente um Comité Permanente composto por: Sr. Jean Collins Musonda Kalusambo; Sr<sup>a</sup> Julienne Mavoungou Makaya, Sr<sup>a</sup> Yvette N. Rekangalt (África Central) – Sr<sup>a</sup> Zeinab Kamel Ali, Sr. El Hussein Abdel Galil Mohammed, Sr. Patrick Kayemba (África do Leste) – Sr<sup>a</sup> Amany Asfour, Sr<sup>a</sup> Saida Agrebi, Sr. Ahmed Abdel Fattah (Norte da África) – Sr. Moses Tito Kachima, Sr. Helder Francisco Maluene, Sr<sup>a</sup> Joyce Nondwe Kanyago (para a África Austral) e Mama Koite Doumbia, Sr. Landing Badji, e Sr. Omar Gassam (África Ocidental).

390. Por outro lado, a Assembleia elegeu quatro Comités ad hoc sobre o Regulamento Interno, Mobilização de Recursos, Programa de Trabalho/Roteiro, Comunicação e Relações Públicas. Ela decidiu também que o Comité devia reunir-se logo depois disso em Nairobi; Quénia, de 22 a 24 de Abril de 2005, a fim de deliberar sobre o Plano Estratégico e apoiar a preparação da exposição do Presidente Interino, Prof. Wangari Maathai, à Conferência da União Africana em Julho de 2005, como previstos nos Estatutos do ECOSOCC.

391. O Comité Permanente reuniu-se segundo o calendário, preparou e adoptou o seu Regimento e o Projecto de Plano de Acção Estratégico, a fim de facilitar o funcionamento harmonioso e eficiente do ECOSOCC, de 2005 a 2007. Os componentes deste Plano são: as modalidades; os procedimentos e calendários para a organização das eleições regional, nacional e continental dos representantes na Assembleia Geral Provisória do ECOSOCC; as directrizes para a realização dessas eleições e consultas; processo de consulta participativa para determinar a forma como a sociedade civil deverá lidar com o ECOSOCC em relação à essas questões, modalidades para operacionalização de planos de comités agrupados tanto dos planos de comunicação e publicidade para dar a necessárias visibilidade ao ECOSOCC e a mobilização de recursos e estratégia de angariação de Fundos para apoiar o trabalho da ECOSOCC e o processo de integração continental em geral.

### **A Iniciativa da Diáspora**

392. A Comissão prosseguiu com o processo de envolvimento e de colaboração com as comunidades da Diáspora em várias regiões do mundo, através da criação e consolidação das alianças e redes regionais da Diáspora.

393. A UA colaborou com a Fundação Bob Marley e Rita Marley, a UNICEF e o Banco Mundial a fim de acolher o 60º Aniversário de Bob Marley, músico legendário, que se chamou o Evento da Unidade Africana. A celebração desse evento, que teve lugar em princípios de Fevereiro de 2004, em Adis Abeba, foi feita através de simpósios, workshops, concertos musicais e uma recepção ao ar livre nas instalações da Comissão da UA. O evento congregou jovens, intelectuais, artistas, etc. do Continente e da Diáspora. Estão a efectuar consultas com vista a tornar esta celebração em evento anual.

394. Para além disso, a Comissão da União Africana e o Governo da Jamaica realizaram uma Conferência sobre a Diáspora em Kingston, Jamaica, de 16 a 18 de Março de 2004. O tema da Conferência foi “Para a Unidade e Acção dos Africanos e da

Diáspora Africana nas Caraíbas por um mundo melhor. O caso da África do Sul.” O objectivo da reunião foi o de estabelecer relações entre África e a Diáspora, bem como forjar o diálogo e desenvolver uma agenda comum sobre os desafios com que se confrontam estas regiões, na era da globalização. A reunião, que contou com a participação de Ministros dos Negócios Estrangeiros da maior parte da Comunidade Caraíba (CARICOM), serviu de expressão da resolução da União Africana de envolver a Diáspora e reavivou as relações históricas de parentesco e de origem comum. A reunião produziu uma declaração e um programa de acção. Os participantes nesse encontro concordaram também que a Comissão da UA assumiu a responsabilidade de implementar o programa e outras iniciativas a este respeito.

395. A Comissão prosseguiu igualmente com o processo de definição dos termos “Diáspora Africana”. Nos trabalhos que precederam a adopção dos Estatutos do ECOSOCC, ficou acordado que inclusão da Diáspora nos processos do ECOSOCC deve ser feita em conformidade com a definição da Diáspora aprovada pelo Conselho Executivo. Neste contexto, a Comissão organizou um workshop de Peritos nesta matéria para desenvolver uma definição geral para a consideração do Conselho Executivo durante a sua 6ª Sessão Ordinária decorrida em Abuja, Nigéria, em Janeiro de 2005. Essa definição foi apresentada ao Comité dos Representantes Permanentes (CRP) em preparação para a reunião do Conselho Executivo. Entretanto, o CRP tinha recomendado que o assunto fosse submetido a uma reunião de especialistas dos Estados Membros com a finalidade de desenvolver uma definição mais apropriada.

396. Essa reunião de Peritos teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, de 11 a 12 de Abril de 2005, e concluiu recomendando a seguinte definição:

**“A Diáspora Africana consite em pessoas de origem africana, que vivem fora do Continente, independentemente da sua cidadania e nacionalidade, e que demonstrem a vontade de contribuir para o desenvolvimento do continente e a edificação da União Africana.”**

397. A definição viria depois a ser analisada pelo CRP e o Conselho Executivo da União Africana durante a sua sessão corrente. A nossa expectativa é de que esta definição consensual viesse a ser adoptada para facilitar a inclusão da Diáspora no ECOSOCC e em outros programas e actividades da UA.

#### **Transformação da Conferência sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSEDCA) em direcção dos cidadãos africanos (CIDO)**

398. A Comissão persistiu também nos planos de transformação da CSEDCA em Direcção dos Cidadãos Africanos (DCA/CIDO), de modo a assegurar que a visão de uma África próspera “conduzida pelos seus próprios povos”, contida no Plano Estratégico, fosse prosseguida com grande vigor e com capacidade de apoio institucional. O plano prevê a transformação da CSEDCA em DCA, com duas divisões: a Diáspora e os Assuntos da Sociedade Civil), incluindo um Secretariado do ECOSOCC. As propostas foram aprovadas pelo Sub-Comité do CRP sobre as Estruturas, em Maio último, e esperamos venha merecer também a aprovação do Conselho Executivo e da Conferência da União durante a sua sessão actual.

## **Rumo a Seguir**

399. A DCA/CIDO deve trabalhar arduamente a fim de assegurar a institucionalização e o crescimento do ECOSOCC e a implementação efectiva da Agenda da Sociedade Civil e da Diáspora, e deve desenvolver-se de forma construtiva nos esforços e nas realizações da CSEDCA, neste sentido.

400. A tarefa principal da Assembleia Geral Provisória do ECOSOCC é a de se envolver no processo de consultas regional e nacional e a de concluir as eleições da futura Assembleia do ECOSOCC. Esta é uma enorme tarefa e ela requer que a CDA/CIDO concentre os esforços e recursos, assim como preste o apoio necessário ao trabalho da Mesa Provisória do ECOSOCC, ao Comité Permanente Provisório e à Assembleia Geral Provisória. Há também necessidade de galvanizar os Estados Membros e de conseguir obter o seu apoio a este processo.

401. Chamei a atenção da última Cimeira em Abuja, em Janeiro do corrente ano, para o facto de que as atribuições orçamentais ao ECOSOC para este ano, não incluem as provisões quer para os grupos sectoriais-chave, que são os motores principais para o funcionamento do ECOSOCC, tal como prevêem os Estatutos quer para os processos consultivos das eleições para a futura Assembleia do ECOSOCC, que os mesmos Estatutos especificam como uma agenda provisória vital. Os Estatutos do ECOSOCC não prevêem que o órgão pode angariar fundos extra-orçamentais. Mas, eu estou convicto de que os Estados Membros concordarão comigo de que existiu um grande perigo, se permitirmos que os processos do ECOSOCC sejam financiados com verbas provenientes do exterior e isto não é conforme a visão de parceria entre os governos e a sociedade civil, segundo consta do Acto Constitutivo da União.

402. Em qualquer dos casos, a CSEDCA e a CDA/CIDO devem continuar a trabalhar activamente e com perseverança e determinação para promover a ideia de uma União Africana “amiga dos povos” e “centrada nas pessoas”, uma comunidade de todos os povos africanos do Continente e na Diáspora, segundo o Acto Constitutivo.

## **DIRECÇÃO DA MULHER, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO**

### **Introdução**

403. Na 3ª Sessão Ordinária da Cimeira, em Julho de 2004, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, analisou a importante questão das persistentes desigualdades do género no continente e o custo que elas impõem sobre as vidas das mulheres, o desenvolvimento económico e a sociedade em geral. Como resultado deste importante debate, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram uma Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África. Esta Declaração surge como acréscimo a outras decisões recentes que visam promover a igualdade do género no seio da Comissão da UA e em todo o continente.

404. À luz destas decisões, a Comissão, por intermédio da sua Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento, elaborou uma estratégia e um programa que inclui 3 componentes principais, a saber:

- i) Criação da base institucional para criar uma base sólida para a integração do género no seio da Comissão da UA;
- ii) Reforço da integração no género no seio da Comissão para permitir-lhe cumprir com o seu mandato sobre o género que lhe foi confiado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
- iii) Tradução das decisões dos Chefes de Estado da UA sobre a igualdade entre os homens e as mulheres e o reforço das capacidades das mulheres em acções concretas aos níveis regional, sub-regional e nacional.

405. Este programa foi concebido como quadro de implementação para o período em análise. Além disso, na última sessão da sua conferência, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram os Resultados da 7ª Conferência Regional das Mulheres, como Posição Comum Africana em relação ao Processo de Revisão Global Beijing + 10 e instruíram o Presidente da Comissão, bem como os Estados Membros a participarem activa e integralmente e a falarem numa só voz durante a reunião da ONU sobre Beijing + 10 prevista para Nova Iorque em Julho de 2005. Em linha com esta instrução, o Presidente da Comissão enviou uma delegação liderada pela Comissária para os Assuntos Sociais para representar a Comissão, coordenar e facilitar as delegações africanas na defesa da posição comum. Antes da reunião, a delegação organizou um “workshop” de familiarização a intenção das delegações africanas, por forma a elevar a sua tomada de consciência acerca da agenda da UA sobre o Género; ela assistiu igualmente o Grupo Africano em Nova Iorque a preparar uma Declaração Comum a ser submetida a sessão plenária e proferiu uma intervenção oficial em nome da Comissão. O papel da Comissão da UA, em termos de apoio aos esforços da África tendentes a articular uma única voz no processo global foi apreciado e aplaudido pelas delegações africanas e não-africanas, bem como pelos Representantes Permanentes. A participação coordenada dos Estados Membros da UA na reunião garantiu visibilidade e incrementou a confiança na UA pelos Estados Membros e Comunidade Internacional. A Comissão trabalhou estreitamente com a UNECA na preparação e defesa de uma posição comum

africana durante a Reunião de Revisão Beijing + 10. Esta colaboração tem continuado. Actualmente, estamos a trabalhar no sentido de construir sinergias entre as várias partes no quadro da coordenação do acompanhamento de Beijing + 10, e da implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África, que é da nossa responsabilidade.

406. Durante o período em análise, foram consentidos todos os esforços para assegurar que o processo de recrutamento respeite o princípio da paridade do género na UA. Foram recrutados mais Directores bem como alguns Chefes de Divisão. Actualmente, existem 7 (sete) directoras e 8 (oito) directores. Existe igualmente um equilíbrio do género entre os chefes de Divisão recrutados recentemente. Este princípio da paridade do género continuará a ser aplicado ao longo de todo o processo de recrutamento. As questões do género são igualmente discutidas e abordadas no contexto do processo de transformação institucional em curso.

## **2. Respostas e Quadro de Implementação**

407. Desde a última Cimeira, a Comissão a UA, através da sua Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento, realizou progressos palpáveis na três áreas programáticas acima mencionadas. Foi recrutado um consultor para assistir na elaboração e no lançamento do processo participatório de formulação de uma política do género. Esta política do género, que se espera seja implementada até finais do próximo ano, é uma componente importante do quadro institucional para a integração das questões do género. Estão actualmente em curso consultas com os pontos focais sobre o género das CERs, com vista a assegurar que a Política do Género da UA seja tomada em consideração na formulação de políticas e assegurar um valor acrescido em relação ao quadro de políticas já existentes no Continente.

408. Em relação a construção de capacidades na área de integração do género no seio da Comissão, a Comissão lançou uma estratégia global de desenvolvimento, que é acompanhada por um plano de acção e de um orçamento e que vai assegurar o esforço que é internamente consentido de construção de capacidades, análise das questões de género, sistemas e instrumentos de desenvolvimento, quadros de referência, definição de metas, recolha de dados, monitoração e avaliação, advocacia, coordenação de programas pilotos e das questões do género. Alguns parceiros, incluindo o FNUAP e a UNIFEM assistem actualmente a Comissão nesta tarefa.

409. Porém, a medida que se desenvolvem a estratégia, plano e orçamento para as questões do género, decorre igualmente o trabalho de integração das questões do género em Departamentos seleccionados. Durante o período em análise, algumas intervenções foram iniciadas nesta área nos Departamentos de Paz e Segurança e dos Assuntos Económicos. Com vista a realçar a situação das Mulheres e Raparigas em Darfur e garantir formas de fortalecer a voz das mulheres no actual processo de paz em curso, o Presidente da Comissão vai brevemente enviar uma delegação de alto nível a Darfur. O relatório da Comissão de Alto Nível e o Relatório de uma Missão Técnica Avançada sobre a Questão do Género vai ajudar as Direcções de Paz e Segurança, a Direcção Política e das Questões do Género, bem como ao mediador da UA a preparar intervenções e a procurar soluções aos problemas particulares das mulheres e raparigas em Darfur. Esta intervenção, que está na fase final de preparação, vai igualmente ajudar

o Conselho de Paz e Segurança a melhor conhecer a situação nesta região conturbada de África. Através da coordenação inter-departamentos, um projecto sobre a reabilitação das crianças-soldado beneficiou igualmente dos serviços de assessoria da Direcção do Género e as questões das raparigas recrutadas e molestadas por grupos armados, foram integradas nos termos de referência do projecto.

410. Mais uma vez, como resultado de uma efectiva coordenação inter-departamental conduzida pelo Departamento dos Assuntos Economicos, o relatório elaborado pela Comissão a título de contribuição para uma Posição Comum Africana a Cimeira de Revisão dos OMD, abordou o objectivo nº 3 sobre a Igualdade do Género e a Capacitação Global das Mulheres. Estes exemplos de intervenções sobre a integração do género, sublinham a importância da colaboração transversal entre os Departamentos que está a ser encorajada dentro da Comissão. Na opinião da Comissão, essas intervenções são importantes; daí que tenham que ser cuidadosamente acompanhadas, por forma a tirar ilações sobre a estratégia de integração do género que esta a ser desenvolvida.

411. A Declaração Solene da UA sobre a Igualdade do Género em África, constitui o quadro para a terceira componente de trabalho da Direcção relativa à tradução das decisões dos Chefes de Estado sobre a igualdade do género e capacitação das mulheres em acções coordenadas aos níveis regional, sub-regional e nacional.

412. Consultas foram levadas a cabo com sucesso com os peritos dos países membros e a sociedade civil para elaborar o projecto-quadro de implementação, supervisionar e estabelecer directivas para o relatório sobre a Declaração Solene. As consultas com as CERs e a NEPAD também estão em curso. Prevê-se que os projectos sejam submetidos a uma reunião ministerial, para adopção, durante o último trimestre do ano corrente. Uma vez definidas as prioridades no quadro da implementação e directivas sobre a elaboração de relatórios, os Estados Membros terão que elaborar os seus relatórios anuais respectivos sobre os progressos alcançados no quadro da igualdade do género, nos termos da Declaração Solene.

413. O parágrafo 13 da Declaração prevê que o Presidente da Comissão apresente um relatório anual sobre as actividades empreendidas no quadro da promoção da igualdade do género e sobre todas as questões contidas na Declaração aos níveis nacional e regional. Em conformidade com este pré-requisito, o Presidente da Comissão submeteu o seu primeiro relatório a 7ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo. Neste relatório, encontram-se detalhadas todas as intervenções levadas a cabo pela Comissão e as parcerias com os vários actores estatais e não-estatais. Dentre estas intervenções se destacam as seguintes: (i) uma campanha de advocacia a escala continental está sendo preparada com a colaboração da "Population Services International", uma ONG internacional devotada aos problemas das mulheres jovens com acentuada vulnerabilidade a infecção pelo VIH; (ii) um curso sobre as políticas do género, economia e comércio, está sendo elaborado em colaboração com o Instituto das Nações Unidas para a Planificação e Desenvolvimento Económico "UN IDEP), com vista a construir capacidades no seio da Comissão, CERs, funcionários governamentais e sociedade civil sobre questões do género, os direitos económicos das mulheres em políticas; (iii) promoção, em parceria com a Coligação para os direitos das mulheres africanas, um grupo que integra 19 (dezanove) Organizações da Sociedade Civil, de uma rápida

ratificação e internalização do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativa aos Direitos da Mulher em África; (iv) em parceria com a UNIFEM, desenvolver um plano de elaboração de um manual de informação sobre as questões do género a intenção dos agentes de manutenção da paz, treinar e destacar formadores junto do AMIS; (v) planear, em colaboração com o Gabinete Regional do PNUD, o estabelecimento de um Observatório dos Direitos das Mulheres Africanas; (vi) reabilitar, graças ao financiamento japonês e em colaboração com os Departamentos de Paz e Segurança e dos Assuntos Políticos, rapazes e raparigas recrutados para integrar forças combatentes e lançar uma campanha para proibir o recrutamento de crianças soldado e o abuso das raparigas.

### **3. Resultados e Avaliação de Desempenho**

414. O trabalho da Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento tem sido dificultado devido a falta de pessoal. Para resolver este problema, foram recrutados os serviços de consultores para no quadro dos Comissão para realizar tarefas específicas. Actualmente, a Direcção conta apenas com três (3) funcionários profissionais e prevê-se que um deles seja reafectado em breve. Foi proposta uma estrutura de três (3) Divisões dotadas de um efectivo de 10 (dez) funcionários. A medida em que o processo de recrutamento prossegue, serão necessários pelo menos três funcionários da categoria profissional e um de apoio, para implementar integralmente o plano de trabalho de 2005.

415. Não obstante esta dificuldade, a Comissão alcançou algum êxito durante o período em análise, nomeadamente a coordenação, com sucesso, de uma Posição Comum Africana durante a Revisão Global de Beijing + 10 ao nível da ONU, a elaboração do quadro para implementação e submissão de relatórios sobre os progressos alcançados no domínio da igualdade do Género, em conformidade com a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género, com o apoio de peritos governamentais e da sociedade civil. Esse quadro estará pronto para uso dos Estados Membros na próxima Cimeira. A Comissão continuou a respeitar o princípio da paridade do género no processo de recrutamento e a atrair mulheres e homens qualificados para assumirem posições seniores na sua estrutura. Esta acção, entre outras decisões, permitiu a UA de ser incontestavelmente considerada como uma das raras instituições que integrou a igualdade entre os homens e as mulheres e o reforço de capacidade da mulher no seu sistema.

### **4. Rumo a Seguir**

416. As expectativas da Comissão, Estados Membros e de Grupos Cívicos Femininos em torno da Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento são enormes e tem vindo a crescer rapidamente, como resultado do facto da Comissão ter estabelecido padrões e credibilidade sobre as questões do género. São necessários mais recursos e pessoal para garantir a implementação de algumas actividades planificadas.

417. Ao mesmo tempo que estamos plenamente conscientes das conquistas até agora alcançadas, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para recordar-vos do vosso compromisso para com a Declaração Solene, em termos de assinatura e ratificação do Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos, relativos aos Direitos das Mulheres em África até finais de 2004. Lamentamos ter que informar que até a data, apenas 10 (dez) países ratificaram o referido instrumento. Estamos esperançados



que o processo de ratificação seja acelerado para garantir a entrada em vigor do Protocolo e desencadear o processo da sua internalização ao nível dos Estados Membros. A importância do Protocolo para os direitos da mulher africana não pode ser subestimada.

418. Acredito que poderei contar sempre com o vosso apoio para garantir a integração da mulher africana em todos os domínios de desenvolvimento.

## **GABINETE DA AUDITORIA INTERNA**

419. As actividades do Gabinete da Auditoria Interna tem em vista a realizar uma auditoria independente, para assegurar o cumprimento e a eficácia dos Regulamentos e Procedimentos da Comissão. Com base nos resultados da avaliação de riscos, o Gabinete actualizou o seu plano anual de auditoria. Para o efeito, as tarefas de auditoria avaliam a eficiência das operações das várias funções da Comissão com o objectivo de melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos e de governação.

### **Actividades Realizadas**

420. Durante o período em análise, foram realizadas as seguintes actividades:

- a) Realização de vários projectos de auditoria, incluindo: a Missão Permanente de Observação da UA junto as Nações Unidas, Nova Iorque – Execução Orçamental, Controlo das Despesas, Revisão da Manutenção dos Edifícios e dos trabalhos de renovação; Actividades relativas as folhas de vencimentos e outras actividades conexas; automatização de estoques e activos fixos;
- b) Preparação e apresentação do relatório de actividades relativamente ao relatório do Conselho dos Auditores Externos para o ano findo de 31 de Dezembro de 2002, para análise do Comité Consultivo sobre as Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras;
- c) Realização de missões específicas de auditoria incluindo, a missão conjunta à Missão da UA no Sudão (AMIS) a inventariação e contabilidade de estoques.

### **Impacto e Desafios**

421. As actividades de auditoria acrescentaram valor as operações da Comissão, proporcionando garantias a gestão sobre as áreas que não apresentam problemas e através da identificação de lacunas e formulação de sugestões apropriadas, com vista a melhorar o funcionamento da Comissão. As actividades iniciaram uma tradição que vai introduzir uma abordagem mais sistemática e disciplinada as operações das várias unidades e direcções, em particular, e a Comissão em geral.

422. Porém, as actividades da auditoria enfrentaram igualmente algumas dificuldades que exigem uma rectificação urgente. Uma delas é a falta de pessoal que afecta virtualmente todas as direcções, incluindo o próprio Gabinete da Auditoria Interna. Esta situação teve efeitos adversos no sistema global do controlo interno da Comissão. Acredita-se que o actual processo de recrutamento, bem como as actividades planeadas para o futuro vão solucionar este problema. A questão da falta de pessoal no próprio Gabinete da Auditoria Interna, vai requerer o ajustamento da Estrutura de Maputo, que não tomou em conta o apoio efectivo ao nível do Gabinete do Director. O projecto actual de revisão da estrutura para incluir o posto de Director Adjunto e de um Auditor para a área da TI, vai resolver o problema.

423. Finalmente, é necessário sensibilizar as várias direcções e unidades na Comissão sobre o papel da auditoria interna e sua importância em promover a eficácia e a eficiência das operações da Comissão. O Gabinete e as diferentes unidades e direcções deverá desenvolver modelos apropriados de estabelecimento de relações de trabalho com o Gabinete.

### **A Via a Seguir**

424. A Visão e Missão Estratégicas da União Africana e o Plano Estratégico da Comissão para o período de 2004/2007 coloca um pesado fardo sobre o Gabinete da Auditoria Interna. Prevê-se que este Gabinete funcione efectivamente para melhorar o trabalho da auditoria financeira e das funções operacionais e de gestão. O plano de actividades do Gabinete para os próximos 4 anos, contida no programa, procura responder a esses desafios. A sua implementação expedita poderá ser uma condição suficiente para garantir o sucesso global do Plano Estratégico.

425. Os objectivos da auditoria exigem igualmente a organização de um seminário para desenvolver a conscientização entre os gestores seniores, sobre o papel do Gabinete da Auditoria Interna no sentido de forjar uma abordagem pro-activa as operações de gestão e da análise do risco. Esta orientação vai igualmente encorajar os gestores a trabalharem com diligência e honestidade com o Gabinete de Auditoria Interna e a contar, como é normal, com os seus conselheiros.

### **GABINETE DO CONSELHEIRO JURÍDICO**

426. O Conselho estará recordado que, durante a sua 6ª Sessão Ordinária realizada em Abuja, República Federal da Nigéria, decidiu que as seguintes questões pendentes deveriam ser submetidas a uma reunião do CRP e de Peritos juristas, para finalização antes da próxima sessão do Conselho Executivo:

- i) Fusão do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana;
- ii) Projecto de Protocolo sobre a Relações entre a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais (CERs);
- iii) Proposta de Emendas ao Regulamento Interno da Conferência da União, Conselho Executivo e do Comité dos Representantes Permanentes, bem como dos Estatutos da Comissão;
- iv) Projecto de Critérios para o Acolhimento dos Órgãos da UA; e
- v) Critérios para a Concessão de Estatuto de Observador e de um Sistema de Acreditação junto da UA.

427. Eu gostaria de informar ao Conselho que, uma reunião do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e de Peritos Juristas provenientes de 43 Estados Membros realizou-se na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 29 de Março a 1 de Abril de 2005, para examinar todas as questões jurídicas acima mencionadas.

428. Em relação a fusão do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana, o Conselho estará recordado que o mandato da reunião era o de examinar as recomendações da Comissão e do CRP sobre esta questão e finalizar o Projecto de Instrumento Jurídico sobre a fusão dos dois Tribunais, para submissão a 7ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Julho de 2005, sem por em causa a operacionalização do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, tanto quanto possível. Ao deliberar sobre esta questão da fusão dos dois Tribunais, a Reunião examinou as seguintes três opções:

- i) A adopção de um único instrumento jurídico para criar um novo Tribunal integrado;
- ii) Adopção de um projecto de Protocolo de Emenda curto e simples, conforme proposto pela Comissão;
- iii) A adopção de uma Decisão pela Conferência para expedir o funcionamento do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, mas com o objectivo final de uma eventual criação de um único tribunal.

429. A Reunião concluiu o Projecto de Protocolo sobre a fusão dos dois Tribunais, em conformidade com o mandato conferido ao CRP e aos Peritos Juristas pela sessão do Conselho de Julho de 2005. Também examinou a segunda opção proposta pela

Comissão e decidiu formular uma terceira opção; todas essas opções são submetidas a consideração do Conselho.

430. Em relação ao Protocolo sobre as relações entre a UA e a CERs, o Conselho será recordado que através da sua Decisão AHG/Dec.160 (XXXVII) de Julho de 2001, a Conferência mandou ao então Secretariado Geral da OUA no sentido de rever e actualizar o Protocolo existente concluído sobre a égide da UA, a fim de alinhá-lo com as realidades introduzidas no Acto Constitutivo e na UA, bem como proporcionar um quadro mais abrangente para as relações entre a UA e as CERs. Gostaria de informar que a reunião do CRP e Peritos Juristas examinou o Projecto do Protocolo, tendo propostas emendas e algumas mudanças ao texto.

431. O Conselho ainda se lembra que a necessidade de introduzir emendas aos Regulamentos Internos da Conferência, Conselho Executivo, Comité dos Representantes Permanentes e aos Estatutos da Comissão foi proposta em Março de 2003, durante a Segunda Sessão Ordinária do Conselho Executivo. Com efeito, parecia haver inconsistências nas disposições relativas a presidência do Conselho e o Conselheiro Jurídico foi solicitado a examinar a questão e a formular recomendações apropriadas para a consideração dos Órgãos Decisórios. Em seguida, durante as eleições dos Comissários que teve lugar em Maputo, Moçambique em Julho de 2003, foi considerado que a implementação das disposições ao seu Regulamento não facilitava o processo da eleição e era necessário proceder a sua revisão. A Comissão realizou a tarefa, conforme as instruções, e submeteu propostas de emenda a 5ª Sessão Ordinária do Conselho realizada em Julho de 2004. Porém, a proposta de emendas não pode ser considerada nesta sessão. Ademais, a recente decisão da Conferência em Abuja, Nigéria, em Janeiro de 2005, no sentido de convocar duas sessões ordinárias por ano tem implicações no Regulamento Interno da Conferência, e, por conseguinte, é necessário emendar algumas das suas disposições.

432. Eu gostaria de informar ao Conselho que a Reunião examinou e adoptou os Regulamentos e Estatutos com algumas emendas. Porém, ela tomou nota de facto de que os outros Regulamentos, além das propostas pela Comissão, careciam de emendas. A este respeito, foi realçado que o Artigo 37 do Regulamento Interno da Conferência conferia poderes ao Presidente da Conferência e ao Presidente da Comissão no sentido de realizarem uma série de acções em casos de mudanças anti-constitucionais do governo. Em situações similares, o Protocolo sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da UA, que entrou em vigor a 26 de Dezembro de 2003, conferia os mesmos poderes ao Conselho de Paz e Segurança, mas com algumas linhas de acção que pareciam inconsistentes. Deste modo, a reunião recomendou que a Comissão deveria examinar a questão conjuntamente com outras situações idênticas. Também recomendou que quaisquer propostas adicionais de emenda pelos Estados Membros deveriam ser consideradas numa fase posterior pelo CRP, que deveria seguidamente formular recomendações apropriadas ao Conselho Executivo.

433. Em relação ao projecto de critérios para o acolhimento dos Órgãos da UA, o Conselho estará recordado que em conformidade com a sua Decisão EX.CL/163 (VI) o CRP e os Peritos Juristas foram instados a finalizar os critérios e a submetê-los a 7ª Sessão Ordinária do Conselho em Julho de 2005, para consideração. Eu gostaria de informar que o texto do projecto de critérios foi concluído. Ademais, e em conformidade

com a Decisão Assembly/AU/Dec. 64 (IV), eu decidi solicitar a todos os Estados Membros das Regiões da UA a realizar as necessárias consultas, a fim de apresentar os nomes dos Estados Membros que vão acolher os seguintes Órgãos:

- Banco Central Africano - África Ocidental
- Banco Africano de Investimento - África do Norte
- Fundo Monetário Africano - África Central
- Tribunal de Justiça - África Oriental

434. Em relação aos critérios para a concessão de observador junto da UA e um sistema de acreditação na UA, o Conselho estará recordado que a necessidade de revisão dos critérios existentes e que se aplicavam no quadro da OUA, fez-se sentir depois do estabelecimento da UA, bem como a necessidade de um sistema formal de acreditação para as Organizações de Integração Regional e Organizações Internacionais, bem como dos Estados Não-africanos. Gostaria de informar ao Conselho que a Reunião do CRP e dos Peritos Juristas examinou o Projecto de Critérios e formulou as recomendações apropriadas a atenção da presente Sessão do Conselho Executivo.

#### **Registo de Nomes, Abreviaturas e Símbolos da UA e da NEPAD com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**

435. Recorde-se que, em conformidade com a Decisão Assembly/Dec.49 (III), adoptada pela 3ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, de 6 a 8 de Junho de 2004, que decidiu manter o símbolo e a bandeira da antiga OUA e adoptá-los como nova bandeira e símbolo da UA, dei instruções no sentido de tomarem as necessárias medidas para proteger os Direitos da Propriedade Intelectual da UA e paraphernalia da UA/NEPAD, nos termos do Artigo 6 da Convenção de Paris sobre Protecção do Património Industrial (Convenção de Paris).

436. Apraz-me informar o Conselho que recebi confirmação do Bureau Internacional da OMPI de que o projecto inicial do pedido e dos projectos de reprodução parafernais da UA e da UA/NEPAD que estão em conformidade e foram transmitidos aos Estados-parte a Convenção de Paris. Nesta conformidade, o Gabinete do Conselheiro Jurídico finalizou o pedido oficial quer para a UA e para a UA/NEPAD.

437. Os procedimentos em vigor no Bureau Internacional da OMPI requerem cerca de dois meses para o processamento do pedido. A protecção tomará efeitos nos territórios dos Estados-parte, logo após a sua notificação. Porém, os Estados-parte tem o máximo de um ano para notificarem a OMPI a sua recusa em proteger os Direitos da Propriedade Intelectual da UA nos seus territórios. Com efeito, a UA terá que aguardar um ano depois da notificação dos Estados-parte a Convenção de Paris para conhecer a cobertura de protecção dos seus direitos de propriedade intelectual nos respectivos territórios dos Estados Membros.

438. Gostaria, por conseguinte, de chamar a atenção do Conselho para a necessidade dos Estados Membros assegurarem uma ajuda a UA na protecção dos seus direitos de propriedade intelectual nos seus vários países, através da promulgação de leis para o efeito. Gostaria igualmente de realçar que a maior parte dos Estados Membros da UA são Estados-parte à Convenção de Paris, o que implica que a protecção já esteja assegurada

nestes países. Em relação aos Estados Membros da UA que não acederam ou não são membros da Convenção de Paris e que não tenham legislação interna que preveja a protecção de marcas registadas das Organizações Inter-governamentais, Internacionais, a UA só poderá gozar de protecção se assim o solicitarem e obter o registo das suas marcas registadas ou publicar avisos apropriados nestes países. Por conseguinte, gostaria de apelar a todos os Estados Membros que assegurem a tomada de todas as medidas apropriadas para providenciar protecção das marcas registadas das Organizações Inter-governamentais Internacionais, em particular os direitos parafernais da UA nas suas legislações nacionais.

### **SITUAÇÃO DOS TRATADOS DA OUA/UA**

439. Desde a apresentação do meu último relatório em Janeiro de 2005, alguns Estados Membros fizeram enormes esforços para assinar e ratificar os Tratados da OUA/UA, especialmente os cinco Tratados de “Maputo”, nomeadamente o Protocolo à Convenção da OUA sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo, adoptada em Julho de 2004, o Pacto Africano de Não-agressão e de Defesa Comum adoptado em 2005 que, até a altura da elaboração deste relatório, tinha conseguido vinte (20) assinaturas.

440. Não obstante estes esforços, muito resta ainda por fazer. A este respeito, gostaria de chamar a atenção do Conselho para a necessidade de assegurar que alguns desses tratados entrem em vigor o mais cedo possível, tendo em conta o facto de tratarem questões específicas, e prioritárias para a União. Esta é a razão porque é importante a entrada em vigor do Tratado Africano para uma Zona Livre de Armas Nucleares (Tratado de Pelindaba). Vinte (20) Estados Membros já ratificaram este Tratado, mas precisa de vinte e oito (28) ratificações para entrar em vigor. A entrada em vigor do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África é igualmente importante. Dez (10) Estados membros já o ratificaram mas o Protocolo precisa de quinze (15) ratificações para entrar em vigor. Não preciso de realçar a importância do Protocolo sobre as Emendas ao Acto Constitutivo da União Africana que foi ratificado apenas por nove (9) Estados Membros, mas requer uma ratificação por uma maioria de 2/3. Para concluir esta questão, estou certo que a assinatura e ratificação ou adesão aos Tratados da OUA/UA figuram na lista das prioridades actuais dos Estados Membros.

### **TRIBUNAL ADMINISTRATIVO AD-HOC DA UNIÃO AFRICANA**

441. O Tribunal Administrativo Ad-Hoc da União Africana, encarregue de resolver os diferendos que opõem os funcionários à Organização, realizou a sua última sessão em 2001. Em conformidade com os textos que regem o Tribunal, este reúne-se sempre que os casos existentes justifiquem uma sessão.

442. Gostaria de informar ao Conselho que tendo em conta os vários casos pendentes que ainda devem ser tratados pelo Tribunal, a Comissão recrutou dois consultores para assistir o Gabinete do Conselheiro Jurídico na preparação e finalização dos processos para que o Tribunal os possa analisar, o mais brevemente possível.

443. A compilação dos dossiers revelou, que existem actualmente de cerca de doze casos a serem tratados pelo Tribunal, e que se prendem essencialmente com

contestação de passagem à reforma após trinta anos de serviço, em conformidade com as disposições da alínea (a) (ii) do Artigo 51 dos Estatutos e Regulamento do Pessoal.

444. Tendo em conta as diferentes etapas do processo, tais como estipulado nos Estatutos e no Regulamento Interno do Tribunal, nomeadamente as conclusões, comunicações aos queixosos, reacções, comunicações aos juizes, convocação do Tribunal, etc; e com a preocupação de submeter ao Tribunal todos os processos pendentes na sua próxima sessão, julgamos que a totalidade dos casos pendentes actualmente poderão ter desfecho no primeiro trimestre de 2006.



## **PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

### **1. Introdução**

445. A Direcção de Planificação Estratégica, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos realizou diversas actividades. Segundo as decisões do Conselho Executivo e da Cimeira, as principais atribuições da Direcção incluem a iniciação, o desenvolvimento e a gestão de estratégias para garantir a sustentabilidade, o auto-financiamento e a geração de rendimentos e investimentos; a promoção das melhores práticas internas relativas a planificação estratégica, monitorização e avaliação; assistir as Direcções e Gabinetes a desenvolver capacidades de planificação estratégica; conceber e implementar sistemas de monitorização e avaliação da realização e eficácia dos programas e projectos; promover e preparar o sistema de missão de relatórios anuais e a meio percurso da Comissão; facilitar o apoio logístico, mobilizar recursos extra-orçamentais para a Comissão e coordenar a interacção com parceiros internacionais.

446. A Direcção começou a cumprir as suas principais funções e a participar nas actividades de Planificação Estratégica de Políticas, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos para a Comissão da UA. O sistema de monitorização e avaliação foi introduzido e aprovado e o processo está em curso. Ademais, a Direcção começou a estabelecer e desenvolver um relacionamento institucional construtivo e produtivo com outros Departamentos da UA, de acordo com o seu mandato e responsabilidades.

447. A Direcção centrou a sua atenção na exploração e criação de quadros e mecanismos para garantir modalidades suficientes, fiáveis e sustentáveis de financiamento para cobrir as actividades orçamentais e extra-orçamentais. Neste contexto, o Departamento tem estado envolvido numa série de actividades, nomeadamente a formulação de propostas sobre modalidades alternativas de financiamento da UA e discussões sobre a promoção de parcerias entre a UA e os parceiros internacionais.

### **2. Respostas e Quadro de Implementação**

448. As seguintes acções e actividades foram realizadas:

#### **a) Actividades de Planificação:**

449. Finalização do Plano Estratégico da UA para distribuição aos Estados Membros e todos os Departamentos da UA. Reflectir e analisar os meios de encontrar fontes alternativas para o financiamento da União Africana. A Representação da Comissão da UA nas discussões do Plano de Acção da UNESCO para 2006/2007 no quadro do Comité da NEPAD, em Tripoli de 7 a 8 de Maio de 2005.

### **Actividades de Monitorização e Avaliação**

450. Monitorização e Avaliação dos Relatórios de Auditoria Interna dos Escritórios da UA em Bruxelas, do Bureau Inter-africano dos Recursos Animais (BIRA/UA), em Nairobi entre outros. Assegurar a qualidade em todos os processos sectoriais de Transformação Institucional da UA.

### **Elaboração de um Sistema Harmonizado e Unificado de Monitoração e Avaliação**

451. A Direcção elaborou um Sistema de Monitorização e Avaliação que foi submetido a uma reunião de todos os Departamentos da UA; a Direcção analisou e propôs as decisões a serem tomadas nesta Cimeira. As Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana; discussão dos relatórios da ECA e as perspectivas dos OMDs.

#### **b) Actividades de Mobilização de Recursos**

452. Durante o período em análise, as actividades da Comissão na área de Mobilização de Recursos incidiram na exploração e criação de mecanismos e de quadros para garantir modalidades de financiamento suficientes, fiáveis e sustentáveis para cobrir as actividades orçamentais e extra-orçamentais. Neste contexto, a Comissão esteve envolvida numa série de actividades, nomeadamente no trabalho do Comité Ministerial Ad-Hoc sobre a Tabela de Avaliação; propostas sobre as modalidades alternativas de financiamento da União Africana nas discussões tendentes a promover parcerias entre a UA e os parceiros internacionais.

453. Neste domínio, a Direcção realizou as seguintes actividades:

- Coordenação de uma reunião de doadores organizada sob os auspícios do Presidente da Comissão;
- Elaboração de um quadro de cooperação como base para discussões com os parceiros internacionais;
- Apoiar a Comissão da UA a reformar os seus sistemas de gestão financeira e os doadores, a assegurarem financiamento suficiente para apoiar o orçamento da Comissão da UA;
- Estabelecer um grupo de trabalho interno para a coordenação dos parceiros de cooperação internacional e de um Fórum de Estudo de Cooperação para o Desenvolvimento.

### **3. Avaliação dos Resultados do Desempenho**

#### **Dificuldades e Desafios Enfrentados no Processo de Implementação**

454. Durante o período em análise, a Direcção enfrentou alguns problemas e dificuldades, a saber:

- A maioria dos Departamentos lamenta a falta de conhecimento do conteúdo do Plano Estratégico;
- A maioria dos doadores prefere financiar programas/projectos, em vez de apoiar o orçamento;
- Tendo em conta os constrangimentos de recursos e o facto de a maior parte dos Estados Membros não pagar suas contribuições fixadas, o trabalho da Comissão centrou-se na criação de uma verdadeira parceria a longo prazo com os parceiros internacionais, com vista a assegurar recursos para a implementação dos programas contidos no Plano Estratégico da UA. Neste contexto, em 9 de Março de 2005, o Presidente da Comissão convocou uma reunião com todos os parceiros internacionais residentes em Adis Abeba, para os informar sobre a Visão, Missão e Prioridades da UA para o período 2004/2007.

455. Nessa reunião o Presidente realçou a necessidade de uma nova parceria baseada num diálogo genuíno, regular e institucionalizado aos níveis político e técnico para assegurar um envolvimento construtivo, a troca de informação e de experiências e a promoção das melhores práticas sobre a cooperação para o desenvolvimento. A mensagem do Presidente foi bem recebida pelos parceiros internacionais, que prometeram dar o seu apoio às prioridades da UA reflectidas no Plano Estratégico. Os parceiros internacionais manifestaram igualmente o seu acordo, em princípio, para procurar vias e meios de se encontrar mecanismos de financiamento mais previsíveis, eficazes e efectivos sob a forma de apoio comum (apoio directo ao orçamento).

456. A fim de operacionalizar a parceria, a Comissão desenvolveu um quadro de cooperação como base para discussões futuras, com os parceiros internacionais. Este quadro define o objectivo geral da parceria, os seus objectivos, princípios e mecanismos para a sua operacionalização. O quadro proposto foi discutido com os parceiros internacionais a 31 de Maio de 2005. Os parceiros manifestaram-se satisfeitos com o quando proposto como base de discussões futuras. Uma nota particular é que este projecto propõe uma mudança no financiamento, para apoiar um orçamento directo não especificado. Ele propõe igualmente, que essa mudança seja introduzida de forma gradual a fim de permitir que a Comissão da UA tenha tempo suficiente para introduzir reformas nos seus sistemas de gestão financeira e para que os doadores possam garantir fundos suficientes para apoiar o orçamento da Comissão da UA. Desde modo, o quadro propõe que o apoio directo ao orçamento deve iniciar em 2005 com aqueles parceiros que já estão prontos e que a sua participação no apoio total deverá ser incrementado a partir de 2006, altura em que os novos sistemas de gestão financeira da UA serão eventualmente implementados.

457. Uma outra característica digna de nota no proposto quadro é a criação de um mecanismo para uma coordenação mais estreita com os parceiros internacionais internamente, no seio da UA e com outros parceiros externos. Essa proposta determinou o estabelecimento de um Grupo de Trabalho para coordenar os parceiros da Cooperação Internacional e o Fórum de Revisão do Desenvolvimento da Cooperação (DCRF). Este Fórum é dirigido pelo Presidente ou seu Adjunto e integra todos os Comissários e Directores da UA e os Representantes dos Parceiros Internacionais residentes em Adis

Abeba e acreditados junto a UA. O seu objectivo primário é de iniciar um diálogo e assegurar a sua regularidade; examinar e tomar decisões sob os mecanismos de cooperação e de financiamento; prestar assessoria estratégica na implementação do Plano Estratégico da UA; monitorar e avaliar os progressos registados na implementação; considerar e aprovar as propostas relativas a simplificação, racionalização e harmonização dos procedimentos e práticas dos doadores. Este fórum reúne-se numa base trimestral e apresenta um relatório de actividades as reuniões do CRP.

458. As outras actividades na área de mobilização de recursos implicaram a elaboração de um documento de síntese e de análise sobre as modalidades alternativas de financiamento da UA. Este documento foi submetido a uma reunião dos Ministros das Finanças, realizada em Dakar, Senegal, em Abril de 2005. As recomendações contidas neste documento estão ainda a ser analisadas pelos Estados Membros.

459. O principal desafio que se coloca a implementação da nova parceria entre a UA e os parceiros internacionais é a reforma do sistema de gestão financeira, de tal forma a ser considerado credível pelos parceiros internacionais. Esta reforma já está em curso, sobre os auspícios do programa de Transformação Institucional. Os pontos de vista das principais partes intervenientes incluindo parceiros internacionais, foram recebidos e tomados em consideração no processo de reforma.

#### **Para Ultrapassar estes Problemas, as Medidas Tomadas incluem:**

460. Distribuição de cópias adicionais do Plano Estratégico; finalização das cópias consolidadas do Plano Estratégico, processo que está em curso no fim do qual se procede à distribuição das cópias consolidadas; reunião de coordenação dos doadores sob os auspícios do Presidente e sua participação directa a fim de sensibilizar os doadores a darem o seu apoio e parceria ao novo quadro; estabelecimento de um Grupo de Trabalho Interno para coordenação dos parceiros internacionais de cooperação e o Fórum de Revisão do Desenvolvimento da Cooperação. Foi proposto um sistema de monitorização e avaliação por todos os Departamentos.

#### **Resultados e Realizações**

461. Os parceiros manifestaram-se satisfeitos com o quadro proposto, que constitui uma base para discussões futuras. De notar particularmente, que este quadro propõe uma mudança do tipo de financiamento de projectos individuais a favor de um apoio directo ao orçamento não especificado. A reforma do sistema de gestão financeira já está em curso, sob os auspícios do Programa de Transformação Institucional.

#### **4. Problemas Pendentes**

462. Mecanismos mais abrangentes de financiamento (programa e apoio directo) ao orçamento podem aliviar o fardo da Comissão da UA de várias formas. Eles removem a necessidade de discutir actividades separadamente com cada parceiro internacional e permitem a utilização de um único mecanismo de controlo administrativo, financeiro e operacional e uma avaliação e auditoria conjuntas e outros processos conexos pelos doadores bem como um único mecanismo de apresentação do relatório. Em resumo, estes mecanismos resultam em consideráveis poupanças nos custos das transacções.

463. O principal desafio será o de elevar a capacidade de absorção da UA. Isso pode ser resolvido no contexto do actual Programa de Transformação Institucional e vai implicar, entre outros, a capacidade de desenvolver e implementar programas robustos e elaborar relatórios regulares de actividades em formatos mutuamente acordados com os parceiros internacionais. De realçar que a Direcção ainda não está devidamente provida de pessoal suficiente.

**5. Medidas Preconizadas:**

- O sistema de monitoração e avaliação deverá ser aprovada pela Direcção da Comissão da UA , antes da sua implementação;
- Todos os Departamentos têm de agir na base do Plano Estratégico;
- A Direcção vai continuar a manter consultas regulares com os parceiros internacionais a fim de forjar uma nova parceria, que contribua para uma incrementada eficiência e eficácia do apoio dos doadores por forma a realizar a agenda do desenvolvimento sócio-económico da UA.

**6. Projectos de Decisões que devem ser Submetidos ao próximo Conselho Executivo e Cimeira**

- Todos os programas e projectos implementados por todos os Departamentos devem estar em conformidade com o Plano Estratégico para 2004/2007;
- Cada Departamento, com a assistência da Direcção da Planificação Estratégica, Monitoração, Avaliação e Mobilização de Recursos, deve iniciar um plano de trabalhos, acompanhado do respectivo orçamento, antes do início do exercício financeiro;
- Os programas e projectos de acção devem ser aprovados e analisados em colaboração com a Direcção de Política de Planificação Estratégica, monitorização, avaliação e mobilização dos recursos para a programação, o orçamento, o financiamento e a contabilidade;
- O Sistema de Monitorização e Avaliação que foi proposto pela Direcção deve ser implementado em todos os Departamentos da CUA. A Direcção deve continuar a manter consultas com os parceiros internacionais, a fim de assegurar recursos para a implementação do Plano Estratégico e apela igualmente à Comunidade Internacional para acelerar o processo de prestação de apoio directo ao orçamento, para a implementação das actividades prioritárias da UA.

## **UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

### **1. Introdução e Contexto da Apresentação**

464. Deve ser recordado que a Decisão de Maputo de 2003, aprovou uma estrutura para a Unidade de Comunicação e Informação assim como de outras Direcções. Todavia, a Unidade como aprovada, não tem estado operacional devido a um plano que se propõe a corrigir as inadequações.

465. Contrariamente a Decisão de Maputo, foi formulada uma proposta no sentido de se introduzir uma nova Direcção de Informação e Popularização, ao invés da Unidade de Comunicação e Informação. Isto implica o estabelecimento de uma nova divisão que, para além das atribuições da anterior Unidade, seria responsável pelas publicações, gestão do portal e publicação electrónica, em conformidade com a Decisão de Popularizar a União Africana.

466. Na reunião de 23 de Maio de 2005 do Sub-comité sobre Estruturas, o Sub-comité concluiu que uma vez que o orçamento para a implementação da nova estrutura proposta ia para além do exercício fiscal de 2005, conjugado com a não disponibilidade de fundos, não seria lógico criar postos adicionais e por conseguinte deveria ser mantida a Decisão a criação de uma Unidade de Comunicação e Informação conforme estipulado na estrutura de Maputo.

### **2. Respostas e Quadro de Implementação**

467. De acordo com o Plano de Acção Prioritário da UA para o horizonte 2007 (Rev.2), a Unidade de Comunicação e Informação recebeu autorização para implementar os seguintes programas durante o exercício financeiro 2005:

- Desenvolvimento de Estratégias, Instrumentos e Sistemas de Comunicação;
- Definição de uma Estratégia de Comunicação;
- Definição de um Gráfico para a UA;
- Definição de um Periódico da UA (Boletim Electrónico);
- Produção de um Diário Oficial da UA (Publicação Bi-mensal; e
- Produção de um Boletim Trimestral nas Línguas Nacionais.

468. As duas reuniões aprovaram igualmente o seguinte:

- “Workshop” sobre a Visão da União Africana para articular directrizes comuns na área de comunicação e informação, como primeira etapa para o estabelecimento de uma política comum africana de comunicação, que em princípio está prevista para Acra, Gana, de 21 a 23 de Novembro de 2005;
- Uma reunião sobre a partilha do Projecto de Rádio e Televisão Pan-africana Reunião dos Promotores e dos accionistas eventuais e existentes, programado em princípio para o Cairo, Egipto antes do final de 2005.

### **3. Avaliação dos Resultados e da Prestação**

469. A Comissão decidiu algumas das actividades da Unidade de Comunicação e Informação no quadro da Equipa de Transformação Institucional para a implementação dos programas prioritários e produzir resultados rápidos.

470. As actividades incluídas nesta categoria são:

- Produzir uma revista interna bi-semanal (versão impressa e electrónica) antes do final de Julho de 2005;
- Produzir uma revista bi-mensal da União Africana (versão impressa e electrónica) antes do final de Outubro de 2005; e
- Elaborar um organigrama para a União.

471. As actividades restantes continuarão a ser implementadas pela Unidade da Comunicação e Informação, incluindo as duas reuniões aprovadas para 2005, a saber:

- Reunião sobre a partilha do Projecto de Rádio e Televisão Pan-africana;
- O “Workshop” para articular as directrizes comuns na área de comunicação e informação, como primeira etapa para o estabelecimento de uma Política Comum Africana de Comunicação, será adiado para 2006.

472. A reunião de Peritos sobre a partilha do Projecto de Rádio e Televisão Pan-africana deverá permitir a Comissão da União Africana elaborar um plano de acção continental para consideração dos Ministros responsáveis pela Comunicação, Informação e Radiodifusão em 2006.

473. As decisões dos Ministros serão ulteriormente submetidas ao Conselho Executivo e a Cimeira da União Africana para adopção.

### **4. Problemas Pendentes e Questões Conexas**

474. Entre as principais decisões emanadas do Conselho e Cimeira de Maputo em 2003, consta a popularização da União Africana.

475. Devido as contínuas dificuldades enfrentadas pela Unidade de Comunicação e Informação da UA, incluindo a falta de pessoal e de recursos, os Estados Membros e as CERs não tem sido capazes de assumirem as suas responsabilidades no domínio da popularização da União Africana. Para melhorar as condições de vida das populações africanas e assegurar o desenvolvimento económico e sócio-político e a integração da África, o Continente depende muito da mobilização efectiva dos media; daí a ênfase que deve ser colocada no estabelecimento na Sede da UA de uma Direcção de Comunicação e Informação viável, que esteja devidamente equipada para enviar mensagens correctas ao público e em geral e a Comunidade Internacional.

476. A Unidade de Comunicação e Informação integra actualmente um funcionário profissional e cinco (5) do quadro técnico. Mesmo se o efectivo integral de Maputo fosse preenchido, a Unidade não estaria em condições de responder aos desafios colocados a União.

477. Não obstante o que precede, a Unidade de Comunicação e Informação continua a exercer algumas das suas funções essenciais, tais como reportagens sobre as actividades da UA, acolhimento de visitantes a Sede da União Africana, organização de entrevistas, respostas a imprensa e aos inquéritos do público e distribuição de material informativo.

478. Durante os últimos seis meses (entre Janeiro e Junho), a Unidade recebeu felicitações e notas de apreciação de dentro e de fora de África pelas palestras públicas e respostas prontas dadas aos inquéritos acerca da União Africana.

#### **5. Projectos de Decisões ao próximo Conselho Executivo e Cimeira**

479. Não foram preparados projectos de decisões para consideração da próxima Sessão do Conselho Executivo e Cimeira, porque as reuniões ministeriais consagradas as questões de comunicação e informação não tiveram lugar.



2005

# Report of the AU commission for the period from january To june 2005

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4405>

*Downloaded from African Union Common Repository*